



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS -
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:
ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS (PPGECsA)

Mê inho pyka - A terra é nossa:
A luta pela terra pelo povo Mëbêngôkre

Carolina Sobreiro

Brasília, Dezembro de 2023

2023

Mẽ inho pyka - A terra é nossa:
A luta pela terra pelo povo Měbêngôkre

Carolina Sobreiro

Dissertação apresentada ao Departamento de Estudos Latino-Americanos e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - área de concentração Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA) da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Latinoamericanos

Orientador: Prof. Dr. Cristhian Teófilo da Silva

Banca Examinadora: Luis Cayón, Rodolfo Salm, Stephen Baines

Resumo

Esta dissertação abordou diversos aspectos da história dos Mëbêngôkre, oferecendo uma visão abrangente de sua trajetória territorial, cultura, organização social, mobilização política, desafios contemporâneos e esforços pela preservação de suas terras durante o governo Bolsonaro. Inicialmente, destacamos a história e a liderança marcante do Cacique Ropni Metyktire, figura central na resistência indígena, desde seu papel na pacificação das aldeias Mëbêngôkre até sua atuação internacional na defesa da Amazônia. Ao abordar a importância dos territórios indígenas, ressaltamos sua relevância na conservação global da biodiversidade e na mitigação das mudanças climáticas. Dedicamos atenção especial ao papel crucial das mulheres Mëbêngôkre, reconhecendo-as como guardiãs da biodiversidade e promotoras de práticas sustentáveis. A necessidade imperativa da demarcação efetiva e proteção das terras indígenas para atingir a justiça climática foi enfatizada. Exploramos a resistência dos Mëbêngôkre durante o governo Bolsonaro, evidenciando as ameaças ao território indígena, o desmatamento e as pressões do agronegócio. Destacamos a liderança determinante das mulheres Mëbêngôkre nessa luta, ressaltando seu papel fundamental na preservação cultural, gestão sustentável e resistência contra adversidades. A conclusão sublinhou a importância de reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres Mëbêngôkre, não apenas como defensoras do ambiente, mas como impulsionadoras de mudanças significativas em direção à justiça climática e preservação cultural. A narrativa destacou não apenas os desafios enfrentados pelos Mëbêngôkre, mas também a resiliência e a necessidade premente de ação coletiva para um futuro sustentável e equitativo.

Palavras Chave: Palavras-chave: Mëbêngôkre - Terras Indígenas - Mulheres Indígenas - Defesa de Direitos - Luta pela Terra - Etnografia

Summary

This dissertation addressed various aspects of the history of the Měbêngôkre, offering a comprehensive overview of their territorial journey, culture, social organization, political mobilization, contemporary challenges, and efforts to preserve their lands during the Bolsonaro administration. Initially, we highlighted the history and remarkable leadership of Chief Ropni Metyktire, a central figure in indigenous resistance, from his role in the pacification of Měbêngôkre villages to his international advocacy for the Amazon. In discussing the importance of indigenous territories, we emphasized their relevance in global biodiversity conservation and climate change mitigation. Special attention was given to the crucial role of Měbêngôkre women, recognizing them as guardians of biodiversity and promoters of sustainable practices. The imperative need for effective demarcation and protection of indigenous lands to achieve climate justice was underscored. We explored the resistance of the Měbêngôkre during the Bolsonaro government, highlighting the threats to indigenous territory, deforestation, and pressures from agribusiness. The decisive leadership of Měbêngôkre women in this struggle was emphasized, highlighting their fundamental role in cultural preservation, sustainable management, and resistance against adversities. The conclusion underscored the importance of recognizing and valuing the leadership of Měbêngôkre women, not only as environmental defenders but as drivers of significant change towards climate justice and cultural preservation. The narrative highlighted not only the challenges faced by the Měbêngôkre but also their resilience and the urgent need for collective action for a sustainable and equitable future.

Keywords: Měbêngôkre - Indigenous Lands - Indigenous Women - Rights Defense - Land Struggle - Ethnography

Sumário

Introdução.....	6
1. Quem são os Mëbêngôkre.....	14
2. Pyka – A terra.....	43
3. A luta do povo Mëbêngôkre pela terra durante o governo Bolsonaro.....	56
4. A luta pela terra e as mulheres Mëbêngôkre.....	123
Conclusão.....	151
Bibliografia.....	156

Introdução

A dissertação "Mẽ inho pyka: A Terra é das Pessoas - A luta pela terra pelo povo Mẽbêngôkre" apresenta uma análise dos desafios enfrentados pelo povo Mẽbêngôkre em meio a um contexto global e nacional adverso. Realizada dentro dos Estudos Latino-americanos, a pesquisa se debruça sobre as lutas recentes dessa comunidade em um cenário marcado pelo avanço da extrema direita e do autoritarismo no governo brasileiro e em diversas partes do mundo. O título, "Mẽ inho pyka", ressoa como um mantra que transcende a mera reivindicação territorial, encapsulando a essência da relação intrínseca entre o povo Mẽbêngôkre e sua terra. A expressão não apenas denota uma posse física, mas encapsula uma profunda conexão espiritual e cultural que permeia cada aspecto da vida Mẽbêngôkre.

Esta narrativa representa uma visão contemporânea e abreviada da sociogênese Mebengokre, cuidadosamente entrelaçada com insights etnográficos. Importante salientar que este relato não aspira ser uma etnohistória detalhada ou uma revisão extensa, mas sim uma apresentação

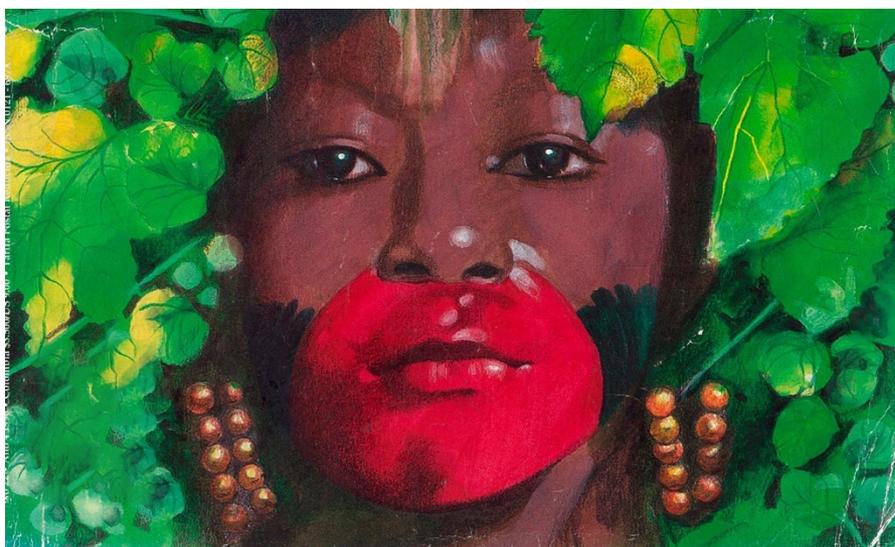


Fig 1. Ilustração de Milton Sobreiro

sintonizada com a maneira como os Mẽbêngôkre e se apresentam aos não-indígenas. Ao adentrar na sociogênese Mebengokre, procuramos fornecer uma síntese que captura os elementos essenciais da formação e evolução social desse povo. Reconhecemos que a profundidade e a complexidade de sua história não podem ser totalmente encapsuladas nesta abordagem concisa. Em vez disso, buscamos oferecer uma narrativa que respeite as tradições orais e a perspectiva dos Mebengokre sobre sua própria trajetória.

É crucial observar que este relato é uma ponte para compreender as raízes culturais e sociais dos Mebengokre a partir de suas próprias vozes e narrativas. Embora não seja uma exposição exaustiva, busca-se contextualizar aspectos-chave da sociogênese, fornecendo

uma visão acessível e respeitosa da maneira como os Mebengokre escolhem se apresentar aos brancos. A intenção é criar uma narrativa que não apenas respeite, mas também reflita a autenticidade da visão dos Mebengokre sobre sua própria história e identidade. Ao fazer isso, aspiramos contribuir para uma compreensão mais profunda e holística da rica tapeçaria cultural desse povo, respeitando sua autodeterminação ao contar sua própria história no contexto da contemporaneidade.

A análise desta pesquisa não apenas documenta as lutas, mas também destaca o papel crucial que a comunidade Mëbêngôkre desempenha na defesa da biodiversidade, na preservação cultural e na resistência contra forças que ameaçam a harmonia da existência dos seres vivos. A dissertação mergulha em um panorama desafiador, onde a sociedade enfrenta uma polarização intensa e retrocessos significativos em termos de direitos humanos e políticas públicas socioambientais. Nesse contexto de desmonte e de uma clara ofensiva contra os direitos territoriais dos povos indígenas, os Mëbêngôkre se tornam protagonistas de uma resistência notável, adaptando seus discursos e práticas para enfrentar os desafios impostos pela política interétnica. A ofensiva anti-indígena que se desenha como pano de fundo da narrativa destaca a resiliência dos Mëbêngôkre. Enfrentando não apenas ameaças tangíveis à sua terra, mas também à sua identidade cultural, a comunidade se reinventa em meio a um turbilhão de desafios. A dissertação explora as estratégias adaptativas adotadas, examinando como os Mëbêngôkre redirecionam suas narrativas e práticas de resistência para enfrentar as mudanças ambientais e econômicas que se impõem.

A política culturalmente orientada refere-se a abordagens ou estratégias políticas que são influenciadas e guiadas por considerações culturais. Nesse contexto, reconhecem a importância da cultura na formação da identidade de uma sociedade e buscam incorporar esse entendimento em suas práticas e decisões. A luta dos Mëbêngôkre está centrada na valorização e preservação da cultura indígena, incluindo suas tradições, línguas e modos de vida. Isso transcende a mera implementação de estratégias políticas; ela traz uma abordagem abrangente que reconhece a intrínseca interconexão entre cultura, identidade e a tomada de decisões políticas. No contexto das lutas dos Mëbêngôkre, essa abordagem adquire uma importância fundamental, pois a preservação da cultura indígena torna-se um ato de resistência frente aos desafios impostos por uma política interétnica adversa. Quando direitos culturais são considerados inextricavelmente ligados aos direitos humanos, assume a responsabilidade de garantir que as práticas culturais dos Mëbêngôkre sejam não apenas

respeitadas, mas também protegidas. Essa proteção estende-se ao direito à terra, uma dimensão crucial que não apenas sustenta a cultura Mëbêngôkre, mas também é vital para sua sobrevivência e para a existência dos seres vivos.

Além da preservação cultural, essa abordagem política visa assegurar a participação ativa e a representatividade dos Mëbêngôkre em todos os níveis de decisão que afetam suas vidas. É mais do que consulta prévia livre e informada, é um aprofundamento equitativo da democracia. Essa inclusão não é apenas uma busca por espaço em processos decisórios, mas também uma possibilidade de transformar as estruturas numa reafirmação da importância vital da perspectiva indígena na construção de políticas e práticas mais justas e equitativas. Leva em consideração as nuances culturais de uma sociedade, entendendo que a cultura não é apenas um acessório, mas um componente fundamental na formação da identidade coletiva. Ela emerge como uma força motriz na defesa não apenas da diversidade cultural, mas também na promoção de uma sociedade mais inclusiva, onde as vozes, perspectivas e direitos de comunidades como os Mëbêngôkre são reconhecidos e respeitados. A luta dos Mëbêngôkre, portanto, encontra um aliado na política culturalmente orientada, que não apenas reconhece, mas também apoia a vital importância da cultura e identidade em um contexto sociopolítico desafiador. Mais do que um conceito abstrato, essa abordagem pode traduzir-se em ações concretas, como esforços para garantir representatividade culturalmente diversificada em diversos setores da sociedade, incluindo política, mídia, educação e arte.

A centralidade da terra como espaço cosmológico de origem e reprodução da vida é um princípio fundamental na cosmologia e na cosmovisão dos Mëbêngôkre. Para esse povo indígena, a terra não é apenas um território físico, mas um entrelaçamento intrincado de significados espirituais, culturais e sociais que permeiam todos os aspectos de sua existência. A terra é vista como mais do que um simples local geográfico; é um espaço sagrado, carregado de ancestralidade e espiritualidade. É neste solo que se encontram as raízes profundas de sua identidade, vinculadas aos seus antepassados e à criação do universo. A terra é, portanto, o ponto de origem, onde a história do povo Mëbêngôkre se entrelaça com mitos fundacionais que narram a própria criação do cosmos.

Além da dimensão cósmica, a terra desempenha um papel crucial na reprodução da vida Mëbêngôkre. Ela é a provedora de recursos essenciais, sustentando não apenas a

subsistência material, mas também a riqueza espiritual e cultural da comunidade. A relação simbiótica entre o povo Mëbêngôkre e a terra transcende o aspecto pragmático; é uma interdependência que se estende à esfera espiritual, onde a conexão com a terra é essencial para a continuidade da vida e a harmonia do cosmos. Nessa perspectiva cosmológica, a terra é concebida como um organismo vivo, pulsante com energia, significado e personalidade. Cada pedaço de solo, cada rio, cada árvore, é impregnado de narrativas ancestrais e entendimentos profundos sobre a interconexão de todas as formas de vida. Essa visão holística não apenas ressalta a importância prática da terra para a subsistência, mas também enfatiza seu papel na transmissão de conhecimentos, valores e tradições ao longo das gerações. É uma relação que vai além da mera posse territorial; é uma relação intrínseca que molda a identidade. Essa compreensão cosmológica influencia não apenas suas práticas diárias, mas também suas lutas e resistências em defesa da terra, que, para eles, representa não apenas um local físico, mas o epicentro de sua existência, cultura e espiritualidade. A defesa da terra, portanto, é simultaneamente uma defesa da própria vida e do significado mais profundo de ser Mëbêngôkre.

As narrativas entrelaçadas deste trabalho revelam um quadro complexo, adverso, mas também inspirador, devido em parte à criação cultural de pessoas belas e sua importância para a mobilização política do povo Mëbêngôkre. Ao longo desta dissertação, exploramos os caminhos desses indígenas, que protegem não apenas um pedaço de solo, mas a própria essência de sua identidade, cultura e sustento. Defendendo a terra os Mëbêngôkre tem construído ao longo dos anos sua identidade, que é movida pela criação ritual de pessoas belas, que mais tarde vão desempenhar papéis diplomáticos fundamentais para suas comunidades. Todo este processo de criação de pessoas tem um importante componente ritual que é protagonizado pelo conhecimento e prerrogativas cerimoniais das mulheres, que criam e constroem a subjetividade das novas lideranças através das cerimônias de nomeação de pessoas, que ao receber nomes belos, ganham prestígio social e responsabilidades com as suas comunidades. Assim são formadas as futuras lideranças que mais tarde vão lutar para defender a sua terra.

Desvendando os contornos da história territorial dos Mëbêngôkre e sua busca pela preservação de suas terras, sobretudo diante do controverso governo Bolsonaro. Nosso foco vai além dos obstáculos enfrentados por esse povo indígena, estendendo-se à notável resiliência, com ênfase especial no protagonismo das mulheres Mebengokre na vanguarda

da luta pela sustentabilidade e preservação cultural. À medida que os impactos das mudanças climáticas se intensificam globalmente, torna-se evidente que as comunidades indígenas, em particular as mulheres indígenas, desempenham um papel crucial na mitigação dessas transformações ambientais. Os territórios indígenas, verdadeiras fortalezas contra as mudanças climáticas, não só protegem a biodiversidade global, mas atuam como sumidouros de carbono essenciais para o equilíbrio ambiental e climático, abrangendo vastas extensões de florestas e áreas naturais. Os desafios impostos pelo aumento das ondas de calor, enchentes devastadoras e desmatamento acelerado demandam uma resposta coletiva e sustentável. Nesse contexto, as terras indígenas destacam-se como áreas conservadas, desempenhando papel crítico na preservação da diversidade biológica e na redução das emissões de carbono. A demarcação efetiva desses territórios torna-se, portanto, uma medida indispensável para enfrentar as mudanças climáticas.

No epicentro desta narrativa está a imponente figura do Cacique Ropni Metyktire,



Figura 2. Ropni Metyktire. Pintura de Carolina Sobreiro

também conhecido como o Cacique Raoni, emergiu como uma figura emblemática e intrínseca na história dos povos indígenas no Brasil. Sua trajetória começou nas raízes de uma aldeia Mëbêngôkre chamada Kraimopry-yaka, situada no nordeste do Estado de Mato Grosso, em algum momento do início da década de 1930. Os Mëbêngôkre, na juventude de Ropni, eram uma comunidade seminômade, distante do contato pacífico com a sociedade nacional. Desde seu papel essencial na pacificação das aldeias Mëbêngôkre até sua atuação global, Raoni personifica a resistência indígena, erguendo-se como um símbolo de luta contra as forças que buscam despojar os povos originários de suas terras e modos de vida.

A virada crucial ocorreu em 1954, quando os Mëbêngôkre estabeleceram contato diplomático definitivo com os não indígenas. Nesse ponto, Raoni, com cerca de 24 anos, desempenhou um papel essencial no processo de pacificação de várias aldeias. Foi nesse contexto que ele se deparou com os irmãos Villas Boas, uma experiência que desencadearia uma significativa transformação em sua vida. Através desse encontro, aconselhado pelo seu pai, Ropni iniciou sua jornada de aprendizado da língua portuguesa e ganhou uma compreensão mais profunda do mundo não-indígena. Assumindo o papel de principal interlocutor entre os Mëbêngôkre e a sociedade nacional, Ropni tornou-se uma ponte vital na busca por compreensão e coexistência. Sua capacidade de articular as preocupações, tradições e visões de seu povo, tanto em seu idioma nativo quanto no idioma dos não indígenas, conferiu-lhe um papel fundamental no cenário socioambiental do Brasil.

Ao longo dos anos, Cacique Ropni emergiu como um defensor incansável dos direitos indígenas e da preservação da Amazônia, utilizando sua posição para sensibilizar o mundo para as questões cruciais enfrentadas pelos povos originários. Sua trajetória é um testemunho da complexidade das interações culturais e das lutas pela preservação da identidade indígena em um mundo em constante mudança. Sua jornada transcendeu as fronteiras de sua comunidade, transformando-se em uma saga de resistência e ativismo que ecoou globalmente. Sua incansável defesa dos povos indígenas e da Amazônia elevou-o a um status internacional como uma figura legítima e eloquente defensora do meio ambiente.

O reconhecimento internacional de Ropni ganhou destaque em 1978, quando foi o tema central de um documentário indicado ao Oscar. Contudo, foi em 1987, após um marcante encontro com o músico Sting, que sua notoriedade atingiu novos patamares. Esse encontro

não apenas consolidou sua posição como uma liderança respeitada, mas também destacou a interseção entre as causas indígenas e ambientais. Durante as décadas de 80 e 90, Ropni desempenhou um papel crucial na demarcação dos territórios Mëbêngôkre, uma vasta extensão de floresta tropical que permanece como uma barreira vital contra o desmatamento na Amazônia, estando localizados esses territórios no Arco do Desmatamento. Seu engajamento estendeu-se além de suas fronteiras comunitárias, contribuindo para o processo de demarcação de terras de outros povos indígenas.

Na esfera política, Ropni desempenhou um papel crucial na Assembleia Constituinte de 1987 e 1988, alinhando-se ao movimento indígena para assegurar a inclusão dos direitos fundamentais dos povos indígenas na Constituição Federal de 1988. Seu ativismo também se manifestou de maneira marcante em 1989, quando mobilizou a imprensa mundial para cobrir o "Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu" em Altamira (PA). Esse evento influenciou o abandono do projeto do Complexo Hidrelétrico do Xingu, incluindo a usina Kararaô (posteriormente renomeada como Usina Hidrelétrica de Belo Monte).

A década de 90 e os anos 2000 marcaram uma fase de projeção internacional para Ropni. Suas viagens globais resultaram na conquista de apoio de líderes e personalidades internacionais, culminando no levantamento de fundos internacionais para a demarcação de terras indígenas brasileiras. Além disso, sua presença em fóruns internacionais e eventos conscientizou o público sobre a importância crucial de proteger a floresta amazônica e suas populações nativas. Assim, a trajetória de Cacique Ropni transcende não apenas as fronteiras geográficas, mas também os limites de seu próprio tempo, consolidando seu legado como um ícone na luta pela preservação cultural e ambiental.

A entrada de Ropni na última década como uma figura central na defesa dos povos indígenas e da Amazônia coincidiu com um período crítico na esfera política nacional. Em 2018, diante de um cenário dramático para as comunidades indígenas e para o meio ambiente, Ropni mais uma vez se colocou na linha de frente, desempenhando um papel crucial na luta pelos direitos dos povos originários e na proteção da Amazônia. No decorrer do ano de 2019, uma nova campanha liderada por Cacique Raoni ecoou globalmente. Nesse contexto, ele alertou o mundo sobre os crescentes índices de desmatamento na Amazônia e as ameaças provenientes do agronegócio, garimpeiros e madeireiros que exploram impiedosamente a floresta. Através dessa campanha, Ropni buscou apoio internacional, visando criar

condições para a proteção territorial e o fortalecimento sociocultural de seus povos. O ano de 2020 testemunhou um momento histórico quando Ropni convocou um encontro de lideranças de diversos povos da floresta. Nesse evento, ele reiterou a importância da união entre essas comunidades diante dos crescentes ataques e retrocessos nos direitos e políticas indígenas e ambientais. Esse chamado à união não apenas simbolizou a resiliência coletiva, mas também destacou a necessidade premente de uma frente unida contra as adversidades que ameaçam as comunidades indígenas e a Amazônia como um todo.

Em meio a um contexto político desafiador, Cacique Ropni permaneceu como uma voz corajosa e incansável, articulando as preocupações urgentes de seus povos e da floresta amazônica diante de uma audiência global. Seu engajamento contínuo reflete não apenas a persistência de uma liderança icônica, mas também a continuidade de uma luta que transcende fronteiras, conectando as causas indígenas e ambientais em um esforço coletivo pela preservação e respeito à diversidade cultural e natural.

De acordo com Ô-é Paiakan Kaiapó

"O processo da luta dos povos indígenas pela segurança do nosso território, pelos direitos que o povo indígena tem dentro do território foi muito intenso, muito forte, durante o período Bolsonaro porque onde o povo Kayapó começou a se unir pela luta pela terra, porque ele estava ameaçando com a aprovação das propostas de lei para mineração, para garimpo, para os posseiros. Um modo onde iam invadir de uma certa forma legal, pelas leis, pela lei da grilagem que teve. Então assim, onde todo o povo Kayapó se sentiu ameaçado, então eles resolveram, todos nós nos unirmos. E foi uma luta muito bonita, porque daí em diante todos eles viram o quanto é importante lutar pelo território como um todo, pela segurança do povo indígena.

A luta das mulheres, desde 2012 quando começou o cacicado das mulheres das aldeias da TI Kayapó, que hoje se somam 7 caticas, mulheres, lideranças. Foi muito importante porque é onde as mulheres podem brigar mais ainda pelos seus direitos, pela segurança, pelo bem estar, pelo bem viver da comunidade do território, da terra, então assim é muito importante. As mulheres tiveram muitos avanços, hoje o protagonismo está muito grande das mulheres como um todo a nível nacional. Eu achei muito importante estar buscando mais parcerias mulheres, mais referências mulheres, para poder estar juntas e hoje eu faço parte do grupo,

da Anmiga Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade, e na verdade quem deu esse nome fomos todas nós, cada uma em seu território, mas acabamos em tantas lutas conjuntas, estamos juntas, acabamos dando esse nome para o grupo. Onde tem a Sônia, a Célia, tem eu, tem a Pyr, tem a Braulina, tem a Eliane Xunakalo do Mato Grosso, tem a Watatakalu no Mato Grosso, então assim, tem as meninas lá dos xokleng, tem a Conchita Sopré, então assim, tem muitas mulheres, tem a mulher lá dos guarani kaiowa, Jaqueline. Então assim, onde a gente pode se encontrar em várias mulheres, com objetivos em comum, cada uma com a sua especificidade nos seus locais, nas suas regiões, nos seus estados, nos seus biomas, mas com muitas coisas em comum, que é no caso a força de vontade, a confiança e objetivo de luta, então isso foi muito bom e hoje é muito gratificante porque no nosso grupo hoje nós temos secretárias, na Secretarias dos Povos Indígenas dos Estados, que hoje nos temos aqui no estado do Pará tem a Pyr Tembé. Nós temos aqui coordenadora da CR Kayapó Sul do Pará, que sou eu, nós temos uma ministra mulher, nós temos uma deputada federal que é mulher, nós temos uma presidenta da funai que é mulher também. Então assim, o protagonismo está muito forte das mulheres, e isso influencia muito dentro dos territórios. Porque muitas mulheres se sentem representadas, se sentem em confiança e nisso elas se sentem mais engajadas, de saber que os direitos vão ser defendidos, então isso é muito bom.”

1. Quem são os Mëbêngôkre

Os Mëbêngôkre são um povo indígena que fala uma língua do tronco linguístico macro-jê. Mais especificamente do ramo setentrional, seu nome significa "gente do espaço dentro da(s), ou entre a(s), água(s)" (Turner, 2006). Também conhecidos como Kayapó, esse termo ficou conhecido pela historiografia a partir do século XIX, quando



Figura 3. Foto de Simone Giovine. Homens de Kejdjerekrã - Alto Riozinho. TI Kayapó

foram designados dessa forma por povos vizinhos. "Kayapó" em tupi significa "aqueles que se assemelham aos macacos" e talvez sejam chamados assim devido a um ritual onde os homens dançam paramentados com máscaras de macacos, ou por quaisquer outras razões pejorativas entre grupos rivais que na época guerreavam bastante. Contudo, seu etnônimo, ou maneira como preferem ser chamados, é Mëbêngôkre¹, e é assim como serão referidos neste trabalho. Acredita-se que esse etnônimo faça algum tipo de alusão a região de origem do povo, entre os dois rios Araguaia e Tocantins.

Os Mëbêngôkre são um povo guerreiro, semi-nômade, caçador e coletor, atravessador de mundos, como seu próprio mito de origem indica. Contado por Ropni, este mito conta a história de um caçador que, morando no céu, persegue um tatu gigante que, ao tentar esconder-se, cava um buraco no chão, colocando em evidência um novo mundo de matas de buriti embaixo dele. Através desse buraco, atrás do caçador, os primeiros habitantes Mëbêngôkre desceram para povoar o cerrado e a floresta. O movimento, a migração, as andanças estão presentes na origem mítica da identidade cultural deste povo, o que se reflete em sua história territorial, composta de importantes migrações e um fluxo contínuo de

¹ [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_\(Kayap%C3%B3\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_(Kayap%C3%B3)) (última visualização em 8/12/2023)

movimento e andanças. Sobre a própria origem do povo Mëbêngôkre, trazendo um sólido retrato do modo de vida e da política do povo, Ropni Metuktire conta que os Mëbêngôkre no início dos tempos viviam todos no céu:

"O povo estava fazendo vários acampamentos para caçar para a comunidade se alimentar, nesses tempos quando o pessoal se mudou para outro local e todos os homens se espalharam para poderem procurar a caça para levar para suas

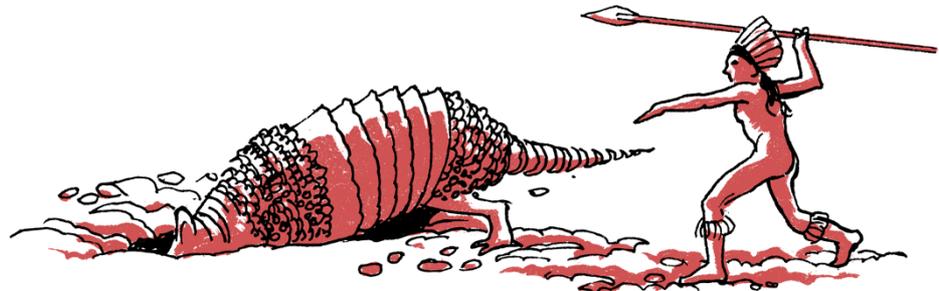


Figura 4. Ilustração de Milton Sobreiro

famílias, um velho foi caçar e acabou encontrando um tatu, espantou o tatu, que saiu correndo e entrou no buraco, quando ele entrou nesse buraco esse homem pegou alguns pedaços de galhos de árvore para poder ver se ele estava no buraco e enfiou o primeiro galho que era um pouco comprido e não conseguiu porque o

buraco era muito muito fundo, pegou outro galho que era bem mais comprido e quando enfiou também não conseguia alcançar o final do buraco e no terceiro ele pegou um comprimento de cipó e começou a jogar e alcançou chegar onde parava o buraco e conseguiu descer também, começou a ver o rastro do tatu ali aí ele pegou um galho e foi aumentando o buraco foi quando ele furou e o galho caiu lá para baixo e ele só não caiu porque estava segurando na largura do buraco, no que estava em volta, ele então abaixou a cabeça e viu um ilha de pés de buritis e também os cerrados né, um cerrado grande, no canto uma ilha de pés de buritis, era um paraíso muito bonito o que ele viu, quando ele subiu ele olhou para trás e viu que a terra era muito boa aqui em baixo, era



Figura 5. Ilustração de Milton Sobreiro

muita floresta, muitos pés de buritis e também os cerrados.

Porque os Kayapó, o povo Mëbêngôkre, tem o costume de ficar morando no cerrado pois o cerrado é uma terra muito boa para plantação...para a caça, para muita coisa e como ele viu o cerrado, ficou olhando e depois foi embora para casa e chegou muito tarde em casa e a própria esposa falou com ele que ele foi caçar não

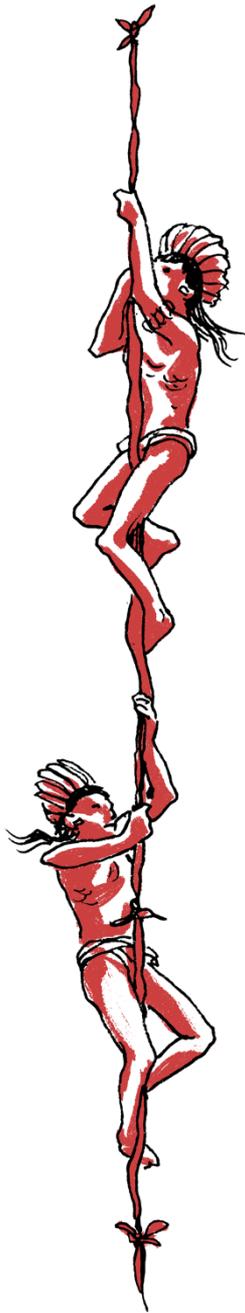


Figura 6. Ilustração de Milton Sobreiro

encontrou caça e estava demorando muito para chegar foi quando ele começou a contar sobre o tatu e todas as pessoas que estavam em suas casas escutaram o que ele estava contando e alguns foram para a casa dos homens. O caçador contou a história despertando a curiosidade de todos os guerreiros que estavam na casa dos homens por saber a verdade e o convidaram à casa dos homens para que contasse melhor, no dia seguinte ele esteve na casa dos homens. O caçador contou que existia uma terra embaixo da que eles estavam e que eles poderiam ir até conferir se era verdade, se quiserem.

Prepararam então seus artesanatos, como a borduna e coisas para a caça, quando eles voltaram decidiram que era melhor eles descerem para essa terra para fazerem suas roças, começaram então a se mobilizar, a articular todos os jovens que tem os barbantes nas pernas e começaram a juntar todos seus pedaços de barbante para fazer uma corda grande até alcançar o comprimento do buraco para descerem até lá em baixo. Todos se reuniram, juntaram seus barbantes e foram para o buraco do tatu, jogaram a corda que alcançou a terra e desceram.

No dia seguinte tinha um ancião que começou a se preparar primeiro, colocou seu enfeite, sua borduna, sua flecha e foi primeiro para a casa dos homens e disse: Meus guerreiros, meu povo eu peço a todos que eu descerei primeiro mas que a minha história seja contada para sempre de geração a geração e eu serei o primeiro a descer nessa terra. Então este ancião desceu primeiro e muitos grupos que estavam ali começaram a descer também com os filhos e tinha um parente que não gostou da decisão da família dele que começou a se manifestar que todo mundo tinha que ficar junto que não podiam se separar...foi então que ele cortou a corda e hoje nós estamos aqui e outra parte ficou lá em cima. Essa história ainda é contada hoje. "

Ropni é uma figura notável que tem dedicado sua vida à defesa incansável dos povos indígenas. Ao longo de mais de meio século, ele esteve à frente de todas as grandes batalhas em prol desses direitos. Desde os primeiros contatos na década de 1950 que resultaram em relações diplomáticas permanentes, a luta pela demarcação e garantia dos territórios até sua participação ativa na Constituinte, Ropni enfrentou e expulsou garimpeiros e invasores que ameaçavam essas áreas sagradas. Sua dedicação o levou a viajar pelo mundo, denunciando abusos contra os indígenas e buscando recursos para concretizar a demarcação de Terras Indígenas.

De acordo com Turner (2006), os lingüistas, a partir de estimativas glotocronológicas indicam que o povo pode ter surgido em 1600, quando teriam divergido de língua entre os Apinajé e Suyá. Sobre esse momento da história, em entrevista concedida, o cacique Ropni diz que "somos todos iguais". O tronco ancestral Kayapó-Apinajé-Suyá teriam se separado dos precursores dos grupos timbira orientais, tais como os Krahô, Krikati, Gavião Ramkokamekra-Canela ceZ anos antes de 1600. Quando o *kubẽ* (não indígenas/estrangeiros/brancos) chegou pela primeira vez nas terras do continente, eles ainda eram parte um único povo com os ancestrais de todos esses povos mencionados acima.

Esse momento histórico estimado pelos lingüistas e corroborado pelos historiadores coincide com uma narrativa mítica do povo Mëbêngôkre que é narrada da seguinte forma por Ropni, trata-se da história da derrubada da árvore de milho:

"A história da derrubada do milho eu me lembro muito bem que foi transmitida para mim através dos meu avós eu sinto que é dessa forma, antes dessa derrubada do pé de milho existia um só povo que morava nele, no mesmo lugar, falando a mesma língua e praticando o mesmo costume mas depois quando cortaram alguns decidiram plantar o milho para sobreviver através dele, então quando começaram a recolher o milho alguns Mëbêngôkre cataram essas sementes e foram para outro lugar para morarem e fazerem suas práticas alimentares, outros grupos pegaram essas sementes e também foram para outro lugar para fazerem o plantio do milho e construir suas roças. Hoje em dia os *kubẽ* chamam os Apinajé de Apinajé, eles que deram o nome de Apinajé, e também os Krahô e os krikati, hoje se fala muito esses nomes e é aí que começa a derrubada do milho, esses grupos que eu citei os nomes ficaram ali nesse lugar e eles é que contavam essa história por isso essa história ainda é viva."

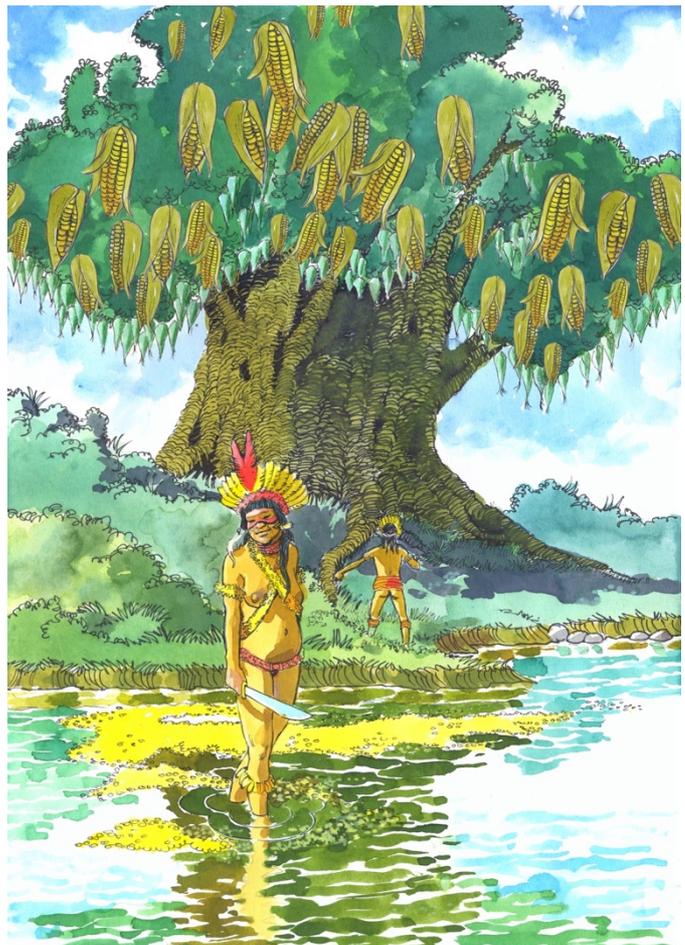


Figura 7. Ilustração de Milton Sobreiro

De acordo com Turner (2006), há uma outra tradição oral dos Mëbêngôkre afirma que a guerra interferiu com a migração dos Mëbêngôkre após a derrubada da árvore de milho, sendo que apareceram brancos que os atacaram, gerando grandes perdas para os Mëbêngôkre que por isso foram para oeste, atravessando o Araguaia, local da fronteira da expansão da colonização da região.

É curioso que essa narrativa da derrubada da árvore do milho contraria um paradigma clássico da arqueologia e da história da humanidade que pressupõe que boa parte dos povos do mundo teriam passado por um processo evolutivo e histórico único e linear em que necessariamente haveria uma fase nômade caçadora e coletora que precederia outra fase sedentária e dedicada a agricultura. No caso do povo Mëbêngôkre e de acordo com esta narrativa mítica, o nomadismo do povo teria surgido a partir da aquisição do conhecimento da agricultura, assim como uma diferenciação lingüística significativa, o que demonstra que esse paradigma não se aplica a todos os povos do mundo e que há sim outros caminhos históricos e evolutivos. Os Mëbêngôkre são nômades, caçadores e coletores, mas também plantam suas roças e se deslocam para fazer novas roças.

Seus movimentos migratórios foram favorecidos pela aquisição do conhecimento da agricultura com destaque especial para o milho, estimulando um movimento migratório que envolveu plantio de roças, pomares, campos de caça e outros processos de construção da paisagem (Posey,2003). Antes não usavam canoas como hoje que estão os barcos a motor, mas percorriam longas distâncias de um vasto território localizado nas bacias dos rios Araguaia, Tocantins e Xingu².

²
[https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_\(Kayap%C3%B3\)#Nota_sobre_as_fontes](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_(Kayap%C3%B3)#Nota_sobre_as_fontes)



Fig 8. Foto de Simone Giovine. Aldeia Kendjam TI Mekragnoti

Suas aldeias chamam a atenção pelo formato circular ou oval, são imponentes palcos cerimoniais onde se realizam festas e rituais em estações específicas, passam bastante tempo lá, mas durante alguma parte do ano realizaram-se expedições de caça, pesca e antigamente, a guerra. A estrutura de uma aldeia é

um círculo traçado por segmentos de casas uxoriocais (que diz respeito a um padrão de residência em que os homens vão morar na casa de suas esposas) que englobam um pátio central que é mantido sempre limpo, no caso dos tempos mais antigos e das aldeias mais populosas, já chegaram a ter até 3 fileiras. A aldeia é composta por seu centro, o círculo de casas e a área transicional com a floresta que a circunda.

Mas essa realidade tem passado por transformações a partir do contato com a expansão urbana da sociedade nacional, hoje existem aldeias com casas de alvenaria, quadradas, com casas de madeira no chamado estilo regional, ou com duas linhas de casas paralelas em meio a uma avenida de terra. Hoje não se encontram mais aldeias com duas casas dos homens como havia antigamente.

Recentemente podem ser observadas muitas mudanças, mas houve um tempo em que uma aldeia era uma



Fig 9. Foto de Simone Giovine

unidade politicamente independente e autossuficiente economicamente, o que não significa que estivessem isentos de relações inter-étnicas, tendo em vista que o povo Mëbêngôkre sempre teve suas relações diplomáticas e é um povo fortemente antropofágico, no sentido de se apropriar de elementos de outras culturas e transformando-os, fazendo-os próprios.

De acordo com Vanessa Lea (2012), a diagramação da aldeia, além de circular, pode ser entendida como uma pizza, com cada fatia composta geralmente por mais de uma habitação e vinculada a uma matricasa específica. A unidade familiar para o povo Mëbêngôkre está antes associado à família extensa, não havendo uma palavra específica para referir-se à família nuclear, mas a noção de *casa-kikre* está relacionada com a família extensa. As famílias extensas habitam as matricasas, que é composta idealmente por: grupo de irmãs, filhas, netas, maridos e filhos. Uma matricasa é quase uma instituição, é a forma como se organizam as relações familiares com base nos laços entre mulheres. Quando a família cresce outra habitação pode ser construída, mas existe um laço entre as mulheres das diferentes habitações que indica alguma unidade de pertencimento. O segmento residencial, local de nascimento é chamado *rwýdjà*, envolve relações que vão além do menor núcleo familiar, por exemplo, devem receber carne dos caçadores dos grupos masculinos. O pertencimento a uma matri-casa é dado pela descendência uterina. As matri-casas são donas dos nomes transmitidos aos descendentes e dos *nekretj*, que são objetos cerimoniais herdáveis, considerados as maiores riquezas.

A cosmologia, a vida ritual e organização social do povo Mëbêngôkre é extremamente rica e considerada de especial complexidade. Faccionalistas, as comunidades experienciam relações de poder que exprimem



Fig 10. Foto de Simone Giovine

conflitos que resultam na cisão, fusão e criação de agrupamentos, aldeias novas e até mesmo organizações novas, formando uma constelação de coletividades povoando um extenso território. Todas essas relações não substituem as relações familiares e o parentesco, mas certamente se tensionam mutuamente. Os genros devotam grande respeito com seus sogros. Mesmo que seja uma sociedade predominantemente matrilinear, há uma socialidade que flui pelos homens, a partir da herança de amigos formais e associações libertárias e etárias. O centro da aldeia, onde está o centro de seu universo cosmológico e a casa dos homens é englobado pelas matri-casas onde prevalecem as relações familiares entre as mulheres, elas são o eixo primordial, os laços entre mulheres, irmãs, as diferentes gerações e as relações derivadas desse laço entre elas, juntamente com seus atributos. O parentesco é considerado como um dos mais complexos, entre os povos do tronco linguístico Jê. Há um debate clássico na etnologia que afirma que a produção de pessoas (DA DAMATTA, 1981), de personalidades é um dos fins primordiais da organização social das sociedades ameríndias, e não é diferente no caso dos Mëbêngôkre, é muito importante a produção ritual e cotidiana de pessoas especiais, também conhecidas como pessoas magnificadas – merax -, com isso consolidam-se às famílias, que produzem essas pessoas através da distribuição de nomes belos e riquezas de valor cerimonial (Sobreiro, 2017).

Ao contrário do que afirma Turner, a casa dos homens no centro da aldeia não é a dimensão pública da aldeia assim como o anel de casas não é referente ao mundo privado, nem é a periferia, e muito menos um lugar menos socializado, para os Mëbêngôkre a própria natureza é socializada. As dinâmicas que operam no centro da aldeia são distintas daquelas do alternar-se em determinados momentos e contextos. O anel de casas é a sede das matri-casas possuem e gerem um patrimônio cerimonial juntamente com a prerrogativa do uso de peças e acessórios que estão repletos de significado, exercendo também com isso sua própria dimensão política e interferindo em outros desdobramentos comunitários. É no contexto cerimonial que se consolidam as novas configurações políticas comunitárias, pois uma liderança não é reconhecida enquanto não tenha passado pelo rito da cerimônia de posse, assim o anel de casas e as matri-casas interagem com as associações dos homens no centro da aldeia, legitimando ou corroendo seus poderes. Há contra-poderes e balanços que eclipsam as tendências faccionais e as assimetrias de autoridade e de prestígio.

Mas é a partir de seus grupos etários e associações libertárias que os homens se projetam ao exterior, transcendendo os laços de parentesco e englobando outras variáveis faccionais

nas relações comunitárias. A partir dessas relações se realizam jornadas de caça, diferentes tipos de expedições no mato, nas jornadas para a cidade, também é o espaço onde os padrinhos, ou pais substitutos acolhem e acompanham aos meninos em seu processo de tornar-se homens, que é o momento em que eles ingressam nas atividades da casa dos homens – *ng`à-be* -, que é o lugar onde se proferem discursos públicos, se decidem e realizam muitos preparativos de atividades comunitárias tais como festas e cerimônias. Também é um espaço de discussão de questões políticas, onde os homens fazem seus artesanatos. Antigamente era o dormitório dos homens solteiros e dos maridos de mulheres grávidas e pais de recém-nascidos (Sobreiro, 2017).



Fig 11. Foto de Simone Giovine

*

Existem diferentes rituais e cerimônias de nomeação realizadas pelo povo Mëbêngôkre, que se constituem e se distinguem entre si como pessoas detentoras de nomes comuns e belos. Entre elas estão as cerimônias de nomeação que podem transmitir para as crianças, que são sobrinhas e netas, os nomes de seus tios, tias, avós e avôs. Dos avós ou tios – *ingêt* - para netos e sobrinhos – *tàdjwỳ*. Das avós e tias (*kwaty*) para netas e sobrinhas – *tàdjwỳ*. Muitas vezes a transmissão do nome vem associada com a conquista da prerrogativa de uso de algum *nekretx*, que fazem parte do contorno das matri-casas e da organização social do parentesco dos Mebengokre.

“Os *nekretx* são, emblemas diacríticos da identidade de uma casa, riquezas herdáveis que formam parte do patrimônio simbólico e material de uma casa, assim como os nomes. Os nomes e *nekretx* não estão dados meramente pelo nascimento, mas pela transmissão.



Fig 12. Foto de Simone Giovine

Parentes do sexo oposto

também são doadores em potencial de nomes, e educadores dos receptores desses nomes. As pessoas que guardam as prerrogativas dos *nekretx*, ganham com isso a responsabilidade de desempenhar determinadas atividades rituais, o direito de usar e guardar em suas casas determinados ornamentos, cortar o cabelo de um modo, criar certos animais domésticos.” (Sobreiro, C. 2017, pp. 68,69)

As festas que podem transmitir nomes, além das festas que podem ser realizadas para cada prefixo, algumas são *Kwrykangô*, *Bô Kam Metoro*, *Memybiôk*, *Menirebiôk*. Nomes comuns podem se referir a qualquer coisa, tal como nomes das partes do corpo ou de seres e objetos. Os nomes belos possuem um prefixo cerimonial e um sufixo comum. Existem oito prefixos cerimoniais: 1) *Bep* (Bemp ou Beb); 2) *Tàkàk*; 3) *Kôkô*; 4) *Ire*; 5) *Nhàk*; 6) *Bekdwynh*; 7) *Pãnh*; 8) *Ngrenh*.

São cerimônias que se propõem antes de tudo a invocar a beleza, cujo preparo envolve o trabalho de toda a comunidade, as tarefas são determinadas de acordo com suas obrigações cerimoniais determinadas pelo parentesco e as alianças exercidas pelos donos da festa com os seus parentes e aliados. Os conhecimentos e os atributos das matricasas são decisivos na gestão deste processo (Lea, 2012). Mas cada pessoa assume uma responsabilidade

específica, seja o trabalho de preparo de toda a comida, a caça e pesca, a coleta de produtos da floresta e da roça, a paramentação dos homenageados, que fica por conta dos donos da festa, que são geralmente os pais das crianças, *mekrareremex*, *aqueles que exibem seus filhos com beleza* e se responsabilizam por alimentar aos dançantes durante o *Metoro* – a festa.

É a partir das cerimônias de nomeação que seus homenageados se tornam *memex* = "pessoas belas". São pessoas de alguma forma especiais que, entre outras coisas, já dormiram com os seus ornamentos. Estas cerimônias celebram as relações de parentesco através da nomeação, é uma oportunidade de reintegrar o segmentário e o nível comunal na organização social. Assim, o centro da aldeia, onde a associação é dada geralmente na amizade, aliança e não no parentesco, se torna um local de organização baseada no parentesco (Lea, 2021).



Fig 13. Foto de Simone Giovine

“As mais prestigiadas categorias de valor social, grandiosidade e beleza estão nas criações de personalidades associadas aos nomes adquiridos. Essas categorias de valor estão integralizadas no modo de produção como um todo, e como tais, são aspectos fundamentais nas produções de assimetrias sociais (contrastes de prestígio) e nas formas culturais e específicas de exploração e produção de realidades transformáveis. É isso o que os nomes e suas personalidades carregam. Os nomes que as pessoas ganham, pertencem ao patrimônio simbólico de uma matricasa e têm uma origem mítica. Embora estejam sempre se atualizando e transformando, a herança dos nomes além de um meio de transformação é também um dos modos de manter uma conexão com os ancestrais.”(Sobreiro, C. 2017)

*

Os Mëbêngôkre, já andaram num vasto território que abarca as regiões das bacias hidrográficas do Tocantins, Araguaia e Xingu, mas hoje, habitam em uma constelação de aldeias dispostas na bacia hidrográfica do Xingu ao longo de um território reconhecido e demarcado tão extenso quanto a Áustria, a Irlanda ou a Coreia do Sul³. Mas houve um longo processo de migrações, guerras e conflitos que levaram este povo para onde ele vive hoje, em uma área de transição entre o Cerrado e o oriente da Floresta Amazônica.

É difícil fazer uma reconstituição histórica precisa da trajetória do povo Mëbêngôkre desde a colonização até os dias de hoje, isso está muito longe da intenção aqui, até mesmo por que, além do povo não ser homogêneo, é faccionalista, demonstrando a tendência de dividir-se em diferentes subgrupos e ocupar novos territórios, dificultando com isso o trabalho dos historiadores e dos gestores. As fontes consultadas trazem episódios diferentes em datas diferentes como primeiro contato e aqui serão resumidos alguns episódios que marcaram a trajetória dos principais subgrupos do povo Mëbêngôkre.

Existem diversos relatos históricos e etnográficos a respeito dos primeiros contatos deste povo, e se referem a momentos diferentes da história, aqui serão mencionados apenas alguns em meio a um grosso resumo de algumas histórias gerais sobre a colonização da Amazônia. O povo Mëbêngôkre tem diferentes subdivisões, a mais geral delas é entre os Mëbêngôkre Meridionais (também conhecidos como Kayapó do Sul) e os Mëbêngôkre Setentrionais (também conhecidos como Kayapó do Norte). Atualmente, os antigos Mëbêngôkre Meridionais são os Kreenakrôre ou Panará. Muitos desses relatos consultados se referem aos Mëbêngôkre como Kayapó, mas também receberam outros nomes, conhecidos como Bilreiros, Gradaú, Nhyrykwãje, que são também os Mëbêngôkre do sul ou meridionais (Turner, 2006).

De acordo com Marianne Schmink e Charles H. Wood na obra *Conflictos Sociais e a Formação da Amazônia*, os primeiros colonizadores começaram a invadir o território amazônico e a se expandir em sentido oeste pelo rio Amazonas e seus tributários no século

3

[https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_\(Kayap%C3%B3\)#Nota_sobre_as_fontes](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_(Kayap%C3%B3)#Nota_sobre_as_fontes)

XVII, com o objetivo de escravizar os indígenas e saquear especiarias e outras espécies silvestres, tais como madeiras nobres, cravo, cacau, salsaparrilha, óleos de palmáceas, raízes aromáticas, canela, frutas, caças tais como onças pintadas, tartarugas gigantes de rio, peixe-boi. Os próprios indígenas eram cooptados para trabalhar nas expedições como guias, canoeiros, coletores e para prestar todo tipo de trabalho braçal. Todo esse percurso ocorreu de mãos dadas com a expansão de epidemias e doenças europeias, tais como a tosse brava, a gripe espanhola, catapora, sarampo que assolou boa parte da população indígena com a qual teve contato.

Nos aldeamentos criados pelos jesuítas, dezenas de milhares de indígenas foram dizimados com essas epidemias que se transmitiam facilmente. Até o século XVII, dezenas de milhares de pessoas foram dizimadas por sucessivas epidemias de doenças trazidas pelos europeus. Essa catástrofe gerou conflitos entre colonos e missionários numa luta pelo controle da oferta de mão de obra (Schmink, Wood, 2012).

Os primeiros missionários a povoar a bacia amazônica em seus principais tributários foram os jesuítas da Companhia de Jesus que, a partir de 1645 estabeleceram até 663 missões sob a liderança do padre Antônio Vieira, controlando a vida de mais de 12 mil indígenas provenientes de diversos povos que foram realocados massivamente nesses grandes assentamentos onde as pessoas eram coagidas a abandonar o uso das suas línguas nativas para adotar a língua geral, que foi uma adaptação do tupi antigo que foi adotada como língua no Brasil a partir deste período (Schmink, Wood, 2012).

As narrativas sobre o papel desses missionários trazem uma certa ambigüidade, retratados como protetores dos indígenas diante dos captadores de escravos, ao mesmo tempo tinham que proporcionar mão de obra para a colônia, o que também resultava em escravidão. Os jesuítas foram expulsos do Brasil em 1759 (Schmink, Wood, 2012).

A Corrida do Ouro em Mato Grosso e Goiás ocorreu durante o século XVIII, quando garimpeiros chegaram na região em busca de ouro e de tropeiros que começaram a viajar pelo Tocantins até o Xingu à procura de pastos naturais. As Capitânicas do litoral mandavam expedições em busca de riquezas naturais. Logo nas primeiras décadas da colonização a oferta de mão de obra se viu comprometida com a redução dos indígenas no litoral, por esse

motivo eram enviadas expedições ao interior, para prender indígenas e escravizá-los (Schmink, Wood, 2012).

Os colonizadores desencadearam guerras para expulsar os indígenas desse território rico em ouro, mas esse avanço em sentido oeste foi contido fortemente pelos povos guerreiros jê, entre eles os Mëbêngôkre. Nesta oportunidade os esforços dos colonos e atrair e assentar os indígenas não foram bem-sucedidos. Na abertura da rodovia entre Goiás e Cuiabá houve diversos enfrentamentos. Os Mëbêngôkre eram temidos nas rotas de tráfego dos colonizadores rumo ao oeste, pois andavam por toda essa região do baixo Xingu para o sul, nos arredores de Cuiabá, nos afluentes do rio Tapajós e nas bacias do Araguaia e Tocantins. Até mesmo entre São Paulo e as regiões de mineração em Cuiabá, Goiás e seus arredores. Depois de vários ataques e chacinas contra eles perpetradas pelos colonizadores, os Mëbêngôkre reagiram atacando as expedições portuguesas que procuravam escravos nessa região originária do povo entre os rios Araguaia e Tocantins. Em 1810, escravizadores portugueses contando com o auxílio de outros grupos Jê, entre eles os, Krahô, atacaram os Nyrykwaye. Antes disso, a partir de 1745, com financiamento e a pedido do governador de Goiás, uma tropa de soldados bororo sob comando do coronel Antônio Pires de Campos mantiveram uma campanha militar que durou anos contra todos os povos guerreiros que ameaçassem a expansão aurífera e agropecuária de goiás. Nesse momento os Mëbêngôkre eram vizinhos de outros povos Jê com os quais guerreavam, tais como Apinajé, Krahô, e os extintos Kanakateje, Póreamekra e Xambioa (Verswijver, 1992).

Após a expulsão dos jesuítas veio a vigorar durante 40 anos o Diretório Pombalino, que é considerada a primeira tentativa de estabelecimento da imposição de um poder de controle estatal em vias de algum tipo de *modernização* da Amazônia. Os assentamentos criados pelos jesuítas passaram a ser controlados com tirania por diretores laicos nomeados pela coroa, passando a administrar a alocação de mão de obra para colonos e autoridades coloniais sustentar o funcionamento dos latifúndios. O impacto demográfico dessa empreitada resultou em profundas transformações na distribuição dos diferentes povos pelo território, houve aldeamentos, migrações forçadas, eram organizadas expedições organizadas por representantes de diversas autoridades, com o objetivo de sequestrar pessoas para alimentar esses assentamentos e povoados mestiços (Schmink, Wood, 2012).

Na Amazônia, as únicas cidades eram Belém, Cametá, Viseu, Santarém e Gurupá, no resto da região a população era em sua maioria indígena. Muitos povos migraram para regiões remotas na floresta, próximo às cabeceiras dos rios, quando conseguiram escapar à vida de escravização e servidão que o Diretório e essas elites impunham que fragmentaram e transformaram profundamente a vida e a cultura destes povos, que apesar de diversos em termos de origem territorial, língua e identidade cultural eram chamados de forma pejorativa e genérica como Tapuyos. As densas populações que surpreenderam os primeiros exploradores foram destruídas ou se retiraram para locais menos acessíveis do território, geralmente nas cabeceiras dos rios. Neste período, mais de um terço da população indígena foi dizimada por doenças europeias (Schmink, Wood, 2012).

Emergiram elites que concentraram a maior quantidade de capital e latifundiários que monopolizaram a maior parte da mão de obra disponível, mas os que não tinham recursos nem influência para isso se tornaram comissários volantes, mais conhecidos como regatões que levavam mercadorias até os lugares mais remotos, cumprindo um papel fundamental de conexão entre os dispersos coletores de produtos florestais e os exportadores. Estes comerciantes não se limitavam a viajar com suas mercadorias, também estabeleciam postos e determinados locais, tornando-se um extenso sistema de crédito e intermediação que ficou mais tarde estruturado e conhecido como sistema do aviamento que mais tarde iria vigorar com a exploração da borracha (Schmink, Wood, 2012).

O Diretório caiu e Pombal foi deposto do poder em 1777. Sua missão de transformar os povos indígenas em força de trabalho dócil para sustentar a economia regional fracassou em vista da série de revoltas que sucederam. A Coroa Portuguesa respondeu transferindo a sede de seu poder para o país em 1808 e estabelecendo uma legislação colonial mais dura. Os assentamentos que ainda restavam das missões foram destruídos, seus habitantes escravizados e seus recursos confiscados. A população branca aumentou nos grandes centros, avanços tecnológicos na infraestrutura, vias de transporte e comunicação facilitaram uma nova onda de ação militar contra os povos que ainda escapavam ao domínio da colonização (Schmink, Wood, 2012).

Os primeiros exploradores se depararam com um cenário muito diferente do que é observado neste momento da história. Antes da colonização a várzea dos principais rios amazônicos era densamente povoada por enormes populações de centenas de povos,

muitos deles interrelacionados através do comércio e confederações. Com a abolição do diretório, a população dos assentamentos se espalhou em pequenos grupos familiares ao longo de diversos rios, igarapés, lagos e lugares mais remotos e inacessíveis.

A independência do Brasil e a adesão da Amazônia a essa nova nação ocorreu em torno de tensões políticas e houve diversas rebeliões no Brasil, sendo a mais extensa delas a Cabanagem no Pará, começou como uma disputa entre elites rivais e resultou num levante dos rebeldes contra seus senhores e patrões. Cerca de um quarto da população do estado morreu nessa revolta que se estendeu dos centros urbanos até o interior. A violência e o alastramento de epidemias devastaram a força de trabalho na região, fazendo com que tapuyos, negros escravizados, cabanos e outros trabalhadores fugissem. O vácuo deixado no poder econômico e político da Amazônia pela Cabanagem foi logo preenchido pelos regatões que dominaram no auge da borracha (Schmink, Wood, 2012).

A face da revolução industrial no mundo repercutiu inicialmente na Amazônia com a exploração da borracha a partir de meados do século XIX. Com o advento da indústria automobilística e a introdução dos barcos a vapor a demanda por borracha cresceu com a possibilidade logística de ser exportada. Com concentração em Belém e distritos adjacentes a produção se alastrou pela floresta amazônica sendo estruturada pelo sistema do aviamento, que escravizou seringueiros, entre eles indígenas, por toda a bacia amazônica, incluindo a bacia do Xingu.

Os Mebengokre Setentrionais (Kayapó do Norte) originaram todos os subgrupos que existem hoje. Em 1800, todos os Mebengokre estavam reunidos no subgrupo Goroti-Kumre ("os homens do verdadeiro grande grupo"), mas a partir de um ataque e uma invasão de uma tropa de Krahô juntamente com militares da companhia de Couto de Magalhães em seus territórios tradicionais entre 1810 e 1820, os Mëbêngôkre, depois de sofrer pesadas perdas, realizaram uma importante migração, confirmada pela etnohistória e a oralidade, através dos Rios Araguaia (Kôkati) e Tocantins indo depois em direção a bacia do Xingu. Simultaneamente, o povo se dividiu em três grandes subgrupos os *Irã'ãmranh-re* ("aqueles que passeiam nas planícies") que se extingüiram, os *Gorotire* que originaram todos os subgrupos atuais e os *Porekry* ("os homens dos pequenos bambus") que originaram os Xikrin que hoje são um povo distinto. Do subgrupo Gorotire se originaram todos os subgrupos atuais: Gorotire, Kubejkrakej, Kôkrajmôrô, Kararaô, Mekrãgnoti, Metyktire (Verswijver, 1992).

Após essa expansão colonial para o oeste e a travessia dos grandes rios, continuam as fusões e cisões de aldeias que originaram os dois grupos: Gorotire que migraram rumo ao Rio Xingu e os *Irã'ãmranh-re* ("aqueles que passeiam nas planícies") que permaneceram no rio Araguaia e optaram por fazer contato com os kubẽ no final do século XIX, com missionários. Houve muitos batismos, mas houve tanto descaso com a atenção médica que logo graves epidemias extinguiram essa enorme população que na época estava dividida em 5 aldeias na região (Verswijver, 1992).

Em 1859, missionários capuchinhos entraram em contato com os *Irã'a mrayre* num local chamado Santa Maria na beira do rio Araguaia, próximo a um local onde hoje é Conceição do Araguaia. Onde foi fundada uma missão e um forte com os quais realizavam trocas de animais de caça por ferramentas e miçangas. Os *Irã'a mrayre* mudaram a aldeia de lugar da beira do rio para o interior, sendo contatados mais tarde por Couto de Magalhães. Depois de romper relações comerciais, mudaram novamente o local de sua aldeia para um lugar entre os rios Arraias e Pau d'Arco. Neste contexto, os *Irã'a mrayre* tinham rivalidade tanto com os Gorotire com os Xikrin que estavam mais ao norte e que por sua vez eram aliados dos Karajá, também inimigos dos Mëbêngôkre (Verswijver, 1992).

Foram visitados em 1896 e 1987 pelo explorador francês Codreau, que estava junto com o missionário dominicano francês Gil Vilanova que fundou uma missão e Colégio Santa Maria Velha, que originou a cidade de Conceição do Araguaia (Turner, 2006). Neste momento eram cerca de 1500 pessoas divididas em 4 aldeias. Os Gorotire estavam a 150 km a oeste do Araguaia e se estendendo para além do Xingu, outro grupo, os *Purukarú* se estabeleceram perto de Itacaiunas. Assim como este, houve vários movimentos migratórios e subdivisões. Além de ser uma forma que expressa o modo de viver e a própria territorialidade do povo Mebengokre, os movimentos migratórios e faccionalismo são uma resposta de resistência diante do avanço da colonização em seus territórios, assim como resultado de várias disputas entre diferentes grupos etários masculinos, muitas vezes entre homens mais jovens e homens mais velhos. A fissão original de *Me akre Goroti* ocorreu devido a uma disputa entre homens mais jovens e mais velhos sobre a apropriação pelos mais velhos de músicas cuja prerrogativa de canto era exclusiva dos mais jovens (Verswijver, 1992).

Os Goroti-re também eram conhecidos como Kaiapó do Xingu, e sua menção histórica mais antiga data de 1750 no Rio Xingu e no cerrado próximo ao Rio Tocantins. Em 1843, os Juruna mencionaram a presença dos *Ticuapamoin*, que é um termo Juruna para referir-se ao que a literatura etnográfica menciona como Txukarramãe, Tshukahamai ou Xukahamei. De acordo com os Juruna, seria a mais importante das comunidades do Xingu e estaria próxima ao Rio Xingu, onde também viviam os Goroti-re e estavam sempre atravessando o rio. Em enfrentamentos com colonos brasileiros, os Goroti-re tiveram acesso a suas primeiras armas de fogo (Verswijver, 1992).

No final do século XIX, os Goroti-re ocupavam uma única grande aldeia chamada Pykakôti, que estava localizada num campo aberto na cabeceira do Riozinho, tributário do Rio Fresco. A aldeia tinha duas casas dos homens. Estima-se que eram cerca de 2000 pessoas. Os grupos estabeleciam suas andanças numa ampla área entre o rio Xingu e o rio Fresco (Verswijver, 1992).

Os *mekragnoti* se mudaram para uma área maior de cerrado entre os rios Jarina e Iriri Novo, onde ainda tiveram conflitos com os Goroti-re e com os Kreen Akróre, ainda que fizessem muitas aldeias na floresta, sempre acabavam voltando a essa área que chamam de *mebanhõ kapôt djwynh* "nosso cerrado verdadeiro".

Nesta época ocorrem os primeiros contatos diretos, aldeias são atacadas, muitas pessoas foram mortas, mulheres e crianças levadas e vendidas como escravas. Este desastre fez com que o povo Mëbêngôkre abandonasse seu território de origem migrando para o oeste, interior do Brasil. Os invasores apareceram novamente causando diversas cisões internas em diferentes momentos históricos pela mesma divergência entre simpatizantes e opositores de uma relação pacífica com os conquistadores. A parte favorável a esta relação se encontrava visivelmente seduzida pela quantidade de bens materiais que chegavam junto com estes exploradores e seu principal interesse era o acesso a armas de fogo e ferramentas de trabalho agrícola (Verswijver, 1992).

Visionários, os que faziam oposição a esta ideia de contato com os brancos, destacavam os perigos que essas relações envolviam, que geralmente resultavam em fases trágicas em que muitas pessoas morriam por doenças do *kubê*. Com efeito, as tensões internas que

surgiam a partir daí refundaram uma nova política de migração e dispersão, baseadas na cisão e formação de novos grupos de afinidade. Guerreavam com outros povos indígenas vizinhos, com os *kubê*, até mesmo entre diferentes turmas de grupo de idade e entre aldeias distintas. Acabaram reconhecidos por sua resistência guerreira sendo classificados por outras etnias, mas sobretudo pelo Estado como os mais belicosos e empoderados da Amazônia. Este fato fez com que a maior parte do Brasil Central experimentasse o avanço das fronteiras da colonização e da sociedade nacional mais recentemente. Os Mekrãgnoti se dividiram e se embrenharam na floresta para continuar vivendo de forma livre. Atraídos pelos bens e serviços prestados por postos instalados pelo governo na metade do século XX, os Mëbêngôkre saíram das partes altas dos rios e se estabeleceram fundando grandes aldeias circulares nas proximidades dos rios mais largos onde se localizavam⁴.

O cacique Kentxai, da aldeia Tepkatinhongore no Xingu, conta um pouco sobre como foi o impacto desses movimentos e migrações na trajetória de seus ancestrais e conta a terrível história do guerreiro Kokojagotire.



Fig 15 . Cacique Kentxai. Foto de Kubekàkre Kayapó

“Havia guerra entre dois grupos de idade contra outros três. Nisso nosso avô também ficou com medo e passou a andar assim para fugir do conflito. O grupo do Mekragnotire era contra, o grupo de xikrin também. Tinha muita guerra entre os Mëbêngôkre, entre os diferentes grupos, e também de alguns grupos Mëbêngôkre contra outras etnias. Tinha muitos indígenas de diferentes povos nesta região aqui.

Então, entre os guerreiros mais perigosos estava o Kokojagotire que era um homem sem coração e sem ideia, só queria matar aos outros. A aldeia ali que chama Pykakyti tinha 5.000 índios, aldeia desde a serra lá até aqui, aldeia grande e Kokojagotire não brinca. Aí os outros ficavam com medo e iam se afastando, com medo dele. Ele pegava as mulheres dos outros, logo de manhã chegava para matar o marido delas, matava os outros, é assim que ele fazia. Punure (ruim), não presta. Piaab ket (sem respeito, sem compaixão) por isso que os Mëbêngôkre iam se afastando, até o meu avô saiu daqui e foi lá para a região do Iriri. Que se chamava Krwacrô, esse era o nome do lugar do meu avô. O nome dele era Patkore, era Cacique Geral. Ele ficou lá com medo do Kokojagotire também, estavam contra a aldeia dos mekragnotire também. Por isso ele ficou lá, num lugar chamado kenyryti e krwacrô, onde o pessoal foi amansar ele lá no krwacrô.

4
[https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_\(Kayap%C3%B3\)#Nota_sobre_as_fontes](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_(Kayap%C3%B3)#Nota_sobre_as_fontes)

Ele falou para mim que era para ficar em outro lugar onde ele também tinha ficado no rio que chama Tepkatinhongore, avô falou para quem tinha amansado ele que era para levar toda a turma dele para lá. Ele até falou que era para subir o Xingu no Iriri e ficou lá, ele até falou que iria ficar na boca do rio Tepkatinhongore para poder se encontrar com o irmão dele. Ali no Xingu não tinha ninguém, só no lugar onde fica a aldeia Kokrajmôro é que tinha cidade sim. Um dos meus avôs também era chefe lá. Agora eu também fiquei na boca do rio Tepkatinhongore com o Xingu. Lá tem roça antiga do meu avô, lá tem manga, eu limpei e fiz a roça e fiquei ali. É um lugar muito bom para viver. Quando eu fico lá eu não ouço nenhum barulho nem nada, só comendo peixe e trabalhar, só, é longe! Tu já foi lá? Kamoktidjam fica mais para cima, mais para baixo tem Pykararãkre. E para cá, mais para baixo tem saíam lá de kubekrakej Tepkatinhongore. Antigamente não tinha brancos aqui, onde nós estamos hoje, aqui não tinha. Os guerreiros e andaram até aqui, andaram, aqui não tem nada, só o matão mesmo.

A luta pela terra antigamente era muito dura. Naquele tempo a luta do branco contra o Mëbêngôkre pela terra. Ira'amraire era um povo que foi assassinado pelos padres, vivia na beira do rio Tocantins, ele era kayapó de verdade e perigoso os guerreiros, por causa de terra não quer que os kayapó mora aqui na região do campo da aldeia kubekrakej, todo os dias ia lá para fazer guerra depois ficou com medo e atravessou o rio Xingu e ficou lá no rio Iriri. Depois os outros guerreiros crescem e vem trazendo seu pessoal contra eles por causa de terra e mulheres, tudo junto. Ninguém manda parar, os caciques uns contra os outros. Hoje, até hoje continua andando, o branco também. O branco chega e não sabe de quem é essa terra, já vai chegando, fazendo barraca e começa a trabalhar e faz um papel dizendo que é dele, ninguém procura saber de quem é essa terra. Naquele tempo os guerreiros estavam procurando esse negócio para não ficar perto, porque tem grupos que andam na terra para matar. Naquele tempo era assim, mas hoje em dia não é mais assim.

Pois é, era assim. Naquele tempo não era bom para a gente, agora hoje é muito melhor para nós. Você pode ver que hoje mesmo o Mëbêngôkre já está diferente. Naquele tempo não era assim. Tu já viu alguma revista, alguma foto, algum vídeo por aí? Do ano passado ou retrasado dos Mëbêngôkre? E hoje? É diferente, né? Naquele tempo atrás os guerreiros vinham agressivamente para resolver as coisas sem usar roupa, sem tênis, sem relógio. Ele sempre usava o cocar, que também chamamos de capacete, colar, pinta a cara e ficava muito bonito, eu acho muito bonito. Gosto muito da pintura dos indígenas. Mejkumrej, pois é, é isso mesmo. E os Mëbêngôkre já vem entrar aqui nesta área onde estamos, vinha de longe, perto de onde Pedro Álvares Cabral governava, vieram andando até aqui. Tinha um subgrupo Mëbêngôkre que camava Kwyrere, que veio trazer a turma dele para cá, deixou a mulher dele e veio trazendo o pessoal do grupo dele. Veio embora para cá, até chegar aqui e ficou aqui. Foi assim."

O povo Mëbêngôkre é um povo ávido, antropofágico e cosmopolita sempre teve suas relações interétnicas e diplomáticas com outros povos, mas foi nas décadas de 1950 e 1960 que a maioria das comunidades Mëbêngôkre estabeleceram relações diplomáticas permanentes com a sociedade nacional. Desde 1943 os irmãos Cláudio, Orlando e Leonardo Villas-Bôas formavam parte da Expedição Roncador-Xingu, criada pelo governo federal com o objetivo de desbravar o Brasil Central, foi interrompida em 1948 e retomada em 1951. Só a partir de 1952 que eles entrariam em contato com os Mëbêngôkre e, mas muito tempo antes disso Ropni já sabia e foi inclusive instruído pelo seu pai a respeito dos tempos que se avizinhavam em que ocorreria o contato com o kubẽ (estrangeiros, não indígenas) e que a partir desse contato viriam grandes transformações para seu povo:

“No momento em que os irmãos Villas Bôas chegaram na cachoeira Von Martius, antes dos irmãos chegarem, meu pai já me orientava que quando o homem branco chegasse e quisesse que eu fosse com ele eu tinha que estar muito concentrado e também ter consciência porque você está indo com um branco e você vai acabar encontrando com outros povos indígenas e eu quero que você esteja muito ciente do que eu vou falar, você não precisa ser uma pessoa muito agressiva quando encontrar com outra pessoa indígena, tem muitos parentes nossos que estão em outras regiões e você vai encontrar com eles e eu não quero que você fique brigando com eles quando encontrá los, até então somos nós mesmos que estamos espalhados, todos nós somos iguais, irmãos, onde na época da derrubada do milho era um povo só e ali quando derrubaram esse pé de milho é que se espalhou o povo, então todos nós somos iguais, quando você encontrar com alguns deles você tem que conversar com eles com calma para conhecer eles, conversar com eles para falar sobre isso também porque nós somos todos parentes nessa terra (...). Quando eu estava na época do contato dos parentes indígenas da região do Araguaia onde tem os Tapirapé, Karajá...essas pessoas que ficam próximas de nós ali, tinha alguns parentes daqui já com a intenção de poder se encontrar com o branco, que eram os irmãos Villas Bôas, e os irmãos Villas Bôas já haviam contactado alguns povos que eram próximos dos Mëbêngôkre que já tinham essa aproximação, principalmente com os Juruna que nessa época já tinham contato com os Mëbêngôkre antes do contato com o branco. Nessa época os parentes, nossos anciãos, já haviam decidido que iam se encontrar com os kuben, para poder conversar...naquela época era mais entrega de materiais mesmo como o machado. Quando os irmãos Villas-Bôas ainda estavam na região do Araguaia eu percebi que depois que fosse feito o contato com o kube tudo iria mudar. Era o que eu estava sentindo, já percebendo que iria acontecer muitas coisas ruins com o meu povo, e depois que fizemos o contato começou a acontecer muita coisa em relação com a saúde do Mëbêngôkre, os homens brancos levaram as doenças, muitas doenças para o povo e morreram muitas pessoas. Nessa época do susto, das doenças, os Mëbêngôkre decidiram se separar, alguns fugiram pro mato por medo da doença, alguns ficaram, então alguns foram para o Cerrado que hoje é chamado de aldeia Kapôt e alguns para o Capoto Nhinore que é uma terra que está em processo de homologação, que é a minha origem, onde convivi com os meus pais, lá morreram meus pais, tem nosso cemitério, o povo Mëbêngôkre se espalhou ali depois do contato.”

A partir desse encontro com os irmãos Villas-Bôas Ropni aprendeu não só português e sobre o mundo dos brancos a partir de outra perspectiva, mas tornou-se o principal interlocutor não só entre seu povo, mas entre outros povos indígenas e a sociedade nacional, participando de reuniões importantes com líderes de estado que resultaram no atendimento de diferentes demandas dos povos indígenas, sobretudo relacionadas à demarcação de terras indígenas. Acompanhou o processo de pacificação de todo o seu povo e se encarregou de ajudar na distribuição de materiais e doações de instrumentos e ferramentas doadas pelo governo de forma assistencialista para os líderes indígenas com os quais estava sendo realizado o contato. Neste relato, Ropni nos traz um relato dessa faceta tutelar da política indigenista que toma forma nesta época ao nos contar como foram os primeiros tempos de convivência com os irmãos Villas-Bôas, seus encontros com Rondon e Juscelino Kubitschek e sobre o momento em que receberam a notícia do falecimento de Rondon:

“Durante oito meses convivendo com o Cláudio e o Orlando, quando estávamos na ilha do Bananal, na primeira viagem que fizemos de avião para Leonardo, nesse tempo eu comecei a entender a língua portuguesa, quando chegamos em Leonardo eu e meu primo, que éramos jovens, começamos a trabalhar com eles com vários

tipos de atividades e nessa convivência eu fui aprendendo a entender o português e no primeiro entendimento que eu tive foi no dia que o Orlando e o Cláudio estavam preparando comida e tinha algumas lenhas para eu pegar para por no fogo...Ai que eu comecei a entender melhor o português. Eles me disseram: pega esse pequeno e joga no fogo depois coloca o grande para ficar melhor...Assim que eu comecei a entender o português. E é isso, com Cláudio e o seu irmão Orlando que eu comecei a aprender português. Depois continuamos trabalhando com eles, foi passando o tempo de chuva...o tempo de seca e de novo tempo de chuva e nós fomos continuando a trabalhar com eles, naquela época já estávamos nos preparando para viajar para São Paulo e Rio de Janeiro, nesse tempo o Rondon tinha convidado todos os povos indígenas e nós fomos de ônibus e chegamos lá e haviam vários povos, tinha nós, os kamayurá e muitos outros povos, muita gente e começamos a subir o prédio, nós fomos os primeiros a chegar lá em cima...quando terminaram de subir um rapaz falou para nós entrarmos em uma outra sala e nesta sala estavam muitos líderes kube, lá estavam o Rondon, o Juscelino Kubitschek e outros líderes kube. Nós entramos ali e começamos a nos apresentar, começamos a fazer nosso canto, depois nós sentamos, terminamos a nossa apresentação quando o filho do Rondon chegou no pai dele e perguntou quem ia entrar na outra sala para pegar as coisas que eram os presentes e o Rondon me escolheu, falou meu nome e meu filho chegou para mim e pediu para eu entrar na outra sala que tinha várias coisas, tinha faca, facão, camisetas e blusas e vários tipos de coisas que o Rondon estava oferecendo para nós. Eu comecei a pegar algumas caixas que tinham facas, comecei a pegar essas primeiro então pedi ajuda de outras pessoas para levar as caixas daquela sala para a sala principal e eu mesmo fiz a distribuição para vários tipos de parentes que estavam ali naquela sala, fui distribuindo e distribuindo até lá no final. Depois de finalizar a distribuição dos presentes que foram oferecidos pelo Rondon Juscelino se levantou e começou a falar acenando o nome do Rondon que era o benadjwryj grande dos tagamoio, os policiais, disse o nome dele e falou que ele era o pai de todos nós que nos defendeu e começou a falar sobre ele, sobre o que o Rondon fez por nós, que tivemos muito apoio dele na época em que os povos estavam sendo massacrados sendo mortos pelos kube e Rondon chegou e defendeu todos nós e nos protegeu, por isso Juscelino se levantou e acenou o nome dele e disse que era o pai de todos nós, os Mëbêngôkre que estavam ali, os povos que estavam ali com vários benadjwryj, líderes kube, foi assim que foi o encontro com o Rondon, o encontro dos Mëbêngôkre, povos indígenas, com o Marechal Rondon. O primeiro contato foi quando estávamos apenas protegendo nosso território junto com os irmãos Villas Bôas, mas esse foi o primeiro encontro com o chefe maior do estado. E ali nós nos despedimos do Marechal Rondon. Passou algum tempo, tempo de chuva, tempo de seca, lua cheia, depois disso tinha uma empresa de Machado que era o avião que sobrevoava ali para entregar as coisas e lá em cima quando o avião passava em cima de nós, jogava informações que eram as cartas, cartas de informações...jornais ou encomendas. Nesse caso um avião passou em cima de nós e jogou um monte de jornais e quando o Orlando viu ele pegou, foi na casa e viu essa informação e chamou todos nós para vermos o que estava acontecendo e quando entramos essa informação chegou a nós e ele falou o seguinte para nós: O verdadeiro pai de vocês que defendeu os seus avós, os seus pais que estavam nesta terra que protegeu o povo de vocês hoje ele faleceu e eu quero aqui orientar vocês aconselhar vocês depois da morte de um grande pai de vocês, peço a todos que estão aqui comigo aqui que estejam fortes, estejam com consciência para impedir essa briga entre Mëbêngôkre, vocês tem que parar essa violência entre vocês mesmos para crescer o povo e defender vocês mesmos porque aqui vocês estão deixando um grande pai que defendeu vocês e agora a terra aqui está nas mãos de vocês, agora vocês tem um desafio muito grande de poder impedir essa briga entre vocês mesmos, contra os povos, contra vocês mesmos...parar com essa briga que está acontecendo, impedindo essa briga vocês vão crescer e se protegerem dos kube. Há muito tempo o próprio kube vem matando vocês, já mataram muita gente, já ameaçaram muitos povos, agora é a vez de vocês se defenderem depois da morte do grande pai de vocês.”

Tanto o falecimento do Rondon, como a demissão dos irmãos Villas Bôas do SPI foram marcos importantes que indicam mudanças nos rumos e nas facetas da política indigenista, um paradigma inicialmente assimilacionista foi sendo transformado na política indigenista tutelar para finalmente trazer uma perspectiva de maior respeito à autodeterminação cultural de cada povo com a criação da Funai em 1967. Essa mudança de paradigma seria possível

considerando que é preciso tanto o respeito com a diversidade sociocultural como a efetiva demarcação dos territórios indígenas, um meio dos indígenas sobreviverem física e culturalmente ao cruel avanço dos brancos numa lógica que ainda era colonial. Assim como Ropni previu que esse contato com a sociedade nacional que optou por realizar traria grandes mudanças, Orlando também previu que nesse cenário Ropni se tornaria uma grande liderança:

“Então nesse tempo, todos nós que estávamos com ele retornamos para nossas casas, para o nosso povo, eu estava lá no Capoto Nhinore e fiquei sabendo que Orlando estava no Javaru e então eu fui subindo em outros lugares que tinha outros parentes morando e tive o conhecimento que ele estava juntando todos para conversar e eu fui subindo para Javaru e fomos trabalhar, continuamos nosso trabalho e depois quando eles ficaram sabendo que tinha chefe deles que estava pretendendo demitir eles (irmãos Villas-Bôas) ele (Orlando Villas Bôas) convocou todos nós, o benadjwryj dos Juruna, benadjwryj dos Kaiabi e de muitos povos que estavam ali, e quando começamos a chegar até ele...e já foi falando bem forte para nós. Já começou a falar forte, bravamente, nos aconselhando para que estejamos no caminho certo para poder defendermos o nosso povo e o nosso território, e quando ele começou a falar forte vários dos nossos não gostaram, não gostaram da atitude, do comportamento que ele estava tendo ali com todos e alguns desistiram do trabalho e foram embora, somente eu, Anaya, Dahá e o Pecuri não escapamos dali, estamos ali entre eles mesmo tendo esta situação deles terem esse comportamento diferente com nós porque ali foi o começo para eu escutar eles, eles estavam falando forte mas mesmo assim estão falando o certo, bravamente, naquele momento eu queria receber isso também porque só assim nós conseguimos estar no caminho certo, nós tínhamos que seguir nosso caminho... que o kube era o mal... com essas palavras muito fortes e falaram também que o avião já estava chegando para levar eles embora, quando o avião chegou eu e mais outros fomos junto com eles até o aeroporto, até a pista onde estava o avião e lá ele virou para mim, ficou na minha frente e começou a falar comigo: Raoni eu já passei muitas informações e orientações para você e eu quero que você continue com essas orientações que eu te passei, você não pode desviar o caminho, você tem que ser forte você vai virar um grande líder, um líder de verdade, benadjwry raj, você tem que defender essa terra porque essa terra vai ser de vocês, você vai defender para o seu povo continuar morando aqui nessa terra e falou isso, falou muito forte comigo. Depois ele me cumprimentou e começou a se emocionar, começou a chorar, foi seguindo até o avião, entrou e foi embora.”

Mas essa despedida não foi definitiva e os esforços tanto dos indígenas como dos irmãos continuaram no sentido de avançar na proteção dos povos indígenas diante do avanço da colonização, a construção de uma política indigenista que não estivesse mais voltada meramente para o assistencialismo, nem para a integração dos povos indígenas na sociedade nacional, mas que estivesse voltada para o respeito à sua autodeterminação cultural, a sua autonomia e com a garantia de sua sobrevivência física e cultural através da demarcação de seus territórios e do acesso à serviços públicos como saúde de qualidade. Como resultado desses esforços foi decretada a criação do Parque Nacional do Xingu em 1961, e após isso Ropni passou a se mobilizar para conseguir a demarcação de outros territórios indígenas ao longo das próximas décadas:

“Depois da despedida, mesmo ele tendo sido demitido pelo chefe dele (Cláudio Villas Bôas) ele (Raoni) continuou com o trabalho dele ali na nossa região a fazer casas... vários tipos de coisas que estávamos fazendo e passou um tempo e ele retornou para a região, para a base... onde estávamos trabalhando. Ele começou a acompanhar nossos trabalhos, o que estávamos fazendo e começou a perguntar o que nós estávamos precisando naquela época e perguntava toda hora para cada um de nós, qual seria a ajuda que ele poderia dar para nós... Nós nos sentamos somente nós que estávamos ali, mebengokre e começamos a conversar sobre o que poderíamos falar para ele, que ajuda poderíamos obter com ele. E decidimos, se ele estava oferecendo um apoio para nós então vamos falar sobre a demarcação, foi decidido que essa era a ajuda que nós precisávamos, depois ele chamou nós para conversar lá na casa, onde nós entramos e ele começou a perguntar de novo o que nós estávamos precisando e nos sentamos e dizemos que precisávamos do apoio dele para demarcar a terra indígena e ele disse que era isso que ele queria saber de nós, que queria escutar isso da nossa boca. Depois disso começamos a fazer picada, 40km de um lado e 40km do outro lado para poder demarcar essa terra onde nós mesmos queríamos que fosse demarcado daquele jeito. Depois disso, Romero jucá quando entrou como presidente da FUNAI começou a fazer muita coisa ruim, ele mesmo diminuiu a área de demarcação dessa terra, hoje a área demarcada é muito pequena, ele fez muita coisa errada lá dentro, muita coisa contrária àquilo que estávamos pensando, ele foi um cara que não nos ajudou, era um cara ruim para nós, dentro da FUNAI, eu fiquei muito bravo com ele e com o que ele estava fazendo com nós. Nós lutamos contra ele, lutamos contra ele para poder tirar ele do cargo para que viesse outro que pudesse nos ajudar, foi onde tivemos uma vitória de ter retirado ele da FUNAI para que entrasse outro. O próximo foi uma pessoa muito boa para nós, ele que começou a me ajudar a demarcar a terra indígena foi quando eu demarquei a terra indígena do Apinajé, eu que demarquei aquela terra, com a ajuda dele, desse novo presidente da Funai, eu tive muito apoio dele na demarcação de terras indígenas. Nesse tempo, quando estava viajando para lima os que estavam na beira da fazenda bebendo água suja, água que era consumida pelos carros, que moravam ali na estrada na beira da fazenda, chegaram para mim quando eu visitei eles e me disseram que a única coisa que eles me pediam era que ajudasse eles a demarcar a terra deles, terra que tinha sido tomada pelo fazendeiro que tinha jogado eles na beira da fazenda, na estrada, então eu falei com esse novo presidente e falei que ele estava errado de jogar os indígenas na estrada, cheguei para ele e disse que estava errado que ele precisava demarcar a terra deles para que eles pudessem viver uma vida normal ali e ele me disse que eu que estava errado e eu disse para ele que eu estava sendo errado mas que eu iria demarcar a terra para eles. Quando ele homologou essa terra todos os parentes que estavam na beira da estrada subiram em um caminhão e adentraram ao território deles com muita alegria e emoção para eles, muita vitória, onde eles ocuparam a terra e ainda estão lá. Então nessa época tivemos muita ajuda desse presidente que atuava na FUNAI, me ajudou muito a demarcar várias terras indígenas para outros parentes, então foi esse trabalho que eu fiz junto a esse ex-presidente da FUNAI.

Depois disso fomos para outras regiões visitando outros parentes e a única coisa que eles pediam era a demarcação das suas terras, esses parentes estavam em situações muito difíceis com fazendeiro expropriando, tomando e diminuindo as terras deles e eles falavam comigo para que eu falasse com as autoridades para que eles pudessem retomar as terras e ampliar as que já tinham sido recuperadas dos fazendeiros. nós tivemos uma audiência entre vários líderes em que estava a FUNAI, estavam uns ministros e eu fui convidado para falar com eles, participar da reunião, desde então minha preocupação era essa falar de demarcação de terras dos povos e então eu cheguei em um ministro, acho que ministro da defesa e ele queria que eu falasse alguma coisa para ele, a única coisa que eu queria falar era demarcação e eu cheguei na sala dele, ele pediu para eu me sentar, eu sentei e ele começou a me perguntar o que eu queria, aí eu comecei falar para ele que muitos indígenas, muitos povos que estão aqui no Brasil, naquele tempo, era um único povo que morava nessa terra, nossos ancestrais eram um único, depois que eles começaram a se espalhar aqui no Brasil, então preciso que você reflita sobre isso para poder ajudar outros parentes, muitos parentes estão pedindo para que nós trabalhássemos juntos para poder ajudar eles. é onde eu preciso que vocês falem com outras autoridades para demarcar aquela terra que está sendo tomada pelos fazendeiros, hoje a terra deles está muito pequena para eles morarem. Aí ele me olhou e falou para mim: Raoni, você está certo, eu só preciso que você fale logo com o presidente da FUNAI para que possamos prosseguir com esse apoio para podermos

ampliar essa terra. Estava o presidente no mesmo encontro e eu fui chamar ele para fazermos essa reunião para produzir logo o documento, a própria FUNAI estava ciente da situação daquela região e começaram a demarcar vários povos, várias terras indígenas dos parentes. É assim que eu trabalho para ajudar os povos, porque são os mesmos parentes, mesmo povo que foram se dividindo a muito tempo e foram se espalhando aqui nessa terra, é nós mesmo que estamos aqui, nós somos parentes muito próximos mas que se espalharam por todo canto, nossos ancestrais são um só. Então esse é o trabalho que eu fiz, com as autoridades kuben e também com meu povo.

Durante a demarcação da terra indígena Menkragnotire, em que eu e o Sting estávamos fazendo campanha em vários países para poder juntar recursos para fazer a demarcação, pretendíamos demarcar essa terra com floresta em pé ainda que fosse derrubada depois, na época a Funai pretendia demarcar uma terra muito pequena mas quando eu tive conhecimento que o próprio presidente da Funai estava fazendo isso eu fui até a Funai e conversei com ele, eu disse que não era daquela forma que a gente ia querer e antes mesmo que eu fosse até o presidente da Funai muitos parentes que moravam na região já tinha pedido pra mim, essa área ainda não estava desmatada, que a demarcação tinha que acontecer já enquanto a mata não havia sido destruída pois os fazendeiros já estavam de olho ali. Então eu sentei com o presidente e falei que a terra Menkragnotire não podia ser pequena que tinha ser demarcada com a floresta e o presidente concordou com o que eu disse e dessa forma demarcamos a terra Menkragnotire. Hoje fiquei sabendo que tem muitos parentes entrando com garimpeiros para poder destruir a floresta e eu não estou aceitando isso, eu não gosto desse tipo de coisa, que destrói a própria terra e os jovens eles não podem seguir com esse pensamento de homem branco, de querer ser o branco, ser igual a vocês.”

Sobre a história territorial dos Mebengokre, Megaron Txucarramãe diz o seguinte:

“Com a criação do Parque Nacional do Xingu, com o Orlando na frente do Parque, o governo então delimitou essa terra, Parque Nacional do Xingu, depois mais tarde veio a ser o Parque Indígena do Xingu. Então, o limite do parque iria até a cachoeira, mas a ocupação tradicional da terra ficou fora. Então, Carolina, com a criação do parque, nós, meus pais, meus tios, ficou nosso território kapoto nhinore, kapôt, tudo ficou fora do limite do parque. Então, aí Orlando falou que era melhor viver dentro do parque. Então a primeira aldeia, Porori, meus tios foram fundar essa aldeia, Porori, na beira do xingu, na margem esquerda do rio Xingu, no município de Peixoto de Azevedo. E de lá para cá eles viveram acho que 15 ou 20 anos, quando começaram a morrer as pessoas, então eles abandonaram, falaram que era melhor viver em outro local, então a aldeia se dividiu. Meu tio Kremoro, Kromare, outros meus tios, meu compadre, tudo ficaram junto com Kremoro, mudaram de Porori para lá. Aí ficou no rio Jarina. E meu tio ropni com o grupo dele, com o meu tio Koiobá com o meu tio Kykryt, com o meu tio Kakôro, eles então subiram para depois da estrada, porque essa estrada MT 322 surgiu quando era época da ditura militar, fizeram essa estrada. Em vez de desviar do parque, cortou o parque. Aí, segundo Orlando o limite do parque seria da estrada para baixo até mato grosso não era terra indígena, e só para cima que era parque do xingu. Bom, com o tempo, em 1970 essa estrada surgiu, com o tempo essa estrada trouxe muita coisa que não era bom para o nosso costume para nossa saúde, o nosso pessoal pegou sarampo nesses lugares. Então ficou assim, estrada para baixo, para limite do Pará, mato grosso, não era mais terra indígena, mas os meus tios permaneceram nesse local, nessa terra. E o meu tio Raoni, lobao, e outros meus tios foram para dentro do parque e fundaram uma aldeia chamada Kretire, e aí com o tempo teve muita invasão, muito posseiro, muita gente abrindo fazendas dentro do rio Xingu para baixo. Então, Carolina, meus tios começaram a brigar porque tinha muita ocupação de um pessoal que não era indígena, então eles começaram a brigar, expulsaram todo mundo e a terra ficou sem kuben morando lá de novo. Então a luta continua, a nossa luta continua. Bom, depois de muito tempo essa estrada que chegou aqui e cortou o parque, era 1970, depois de tempos 75, 76, foi demarcada a terra indígena jarina, não era ainda kapoto jarina, era só jarina, eu acompanhei, como o cacique da aldeia jarina era meu tio kremoro e meu tio kremare, foram falar com o presidente da funai para demarcar Jarina. Eu fui com eles, traduzí a fala dos meus tios para o presidente e do presidente para os meus tios.”

Nas décadas de 80 e 90 os Mëbêngôkre se mobilizaram junto a ambientalistas e outros povos indígenas em prol de direitos políticos, da demarcação de suas terras. Caciques e lideranças protagonizaram uma luta que visibilizou personalidades como Ropni Metyktire, Paulinho Paiakan ou Bepkoroti, assim como Kubei, Tuto Pombo e Megaron Txucarramãe. Participaram da Assembléia Constituinte e criaram alianças internacionais em defesa de seus direitos originários.



Fig 16. Autor desconhecido.

No início da década de 1980 organizaram a retomada do seu território de ocupação tradicional que nessa época estava sendo suprimido por madeiras, fazendas, garimpos e posseiros. Exigia-se a retirada dos invasores, a demarcação da Terra Indígena Kayapó e demais terras do povo Mëbêngôkre. No mesmo contexto, as mobilizações ocorreram no sentido de retirar a exploração de madeira e do garimpo em suas terras. Houve retomadas de garimpos (Maria Bonita), serrarias (Santa Cristina) e fazendas. As mais notáveis manifestações se deram onde hoje é a TI Kayapó em São Félix do Xingu, Gorotire, Cumarú do Norte no Sul do Pará e na região das hoje TI Capoto/Jarina e Mekragnoti em São José do Xingu no Mato Grosso⁵.

⁵

https://books.google.com.br/books?id=IVMtDgAAQBAJ&pg=PA1&hl=es&source=gbs_toc_r&cad=2#v=onepage&q&f=false

A ocasião ganhou repercussão pelo fato de 150 guerreiros mebengokre, com a liderança de Paulinho Paiakan, Kubei, Tuto Pombo terem desalojado o garimpo Maria Bonita que contava com mais de 5000 garimpeiros, em algumas ocasiões até 15.000. Entre as exigências dos guerreiros estava o aumento no valor da indenização a ser recebida pelo povo pela venda do ouro, a demarcação da terra e posteriormente a retirada do garimpo como um todo. Fizeram a retenção de 789 chupadeiras ou mini-dragas e os 47 moinhos que estavam operando no garimpo. Começaram a construir uma aldeia no local. Os milhares de garimpeiros desalojados se instalaram na



Figura 17. Paulinho Paiakan, pintura de Carolina Sobreiro

cidade de Redenção no Pará, onde causaram diversas depredações e saques na cidade⁶.

Contudo, houve divisão e divergências entre os caciques a respeito de seguir ou não o caminho da exploração de madeira, que ocorria com o aval da Funai e no caso do garimpo, com a atuação da Caixa Econômica, que acabou por retirar-se. Os Xikrin do Bacajá e os

⁶
https://books.google.com.br/books?id=IVMtDgAAQBAJ&pg=PA1&hl=es&source=gbs_toc_r&cad=2#v=onepage&q&f=false

Gorotire nesse período protagonizaram vários embates legais pela proibição ou não da extração de minério e madeira⁷.

Simultaneamente, Kanhonke, Raoni, Tutu Pombo, Bepgoti se mobilizaram para conseguir apoio internacional para demarcar as TI Menkragnoti e Capoto/Jarina, onde o cacique Raoni desencadeou a "Guerra do Xingu" em reivindicação da demarcação de sua terra. Megaron e Marcos Terena participaram das negociações entre os mebengokre e a Funai.

Em 1987 o Presidente José Sarney decidiu transformar a base militar da Serra do Cachimbo, localizada a apenas 80 km da Reserva do Baú do povo Mebengokre, em um depósito de lixo nuclear, ameaçando a vida de quase 2.500 indígenas Mebengokre, Kaiabi e Munduruku que vivem próximos ao local. Existia nesse momento e até hoje, registros de índios isolados vivendo no local. A Funai estava a planejar frentes de atração para preservar esses povos do risco de contaminação, tanto pela proximidade geográfica como pelos cursos de água que passam no local em direção aos territórios indígenas. Um grupo de 97 caciques e lideranças liderados por Raoni, Paiakan, Kubei, Kokoreti e Megaron foram a Brasília protestar e dançaram na Praça dos Três Poderes quando o presidente decidiu reverter a decisão⁸.

Em 1987, a Assembleia nacional constituinte foi instalada no congresso nacional com o objetivo de elaborar uma nova constituição democrática para o Brasil. Composta por 559 parlamentares, a comissão contou com a participação de movimentos sociais, organizações da sociedade civil e povos indígenas. O processo de construção da constituição foi participativo, gerando um cenário propício para que a carta estivesse de fato alinhada com os princípios dos direitos humanos no mundo. A convocação para os trabalhos se deu em meio ao processo de abertura democrática e a aprovação da carta magna diz respeito às promessas das forças políticas que estavam alcançando o poder com o fim do regime militar⁹.

7

https://books.google.com.br/books?id=IVMtDgAAQBAJ&pg=PA1&hl=es&source=gbs_toc_r&cad=2#v=onepage&q&f=false

⁸ <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/i4I00013.pdf>

⁹ <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/i4I00013.pdf>

Os povos originários viram a assembleia constituinte como uma oportunidade de corrigir algumas questões problemáticas da velha relação de tutela entre estado e indígenas. O empoderamento de cada povo fortaleceu uma enorme rede para fazer frente à política colonial brasileira e uma guerra estética tomou o congresso durante toda a fase de trabalho e aprovação da nova constituição federal, exercendo uma pressão fundamental sobre os constituintes no sentido de ultrapassar o paradigma da "aculturação", passando a prevalecer a autodeterminação dos povos indígenas¹⁰.

O povo Mëbêngôkre ocupou Brasília através de uma grande delegação onde estavam, dentre outras lideranças, Paulinho Paiakan que posteriormente viria a promover diretamente a demarcação das Terras Indígenas de seu povo no âmbito internacional.

Deputados constituintes membros da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias viajaram à aldeia Gorotire para ouvir as reivindicações, a participação dos Mëbêngôkre na assembleia constituinte teve um grande impacto no mundo e foi uma grande estratégia política de pressão não só para o seu povo mas para uma infinidade de etnias que viriam a ter suas



Figura 18. Paulinho Paiakan, ilustração de Carolina Sobreiro

¹⁰ <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/i4i00013.pdf>

terras homologadas graças à garantia dos direitos territoriais na constituição. Por fim, a constituição reconheceu que os povos indígenas foram os primeiros moradores do Brasil e que isso garante naturalmente o direito à vida em seus territórios tradicionalmente ocupados, este mecanismo está previsto no artigo 1º parágrafo 231 da constituição federal de 1988¹¹.

Ropni com Sting fundaram a Rainforest Foundation e sua filial brasileira a Fundação Mata Virgem com a qual conseguiu financiar a demarcação dos territórios Mëbêngôkre. Esta enorme projeção levou com que outras facções dos Mëbêngôkre passassem a reivindicar os seus direitos territoriais, formando hoje o maior território indígena contíguo do Brasil. Simultaneamente, Kanhonke, Ropni, Tutu Pombo, Bepgoti se mobilizaram para conseguir apoio internacional para demarcar as TI Menkragnoti e Capoto/Jarina, onde o cacique Raoni desencadeou a "Guerra do Xingu" em reivindicação da demarcação de sua terra. Megaron e Marcos Terena participaram das negociações entre os mebengokre e a Funai.

Um evento histórico muito importante para a projeção política do povo Mëbêngôkre a nível nacional e internacional foi o Encontro de Altamira, que ocorreu em 1989. Ropni, Paiakan, Tuire e outros aliados ambientalistas nacionais e internacionais se

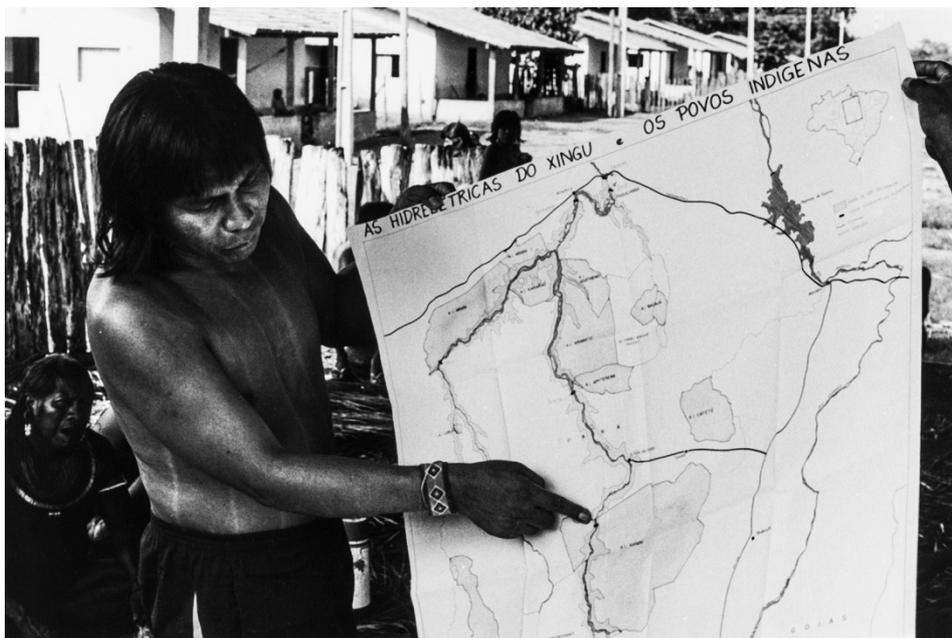


Figura 19. Paulinho Paiakan no Encontro de Altamira. Foto de Beto Ricardo.

reuniram para impedir a construção da Usina de Kararaô no Xingu. Em reunião com representantes do Banco Mundial, Paiakan, Kubei e outros Mëbêngôkre conseguiram cancelar o financiamento da usina devido aos impactos socioeconômicos e a destruição ambiental que poderia causar.

¹¹ <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/i4100013.pdf>

O Encontro de Altamira foi concebido para construir um diálogo entre os Mëbêngôkre e representantes do governo brasileiro a respeito dos planos oficiais de construção de barragens na Bacia do Xingu.



Figura 20. Foto de Beto Ricardo

Foi gestado um ano antes durante a festa do milho de 1988, onde os Mëbêngôkre discutiram o plano hidrelétrico para a bacia do Xingu. Este evento é uma marca da grande capacidade de articulação do povo Mëbêngôkre e representou uma importante manobra política, lançando no debate amazônico contemporâneo estratégias sólidas de atuação com grande força política. Demonstrou à sociedade nacional e internacional a riqueza da cultura da sociedade Mëbêngôkre e seu dinamismo¹².

O encontro foi armado dentro do esquema típico de uma cerimônia coletiva Mëbêngôkre, *kwyrykangô*, a Festa do Milho, que foi escolhida para o encerramento do encontro e impôs grande significado político pelo seu mito. A vontade política do povo Mëbêngôkre se imprime nos atos de danças canções e atos rituais.

Considerado primeiro encontro socioambiental do Brasil, convocado pelos Mëbêngôkre com a liderança de Paulinho Paiakan e Tuire Kayapó, mais de 600 indígenas de diversas etnias se reuniram com centenas de ambientalistas num grandioso evento político e cultural. Foi realizado inteiramente no coração da Amazônia para exigir o fim da construção da

¹² <https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/povos-indigenas-no-brasil-1987-88-89-90>

hidrelétrica Kararaô e mais investimento em políticas públicas de preservação do meio ambiente.

Essa resistência obrigou as autoridades a fazer grandes mudanças no projeto original e a construção da usina foi suspensa por muitos anos, até mesmo o nome Kararaô (grito de guerra Mëbêngôkre) foi modificado para Belo Monte devido à recusa das lideranças em aceitar a apropriação de um nome na sua língua pelo projeto da usina. O encontro foi inspiração para grande parte da sociedade civil, organizações não-governamentais e populações vítimas da construção de grandes empreendimentos para tomar medidas para resistir e proteger seus territórios.

Houve intensa mobilização internacional e conquista de importantes aliados e parceiros, que mais tarde iriam apoiar com o financiamento das demarcações. O movimento dos mebengokre ganhou repercussão nacional e internacional, passando a liderar um movimento pela demarcação de terras indígenas em todo o país. No mesmo contexto, houve um forte engajamento na questão da construção da Usina hidrelétrica Kararaô que seria construída no Rio Xingu. Houve muita luta contra a instalação de grandes empreendimentos na região.

Nesta fase, em 1989, com o auxílio do músico Sting, surgiu a Fundação Mata Virgem (FMV), criada em Brasília após contatos internacionais feitos pelas lideranças Kayapó, Raoni e Megaron. A FMV passou a ser um ponto de união entre organismos não governamentais pela demarcação e preservação da terra indígena Kayapó, Mekragnoti e Capoto/Jarina

Paiakan cumpria nesta mesma época uma agenda internacional batizada de "10w europeu da esperança" pelo grupo Amigos da Terra. Se mobilizaram juntamente a diversos organismos e governos para tratar sobre a proteção da Amazônia e das terras indígenas. Foi também um movimento para promover a demarcação da TI Kayapó e para evitar a implementação do plano hidrelétrico para o Xingu. Enquanto cumpria parte destes compromissos na Itália, a delegação foi surpreendida pela notícia de que Paiakan e Kubei estavam sendo processados com base na lei do estrangeiro.

Paiakan e Kubei estiveram nos EUA onde se reuniram com líderes do congresso e do Banco Mundial para pedir que não sejam concedidos empréstimos ao Brasil para a construção de hidrelétricas no Rio Xingu.

Com essa atitude, segundo a polícia federal, os indígenas teriam infringido o artigo 107 da lei do estrangeiro que impede que qualquer estrangeiro admitido no Brasil, se manifeste - direta ou indiretamente - sobre os negócios públicos do país. Paiakan e Kubei estavam sob ameaça de expulsão do Brasil. Este fato foi considerado uma aberração por muitos juristas. No mesmo sentido, ficou exposta a fragilidade da manobra política de retaliação do governo Sarney frente a visibilidade da luta levada pelos indígenas ao exterior e da crescente mobilização internacional que culminou com a demarcação do Terra Indígena Kayapó e a modificação dos planos de construção das barragens que permaneceu engavetado até que viessem novamente à tona durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

2. Pyka – A Terra

Oriundos da região de cerrados entre os rios Araguaia e Tocantins, habitam o Brasil Central, mais precisamente a bacia hidrográfica do Rio Xingu. Os Mëbêngôkre conquistaram a demarcação de territórios que hoje representam a maior faixa de floresta contígua da Amazônia Oriental. Reunidas, as

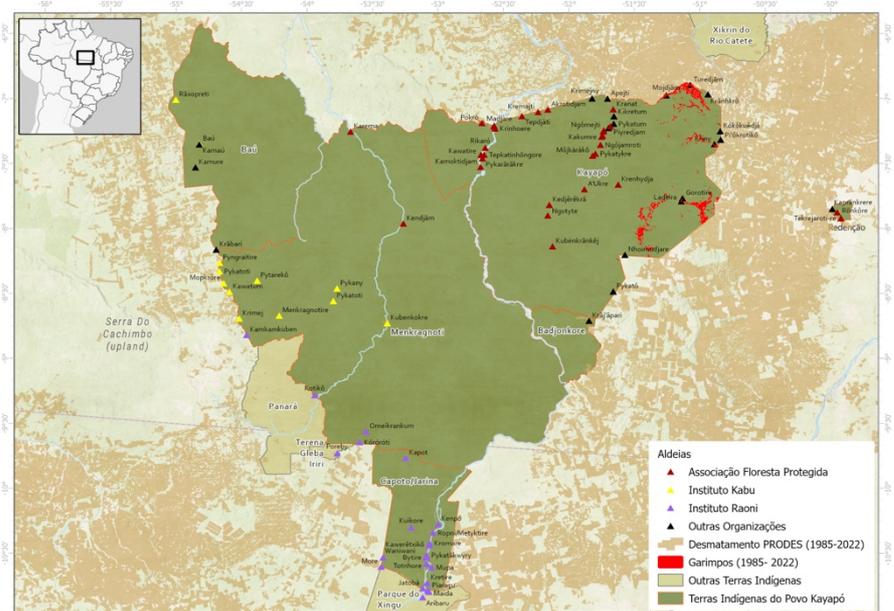


Fig 21. Mapa dos territórios Mëbêngôkre elaborado por Igor Ferreira – Associação Floresta Protegida

Terras Indígenas somam cerca de 13 milhões de hectares no sul do Pará e norte do Mato Grosso, as Terras Indígenas Badjônkore, Baú, Capoto/Jarina, Las Casas, Kararaô, Kayapó, Menkragnoti, Xikrin do Cateté e Trincheira/Bacajá.

Os territórios formalmente reconhecidos Mëbêngôkre na atualidade fazem parte do Corredor de Sociobiodiversidade do Xingu¹³, um dos mais extensos corredores de Áreas Protegidas do mundo, constituído por 21 Terras Indígenas (TIs) e nove Unidades de Conservação (UCs) contíguas que somam cerca de 26 milhões de hectares de florestas e cerrados no extremo sudeste amazônico.

¹³ <https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/bacia-do-rio-xingu/corredor-xingu-de-diversidade-0>



Fig 22. Mapa do Corredor da Sociobiodiversidade. Rede Xingu+ Instituto Socioambiental

Conforme observamos no primeiro capítulo, após um longo período de migrações, guerras e conflitos decorrentes do contato, alguns grupos dos Mëbêngôkre decidiram estabelecer relações diplomáticas e mobilizar-se politicamente para alcançar o reconhecimento e a garantia de seus direitos e suas terras.

Os Mëbêngôkre vivem em aldeias dispersas ao longo do curso superior dos rios Iriri, Bacajá, Fresco e de outros afluentes do caudaloso rio Xingu. É praticamente recoberto pela floresta equatorial, com exceção da porção oriental, preenchida por algumas áreas de cerrado.

Acredita-se que, os Mëbêngôkre foram membros de grandes comunidades, populosas, autônomas e autossuficientes (Turner, 2006). Os indícios arqueológicos apontam aldeias circulares antiquíssimas, espalhadas pelo cerrado, associadas a peças de cerâmica e à população conhecida em sentido genérico como Tapuya, entre os quais estavam os Jê e outros povos considerados “nômades” (Fausto, 2000).

De acordo com o Megaron Txucarramãe,

“Primeiro nós, meus pais, meus tios, não tinham essa preocupação com a terra. Nosso costume era normal, para andar na terra, fazer roça, fazer aldeia, e quando tem ritual e alguma coisa tem a festa de nomeação, a comunidade ficava no seu costume sem essa preocupação com esse negócio de demarcação, de delimitar a terra, era tudo livre, para nós era tudo livre. Nossa ocupação da terra tradicional Kapoto Nhinore, kapoto rojkôre, e até lá no Pará, lugar chamado krodjamre. Então meus avôs, minhas avós ocupavam esse território, lá no Mekragnoti até no Kapoto Nhinore.”

Mas para os Mëbêngôkre o território é muito mais do que um espaço delimitado geograficamente, representado em mapas e objeto de políticas públicas e fluxos de desenvolvimento. Para os povos indígenas a terra possui um significado mais profundo e uma conexão narrada por Mayalú Txucarramãe:

"Como a nossa casa. Uma casa que traz vida e que nos alimenta e que ao passar do tempo nós também acabamos por alimentar a terra. Eu digo isso trazendo as palavras do meu avô que é do povo Wuará, ele fala que na terra tudo tem seu dono, o rio, a floresta o ar, a terra e nós fazemos parte dela como seus filhos e o nosso dever é cuidar da nossa mãe, que nos alimenta que nos deu a vida que nos nutriu e que traz essa mensagem, que nós estamos aqui para cuidar dela. Essa é a relação que eu vejo também através do conhecimento dos pajés e dos raizeiros que tem a Terra como uma cuidadora, é pelas suas raízes que nós nos nutrimos forte fisicamente e espiritualmente.

Por isso precisamos da Terra e dos seus recursos (água, floresta, ar) que estão todos interligados, então esta é a conexão que o Mëbêngôkre tem com a Terra. Isso não é dito e sim vivido, é o que o eu vejo na convivência e nas conversas com os mais velhos e aí eu tenho esse olhar e posso falar dessa forma. Não vemos a terra como algo que nós podemos lucrar e sim como aquilo que nos mantém vivos e fortes espiritualmente."

Além desta conexão espiritual, de acordo com Mayalú, na cosmovisão do povo Waurá os verdadeiros donos da terra são os animais:

"Pelo que eu já aprendi com eles, com o meu povo, nós não somos donos da Terra estamos por aqui somente de passagem, os donos da Terra são os animais, então se eles são os donos, acaba que a Terra é propriedade dos animais e nós devemos pedir permissão para usufruir de qualquer recurso da Terra, essa é a diferença. Nós temos o dever de cuidar porque nós temos uma capacidade de articulação, de comunicação com outros seres humanos, o que os animais possuíam antigamente e todo esse conhecimento que nós temos sobre a terra, a floresta, dos rios... Nos foi transmitido pelos animais e esses animais obtiveram conhecimento e transmitiram para nós seres humanos que hoje somos chamados de indígenas. Aprendemos nessa relação que nós temos com outros povos e com a sociedade não indígena que nós temos o dever de proteger, de cuidar pois nos apropriamos do conhecimento dos animais da floresta então devolvemos esse conhecimento através da proteção."

Essa narrativa da Mayalú Txucarramãe demonstra que para os povos indígenas Waurá, e talvez de um modo semelhante para os Mëbêngôkre, a epistemologia das relações que compõem a terra não se limitam às instituições humanas, suas formas de governo e noções de controle e propriedade. Para os povos indígenas de modo geral, e neste caso dos Mëbêngôkre comparados aos Waurá, as relações sociais se estendem entre os humanos com outros seres e forças da natureza, estando tudo



Fig 23. Mayalu Txucarramãe. Pintura de Carolina Sobreiro.

interligado numa complexa rede de relações que precisam ser levadas em consideração. Sendo assim, os Waurá tem uma aliança de proteção da biodiversidade e da terra, junto aos animais que são em última instância os seus reais proprietários. Essas conexões cosmopolíticas vão muito além do que é estabelecido no âmbito do reconhecimento formal dos territórios indígenas, mas é justamente por essa conexão e pela sua importância como modelo conservação ambiental que uma proteção a esse direito originário se faz necessário perante o mundo dos homens.

Protagonistas de uma territorialidade que apresenta altos fluxos e mobilidade geográfica, teceram seus passos pela terra seguindo um movimento dialético de fusão, cisão e criação de aldeias novas, formando com isso a distribuição territorial de uma constelação de aldeias politicamente autônomas. A sua criatividade espacial e política se traduz geograficamente na expansão de aldeias distintas ao longo de um território vasto e na proliferação de distintos subgrupos, que hoje são conhecidos como Gorotire, Kubêkrākêj, Kôkrajmôrô, Kararaô, Mekrãgnoti, Metyktire e Xikrin.

O povo Mëbêngôkre possui sua própria dinâmica de territorialidade, que não se encaixa nos parâmetros evolucionistas que sugerem o sedentarismo como modelo superior ou mais evoluído de habitar a terra, a territorialização do Estado pressupõe o sedentarismo de modo a melhor estabelecer algum controle. Contudo, mesmo assim os Mëbêngôkre têm recriado estratégias para incorporar o movimento em sua territorialidade, tal como nos conta Kentxai:

"Antigamente tinha um grupo afastado, de jovens que chamamos Menoronyre, um grupo Mëbêngôkre se afastou dos outros, saiu para andar em outro lugar. Virou o que hoje se chama xikrin, mas tem o grupo Gorotire, Mekragnoti e Metyktire também. Viver aqui na terra, os nossos tios e nossos avós já vem acostumados de andar nesta região todinha, não tem lugar certo para ficar o tempo todo ali não. Todos os anos ele vai andar até voltar em algum lugar de novo. Entendeu? Ele passa um dia ali, no outro dia está em outro lugar. Andavam nesta região todinha, até o rumo de Altamira, depois delas e em sentido sul também para lá tudo. Todo lugar o índio anda. Nesta região tudinho o pessoal andava aqui, saia da aldeia e ia até o Tocantins, vai descendo e vai embora, atravessa o rio ali e vai embora. O dono da terra é o indígena que já estava aqui antes de Pedro Álvares Cabral chegar. Quando ele chegou já tinha indígenas aqui nesse Brasil. Hoje você vê que todo lugar tem indígenas, até na África, no mundo todo têm indígenas."

Para Mayalú Txucarramãe, a ideia de uma floresta antropogênica, de uma paisagem construída pelo movimento nômade de seu povo faz sentido:

"vamos tomar como exemplo os Mebêngôkre de antigamente, quando eram nômades, eles não tinham um lugar fixo e por todos os lugares em que passavam eles deixavam um pouco deles naquele espaço, naquela região, quando havia um deslocamento de um lugar para o outro eles levavam a batata ou levavam sementes que não tinha naquele outro local e por conta da andança eles acabavam transformando aquele espaço. Eu acredito que é dessa forma que vai se estruturando e se modificando a floresta e com certeza nós fazemos parte desta formação, desta construção desta floresta no mundo em que vivemos hoje, nos territórios em que nós vivemos."

Dessa forma, os Mebêngôkre, criam novos mundos e constróem a paisagem através do movimento, ele faz parte da sua territorialidade, é uma pulsação política Mëbêngôkre de grande relevância, constitui uma parte muito importante de sua história territorial e de seu modo de viver e habitar a terra.

Boa parte dessa rede de relações mencionada por Mayalú Txucarramãe costuradas pelo movimento, expressam uma vontade política dispersiva do povo Mebêngôkre, é através do movimento que se realizam importantes atividades cotidianas e cerimoniais. De acordo com as estações do ano, há momentos de dispersão e outros de concentração na aldeia, assim como havia incursões de guerra e momentos de festa. Existem expedições temporárias, no caminho, caçam e coletam. Fazem acampamentos temporários, para criar lugares em outros locais mais distantes. O movimento é importante para realizar cerimônias de nomeação, por exemplo, expedições de caça, pesca, coleta e até mesmo viagens à cidade para fazer compras precedem essas grandes festas. Sendo assim, o movimento é importante para a constituição das pessoas, do grupo, da aldeia e do povo.

E nesse processo, como bons caçadores que são, além do movimento, lançam mão da captura de objetos e essências alógenas, oriundas de mundos alheios e distantes, para criar novas realidades e garantir a sua reprodução social. Demonstrando uma cultura política antropofágica, faccionalista e uma grande pulsão de autonomia e descentralização. A estrutura política e demográfica do povo Mebêngôkre acolhe uma dinâmica de cisão e criação de novas coletividades, instâncias de atuação, novas aldeias. Atualmente existem mais de 85 aldeias do povo Mebêngôkre e constantemente novas aldeias estão sendo criadas. Essa dinâmica demográfica é um desafio para qualquer estrutura administrativa e acredita-se que essa cisão tenha fortes motivações econômicas, mas também deve ser compreendida como uma estrutura política e territorial própria. De acordo com Mayalú Txucarramãe, esse movimento de cisão e criação de novas aldeias têm uma importância para a proteção territorial.

"Antigamente eu também achava que fosse ruim a divisão e a criação de várias aldeias e hoje nós vemos cada vez mais a criação de novas aldeias dentro do território. O meu olhar era burocrático porque eu trabalhava na saúde indígena e via que para a questão administrativa realmente isso impacta e trava o orçamento, porém no quesito proteção territorial, essa é uma característica importante porque a cada nova aldeia que se espalha pelo território vem trazendo a territorialidade do povo Mebêngôkre através a implantação dessas aldeias e de suas roças.

Vou usar o exemplo do meu pai que já fez mais de quatro ou cinco roças, todas em locais diferentes e o pessoal sempre dizia "ah mas o Megaron nunca termina a roça dele" ou "o Megaron nunca fica na roça dele". Mas ele faz pensando nas mulheres viúvas e mães solteiras que não tem o auxílio de homens para abrirem suas roças por questões culturais, então com essa atitude além dele ajudar e apoiar as mulheres ele vai demarcando o território . A última roça que ele e Bepdjai fizeram está em um local bem isolado de outras aldeias mas aquilo demonstra que a terra está sendo utilizada e que tem pessoas indígenas lá e isso também vai criando outras comunidades, a ante penúltima roça que ele fez hoje é a aldeia Butire, depois que ele fez a roça da família do finado Garopi foi para essa região porque viu que ali a roça anda bem e que a terra é boa e com isso meu pai vai deixando sua marca e essa marca vai protegendo o território Capoto Jarina.

Acredito que em outros territórios kayapó também acontece isso porque aí vai criando novas aldeias, novas lideranças...Pelo menos no território Capoto Jarina esta é a visão que eu tenho. São divisões que são necessárias para o mundo atual, nossos territórios estão cheios de ameaças e o território indígena cada vez mais são somente os territórios de floresta em pé. Dessa forma vamos demarcando e defendendo nosso território. Mas pessoas que não veem dessa forma encaram isso somente como mais um gasto porque para abrir uma roça é preciso chegar no local que muitas vezes é de difícil acesso e que precisa de estrutura, mas para o Mebêngôkre, para a reprodução do Mebêngôkre ela é importante para o crescimento da população e para a manutenção da vida do povo e de suas tradições. O seu ponto de vista está correto pra mim, porque é necessário esse olhar tanto para fortalecer o povo Mebêngôkre quanto outros povos indígenas."

O direito originário à terra é, incontestavelmente, um dos mais essenciais para os povos indígenas. A terra representa a base fundamental para a sua existência, proporcionando os meios para sua reprodução física e cultural, bem como para a manutenção dos seus modos de vida tradicionais.

Este direito originário possui raízes profundas que remontam aos tempos da colônia, quando se estabeleceu o instituto do indigenato, reconhecendo os direitos territoriais indígenas como algo intrínseco, primordial e natural. Ele precede a própria formação do estado brasileiro, sendo legítimo por si só.

É importante ressaltar que esse direito é amplamente reconhecido tanto em âmbito nacional quanto internacional. A Constituição Federal de 1988, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outros instrumentos legais reafirmam a importância desse direito e seu dever de proteção fundamental.

Para as comunidades indígenas, a posse da terra não é apenas uma garantia de sobrevivência, mas também um dos pilares centrais de suas culturas e cosmovisões. O direito originário à terra já era reconhecido desde os tempos coloniais como algo inalienável, primordial e natural, embora somente em 1964 tenha sido reconhecido seu usufruto exclusivo. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, rompeu-se definitivamente com a tutela e com a premissa da aculturação e assimilação, passando-se a respeitar o direito de autodeterminação dos povos indígenas. Além disso, estabeleceu-se a obrigação da União em demarcar e proteger os territórios indígenas, reforçando o compromisso com a preservação de suas culturas e modos de vida únicos (Amado, 2015).

A história do reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas no Brasil é uma trajetória longa e complexa. Desde os primórdios da colonização até a promulgação da Constituição Federal de 1988, esses direitos têm passado por diversas fases e transformações.

No início, predominava a perspectiva da aculturação, assimilação e incorporação dos povos indígenas às massas de mão de obra rural, mas mesmo nesse contexto, foram promulgadas Cartas Régias pelos reis de Portugal no início do século XVII que já reconheciam alguns direitos dos indígenas. A Carta Régia de 1609, por exemplo, estabeleceu que os indígenas eram livres, deveriam receber salário pelos serviços prestados nas fazendas dos colonizadores e não podiam ser submetidos a trabalhos forçados. A Carta Régia de 1611 garantiu o direito à terra, que não poderia ser tomada sem o consentimento dos indígenas (Amado, 2015).

Durante o Regime Sesmarial, esses direitos foram ampliados, considerando os indígenas como senhores de seus próprios domínios, como afirmado no Alvará Régio de 1680. Essas garantias foram reforçadas na Lei Pombalina de 1755 e no Diretório dos Índios de 1758. A Carta Régia de 1819 e outras disposições assinadas por Dom João VI em 1819 também

confirmaram o domínio das terras pelos povos indígenas, declarando nulas todas as concessões de sesmarias (Amado, 2015).

Entretanto, com a independência do Brasil em 1822 e a primeira Constituição do Império em 1824, esses direitos indígenas foram esquecidos e não mencionados, embora não tenham sido revogados os documentos anteriores. Somente em 1834, com a Reforma Constitucional do Império, os direitos dos povos indígenas começaram a ser incorporados aos textos constitucionais. No entanto, essa inclusão previa a integração e assimilação dos indígenas em outra sociedade, bem como a imposição da religião Católica. A Lei de Terras de 1850 regulamentou o regime fundiário do país e estabeleceu o direito originário à terra para os indígenas, especificando-as como não-devolutas (Amado, 2015).

Somente em 1934, com a Constituição da República Federativa do Brasil, esses direitos territoriais indígenas foram novamente mencionados, com ênfase na competência exclusiva da União para legislar sobre a incorporação dos indígenas à comunidade nacional e na proteção da posse de suas terras ocupadas. O mesmo foi reforçado pela Constituição de 1937 e preservado na Constituição de 1946, que permitia a posse sem vedar a alienação (Amado, 2015).

Após o golpe militar de 1964, a Constituição Federal de 1967 conferiu aos indígenas a posse da terra e o usufruto exclusivo dos recursos naturais em direção a um território futuro para eles. A Emenda Constitucional nº 1 de 1969 manteve as terras indígenas como bens da União e a competência exclusiva de legislar sobre a incorporação dos indígenas à sociedade nacional. Em 1988, a Constituição Federal atual estabeleceu de forma mais detalhada o reconhecimento dos direitos originários das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas. Esses direitos são anteriores ao próprio estado brasileiro, considerados como posse congênita e legítima por si só. Eles têm como base o instituto do indigenato, originado nos tempos coloniais, que reconheceu os direitos indígenas como primários e naturais (Amado, 2015).

A política pública responsável por garantir esses direitos é a demarcação de terras indígenas, que também visa proteger juridicamente os territórios ancestrais ocupados pelas comunidades indígenas, onde suas culturas prosperam. No entanto, essa política enfrenta

desafios significativos devido a disputas e interesses conflitantes, incluindo resistência por parte da bancada ruralista.

Em resumo, a história dos direitos territoriais dos povos indígenas no Brasil é marcada por uma evolução complexa, com avanços e retrocessos ao longo dos séculos. O reconhecimento atual desses direitos é resultado de um processo histórico longo e contínuo de luta e resistência das comunidades indígenas pelo direito à terra e à preservação de suas culturas.

Para os povos indígenas, a posse da terra não é apenas uma questão de sobrevivência; é também um dos pilares fundamentais de sua cultura e cosmovisão. Através da conexão com suas terras ancestrais, eles estabelecem uma ligação profunda com elementos simbólicos que permeiam sua visão de mundo. É nas terras indígenas que repousam os ancestrais, e é a partir delas que se estabelece uma conexão sagrada com os espíritos protetores e os seres mitológicos que fazem parte de suas crenças.

Assim, a posse da terra para os povos indígenas transcende a mera questão territorial; é a base de sua identidade cultural, sua ligação espiritual com a natureza e uma parte intrínseca de sua existência. A luta pela preservação dessas terras não é apenas uma batalha legal, mas também uma batalha pela preservação de suas crenças, valores e conexões ancestrais com o mundo natural.

A demarcação de terras desempenha um papel fundamental como política pública e proteção jurídica dos territórios ancestrais tradicionalmente ocupados, onde floresce a rica cultura indígena. No entanto, essa política enfrenta consideráveis desafios devido a disputas e interesses conflitantes.

O Território indígena do povo Mëbêngôkre tem sido palco de disputas pela exploração de seus recursos naturais há muitos anos, com o processo de demarcação iniciando em 1991. Entretanto, inicialmente, essa política não foi suficiente para a remoção imediata dos garimpeiros e madeireiros que continuaram suas atividades ilegais com certa impunidade. Foi somente em 1994 que ocorreram as primeiras ações mais contundentes para expulsar os invasores.

Os processos de demarcação das Terras indígenas dos Mëbêngôkre enfrentaram desafios internos e externos. No âmbito externo, houve conflitos com o estado brasileiro, enquanto internamente, a cultura disruptiva dos Mëbêngôkre deu origem a divisões, favorecendo o surgimento de facções internas e, conseqüentemente, novas frentes de atuação no conflito pela terra e novas demandas por territórios.

Em janeiro de 1990, o então presidente Sarney assinou o decreto nº 98.865 que determinava que a demarcação da TI Menkragnoti fosse realizada pela Funai em até 150 dias. Por falta de recursos governamentais para realizar a demarcação, realizou-se um convênio entre a Funai e a Fundação Mata Virgem para garantir a demarcação.

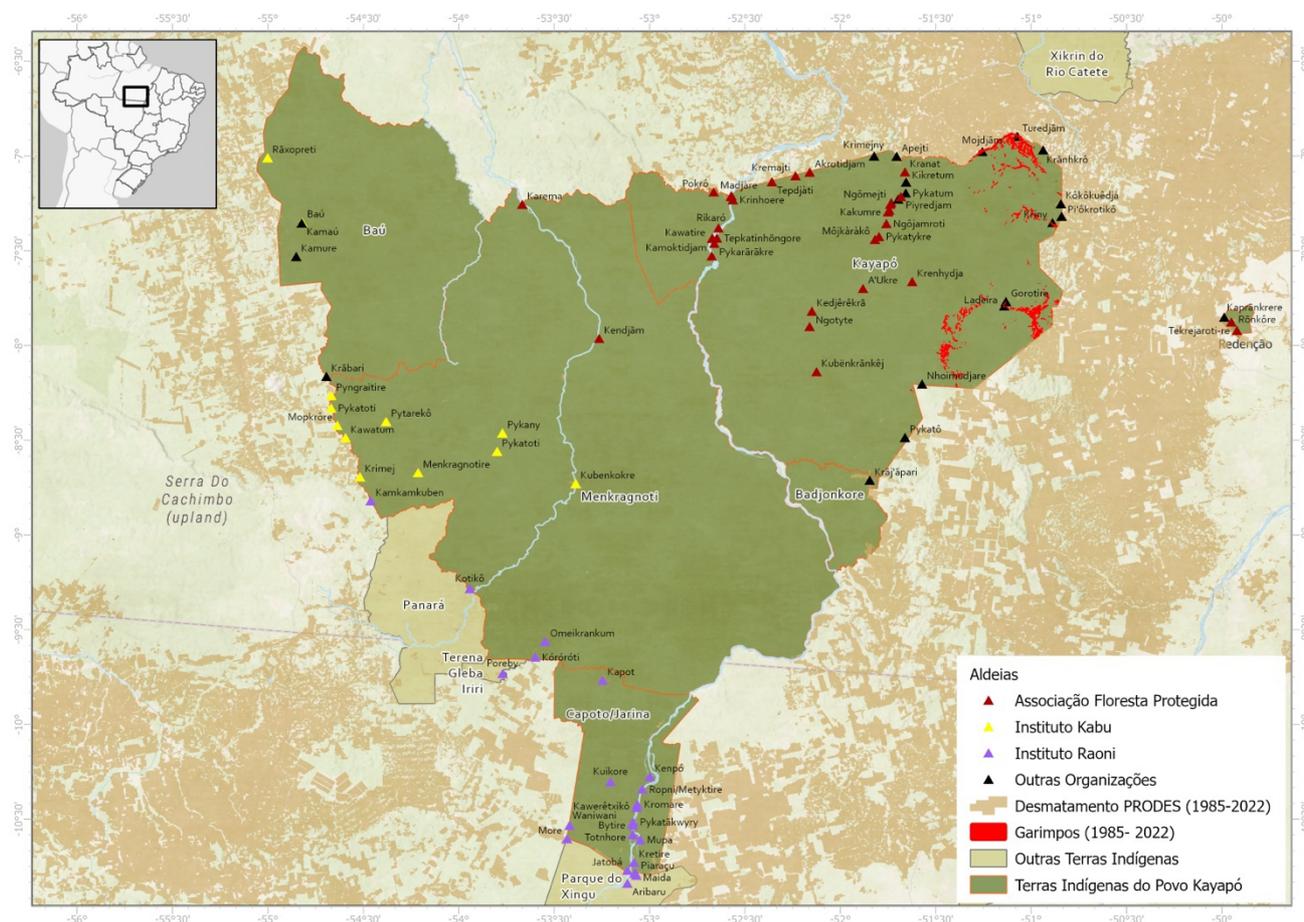


Fig 24. Mapa das Terras Indígenas dos Mëbêngôkre. Elaborado por Igor Ferreira.

Todo este vasto território é formado pelas terras indígenas:

Terra Indígena Capot Nhinore:

Área habitada por Isolados Capot/Nhinore, Mëbêngôkre, Mëbêngôkre Menkragnoti, Mëbêngôkre Metyktire e Yudja em fase de identificação, processo aberto sob a Portaria 1.249 - 29/09/2004 com somente 14% dos trabalhos de reconhecimento concluídos.

Terra Indígena Kayapó:

Homologada através do Decreto Presidencial 316 de 30 de outubro de 1991 possui uma área total de 3.284.004,9719 hectares abrangendo quatro municípios do Pará: Bannach, Cumaru do Norte, São Félix do Xingu e sua maior parte em Ourilândia do Norte.

Terra Indígena Baú:

Área habitada por Isolados Pu'ró, Mëbêngôkre e Mëbêngôkre Menkrãgnoti se encontra próximo ao município de Altamira, foi identificada em 1991 e homologada em 2008.

Capoto/Jarina:

A terra indígena Capoto Jarina está no limite com os municípios de Peixoto Azevedo no Pará, Santa Cruz do Xingu e São José do Xingu no estado do Mato Grosso, foi declarada em 1984 demarcada e homologada em 1991.

Território habitado pelos Mëbêngôkre, Mëbêngôkre Metyktire e Tapayuna.

Terra Indígena Las Casas:

Habitada pelos mebêngôkre Kayapó e Mebengokre Kayapó Gorotire, homologada em 22 de dezembro de 2009 possuem por cento do seu território no estado do Pará, nos municípios de Floresta do Araguaia, Pau D'Arco e Redenção.

Terra Indígena Xikrin do Cateté:

Localizada entre os municípios de Água Azul do Norte, Marabá, Parauapebas no estado do Pará, foi declarada no ano de 1977, foi interdita em 1987 e homologada em 1991.

Área habitada por isolados na TI Xikrin do Catetê, Mëbêngokrê Kayapó e Xikrin (mëbêngôkre).

Terra Indígena Menkragnoti:

Situada nos municípios de Altamira, Matupá, Peixoto de Azevedo e São Félix do Xingu e entre os estados do Mato Grosso e Pará. Território dos isolados do Iriri Novo, isolados Mengra Mrari e Mëbêngôkre Kayapó Mëkragnoti. Foi homologada por Decreto s/n em 20 de agosto de 1993.

Em 2020, 120 novas áreas estavam em processo de identificação, 43 haviam sido identificadas, 74 declaradas e 486 homologadas. O montante total em áreas, 723 neste processo era de 117.427.323 [\(escrever por extenso\)](#) hectares. Configurando cerca de 70% das terras indígenas que existem no país.

Sobre a demarcação das Terras Indígenas do povo Mëbêngôkre, Ropni conta um pouco da relação trajetória de demarcação com a sua trajetória espiritual:

"A terra Menkragnoti é uma muito grande que conseguimos demarcar e essa foi uma conquista com vários líderes benadjwryj, hoje o benejure que está aí do outro lado está fazendo vários projetos de lei para entregar para a terra indígena para os kuben e eu não to gostando disso do que ele quer fazer para tomar o território, o que é do povo é do povo indígena, aquele lugar é do povo indígena, eu sou pajé, você está me vendo, eu sou pajé e continuarem destruindo tudo não vai ter mais sombra pra gente se manter e vai vir um vento muito forte capaz de acabar com todos nós nesta terra, eu mesmo previ isso. Quando eu saí do meu corpo eu fui encontrar uma pessoa ligada a natureza que me disse: se você quiser abrir...isso é só para você ver como é o vento forte e ele pediu para eu abrir e eu fui lá e abri e saiu um vento muito muito forte que saiu derrubando tudo, as árvores e todas as coisas no caminho e eu não aguentei e fui segurar em uma árvore que estava ali se mantendo muito forte, eu vi isso, eu sou pajé.

Eu também cheguei em uma pessoa que é da água e me disse uma preocupação muito grande que ele tinha que se continuasse destruindo tudo a água também ia desaparecer e ali eu pude ver de perto como era a destruição, que pode haver muita coisa ruim nessa terra,

por isso eu me preocupo muito com isso, precisamos da floresta para podermos sobreviver dentro dela, a sombra é mais importante de tudo que protege agente do sol...então se continuar destruindo tudo não haverá sombra e todos nós vamos desaparecer.

Eu gostaria muito que os pajés kubē no meio de vocês mostrasse isso, tem muito pajé kubē no meio de vocês, porque eu estou fazendo minha parte, aconselhando os indígenas em relação ao que é ruim para nós, então tem muito kubē que é pajé mas eu gostaria que eles vissem isso e pensassem sobre a destruição. Hoje é isso, nós estamos passando por uma situação difícil com esse *benadjwryj* ruim que está aí, eu vou continuar lutando, eu estou forte ainda para lutar pelo meu povo, proteger a natureza...Se esse *benadjwryj* ruim que está aí sair... eu vou chegar no Lula e nós vamos começar a demarcar vários tipos de terra que ainda não está demarcado para os nossos parentes e tem uma que eu preciso demarcar, onde era o cemitério dos meus pais é uma terra chamada capoto nhinore e eu preciso demarcar ela, preciso demarcar ela antes de ir embora porque se eu for embora o meu povo precisa da terra para continuar sobrevivendo e esse é o trabalho que eu preciso terminar e assim finalizo para você. "

3. A Luta do povo Mëbêngôkre pela Terra durante o governo Bolsonaro

Uma análise dos direitos territoriais indígenas sob o governo Bolsonaro evidencia um período marcado por desafios significativos e retrocessos para os povos indígenas no Brasil. Desde o início de seu mandato, o presidente Jair Bolsonaro e sua administração adotaram uma postura hostil em relação aos direitos indígenas e à proteção do meio ambiente. Suas declarações frequentes, nas quais afirmava não expandir as áreas demarcadas para terras indígenas com uma retórica agressiva em relação a eles, retratando-os muitas vezes como obstáculos ao desenvolvimento econômico e à exploração comercial de seus territórios, contribuíram para um ambiente de incerteza e tensão para essas comunidades.

A luta do povo Mëbêngôkre pela terra durante o governo Bolsonaro enfrentou desafios e interesses conflitantes que têm raízes anteriores à sua administração e que ainda deixam impactos duradouros mesmo após seu término. Durante esse período, diversas iniciativas legislativas foram propostas por membros e aliados da bancada ruralista, visando minar profundamente os direitos indígenas e promover uma agenda de privatização de terras em prol do desenvolvimento capitalista e neoextrativista.

Sua gestão demonstrou uma clara intenção de enfraquecer as instituições e políticas públicas voltadas para a proteção dos direitos indígenas. Isso incluiu a tentativa de transferir a demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura, historicamente alinhado com interesses privados do agronegócio que é declaradamente contrário às demarcações. Promoveu políticas que facilitam a exploração econômica predatória, como o garimpo ilegal e a extração de madeira em terras indígenas. Isso representou uma ameaça direta à biodiversidade e aos modos de vida tradicionais dos povos indígenas. Houve um aumento significativo na criminalização e na violência contra líderes indígenas, ativistas e organizações que defendem os direitos territoriais indígenas. Muitos defensores enfrentaram ameaças, agressões e até mesmo assassinatos.

A política ambiental do governo Bolsonaro enfraqueceu órgãos de fiscalização ambiental, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que desempenham um papel importante na proteção de áreas protegidas, assim como das terras indígenas contra atividades ilegais. A administração Bolsonaro também tentou deslegitimar as

demarcações de terras indígenas já realizadas e buscar a reversão dessas demarcações por meio de ações judiciais. Apesar dos desafios, os povos indígenas no Brasil têm se mobilizado para proteger seus direitos territoriais, contando com o apoio de organizações indígenas e da sociedade civil. Além disso, a situação no Brasil tem sido objeto de preocupação e crítica por parte da comunidade internacional e de organismos de direitos humanos.

Foram apresentados diversos projetos de lei com o intuito de restringir não apenas os direitos humanos e sociais em geral, mas, de forma específica, os direitos territoriais das comunidades indígenas. Estas iniciativas, marcadas por uma motivação paradoxalmente autoritária e neoliberal, visaram diminuir a presença do Estado, sobretudo nas políticas sociais, e enfraquecer a abordagem intersetorial dos direitos humanos, bem como as instituições que representam as minorias.

Essa agenda, impulsionada por uma orientação política alinhada ao autoritarismo e ao neoliberalismo, busca favorecer instituições ligadas aos setores da sociedade aliados ao atual governo. Isso inclui, especialmente, o agronegócio representado pelo Ministério da Agricultura, os setores militares, o crime organizado e os grupos evangélicos, estes últimos representados pela figura de Damarens Alves. Tal cenário revela um viés de fortalecimento seletivo de instituições, privilegiando determinados setores em detrimento dos direitos e interesses de minorias e populações historicamente marginalizadas.

A Medida Provisória 870, proposta pelo governo do presidente Jair Bolsonaro em 2019, teve como objetivo principal promover uma reestruturação administrativa no Poder Executivo Federal. Essa medida visava, entre outros aspectos, reduzir o número de ministérios, fundindo algumas pastas e transferindo competências entre elas.

Entre as principais mudanças propostas pela MP 870 estavam a fusão dos ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente em uma única pasta, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), além da retirada da Funai (Fundação Nacional do Índio) do Ministério da Justiça e sua transferência para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Essas mudanças foram propostas com o pretexto de reduzir a burocracia, aumentar a eficiência administrativa e promover uma visão mais alinhada aos interesses do setor produtivo e agropecuário, representados principalmente pelos ruralistas. No entanto, essas alterações foram amplamente debatidas e criticadas pela sociedade civil, especialmente por organizações indígenas e ambientalistas, que argumentaram que tais medidas poderiam enfraquecer a proteção ambiental e os direitos dos povos indígenas. Já que a medida propunha a transferência da responsabilidade pela demarcação de terras indígenas no Brasil do Ministério da Justiça, junto com a Fundação Nacional do Índio (Funai), para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essa decisão foi amplamente contestada pelo Movimento Indígena, que viu nessa mudança uma ameaça aos direitos territoriais e culturais das comunidades indígenas¹⁴.

A transferência proposta gerou preocupações e críticas, pois o Ministério da Agricultura, historicamente associado aos interesses do agronegócio, poderia ter uma abordagem menos favorável à preservação e demarcação das terras indígenas. A ação foi interpretada como uma tentativa de fragilizar a proteção dessas terras, abrindo espaço para interesses econômicos corporativos que frequentemente entram em conflito com as necessidades e direitos das comunidades indígenas.

A luta do povo Mebêngôkre pela terra durante o governo Bolsonaro enfrentou seu primeiro grande desafio já no início de 2019, quando o presidente recém-eleito lançou essa Medida Provisória 870. Essa medida tinha como objetivo desmantelar a política pública indigenista e ambiental, representando uma ameaça grave para a vida e os direitos dos povos indígenas.

No primeiro dia de janeiro de 2019, o presidente Bolsonaro assinou essa medida que também visava transferir a gestão dos processos de licenciamento ambiental para o Ministério da Agricultura. Isso levantou sérias preocupações, tendo em vista o perigo que representa essa medida, os Mebêngôkre logo se organizaram para entender e discutir essa medida. Eles realizaram um seminário na sede da Associação Floresta Protegida para aprimorar seu conhecimento sobre o assunto.

¹⁴ <https://www.florestaprotegida.org.br/noticias/jornada-de-luta-contra-a-mp-870>

A medida fazia parte de um contexto mais amplo de desmonte da política ambiental e indigenista, com o objetivo de enfraquecer as políticas públicas e deixar as Terras Indígenas vulneráveis à exploração econômica predatória. Diante dessa ameaça, os Mebêngôkre se uniram à Campanha "Sangue Indígena: Nenhuma Gota a Mais", promovida pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), como uma manifestação de solidariedade e resistência¹⁵.

Havia uma grande preocupação com o risco de invasão e redução dessas terras devido às políticas do governo que pareciam autorizar o garimpo, exploração ilegal de madeira e grilagem, ignorando a Constituição Federal de 1988 e os direitos indígenas. Além disso, havia o temor de que medidas de arrendamento de terras indígenas pudessem colocar em risco a



Fig 25. Foto de Horácio Kayapó



Fig 26. Foto de Horácio Kayapó



Fig 27. Foto de Horácio Kayapó

¹⁵ <https://www.florestaprotegida.org.br/noticias/sangue-indigena:-nenhuma-gota-a-mais>

biodiversidade e o modo de vida dos Mebêngôkre ao promover mais desmatamento. Diante desses desafios, cerca de 100 lideranças se reuniram em Tucumã e realizaram uma marcha pela cidade, manifestando sua oposição à MP 870. Eles reivindicaram uma Funai completa e não fragmentada, como a medida propunha. O manifesto enfatizava a importância de respeitar os direitos indígenas, a democracia e a Constituição.

A luta do povo Mebengokre pela terra não terminou com a participação na campanha "Janeiro Vermelho" da APIB. Em fevereiro de 2019, lideranças de diversos povos indígenas, incluindo os Mëbêngôkre, se reuniram na Terra Indígena Capoto Jarina, em Mato Grosso, para discutir os retrocessos anunciados pelo governo Bolsonaro que afetavam as instituições e políticas públicas indigenistas e ambientais. A pauta central foi a MP 870. Estiveram reunidas lideranças dos povos Kisêdje, Panará, Yudjá, Trumai, Terena do Iriri, Kawaiweté do baixo Xingu, e Tapayuna do baixo e leste do Xingu juntamente com suas organizações: Instituto Raoni, Instituto Kabu, Associação Agrokre, Associação Indígena Kisêdje, Associação Yakiô, Centro de Organização do Povo Kawaiwete, Associação Terra Indígena Xingu, Associação Floresta Protegida e outras instituições parceiras.

Essa medida não foi isolada, mas parte de uma série de iniciativas que buscavam disponibilizar terras indígenas para exploração econômica predatória, desconsiderando o direito de usufruto exclusivo dos povos indígenas sobre suas terras tradicionais. Os Mebêngôkre destacaram seu papel histórico na construção dos direitos indígenas na Constituinte e a urgência de proteger esses direitos em um momento de grande risco.

Uma comitiva viajou a Brasília para entregar cartas aos presidentes da Câmara e do Senado, ao STF e buscar uma reunião com a ministra Damare Alves, na tentativa de defender seus direitos. A mobilização de povos indígenas de todo o Brasil, juntamente com o apoio da deputada federal Joênia Wapichana, resultou na não aprovação da MP 870 no Congresso. No entanto, o governo lançou uma nova MP 886 com conteúdo semelhante, que também foi derrotada em votação por se tratar da mesma matéria que já tinha sido tratada e sob a qual não se pode legislar.

Diante da significativa oposição e das contestações legais, o Supremo Tribunal Federal (STF) interveio e reverteu a medida provisória, atendendo ao pedido do Movimento Indígena. Essa decisão do STF destacou a importância da preservação dos direitos indígenas e

reafirmou a necessidade de se respeitar os processos e instâncias adequadas para a demarcação de terras, com base nos princípios constitucionais e nos direitos adquiridos ao longo do tempo.

Após a reversão da tentativa de transferir a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura, uma série de propostas de projetos de lei, originárias da base governista, foram apresentadas. É crucial compreender a inconstitucionalidade e a séria ameaça de retrocesso que essas propostas representam para a integridade das políticas públicas, da justiça social e dos direitos humanos em geral.

Estas propostas, caso aprovadas, impactariam profundamente sobre o direito à consulta livre, prévia e informada, bem como o direito originário à terra e seu usufruto exclusivo por parte das comunidades indígenas. O cerne desses projetos de lei reside na intenção de transformar o direito à terra em uma espécie de propriedade privada e mercadoria para usufruto do capital, desconsiderando princípios fundamentais estabelecidos na Constituição Federal e em tratados internacionais.

A ameaça se manifesta na possível restrição do acesso à terra e na promoção de interesses particulares em detrimento das comunidades indígenas, minando seus modos de vida tradicionais e comprometendo a preservação ambiental associada à gestão indígena de seus territórios. A inserção do componente mercadológico na equação do direito à terra pode resultar em exploração predatória, expropriação e marginalização, criando um ambiente propício para mais conflitos e desigualdades.

Dessa forma, é fundamental uma análise detalhada desses projetos de lei para identificar as implicações específicas e compreender o alcance de suas disposições. A sociedade civil, organizações não governamentais e defensores dos direitos indígenas desempenham um papel crucial ao denunciar essas propostas e buscar preservar os direitos fundamentais das comunidades tradicionais, em conformidade com os princípios constitucionais e tratados internacionais que garantem a proteção dos direitos humanos e a preservação do patrimônio cultural e ambiental.

No âmbito da abrangente agenda anti-indígena no Congresso Nacional, destacam-se diversos projetos de lei que representam uma ameaça significativa aos direitos territoriais

das comunidades indígenas. O que une essas propostas em tramitação é o fato de serem concebidas por setores historicamente adversos aos povos indígenas, grupos da sociedade que se opõem de maneira veemente aos direitos dessas comunidades, ansiosos por apropriar-se de maneira predatória de suas riquezas naturais. O denominador comum dessas iniciativas é a investida contra os direitos territoriais indígenas, buscando fragilizar, limitar ou até mesmo extinguir essas prerrogativas fundamentais.

É imperativo compreender que por trás desses projetos estão forças que têm histórico de hostilidade em relação aos povos originários, manifestando uma agenda que, além de ignorar as necessidades e as perspectivas culturais dos indígenas, visa principalmente à exploração descontrolada dos recursos naturais presentes em seus territórios. Esses setores, movidos por interesses econômicos e muitas vezes alinhados a práticas predatórias, ignoram deliberadamente o direito originário à terra e o modo de vida sustentável das comunidades indígenas.

Todos esses projetos convergem para uma ameaça sistêmica aos direitos territoriais indígenas, representando um retrocesso que põe em risco não apenas a integridade física dos territórios, mas também as práticas culturais, a biodiversidade e a autodeterminação desses povos. Nesse contexto, é essencial uma atuação assertiva da sociedade civil, organizações defensoras dos direitos humanos e defensores dos povos indígenas para denunciar essas iniciativas prejudiciais, promovendo um debate informado e mobilizando esforços para proteger os direitos fundamentais dessas comunidades e garantir a preservação dos ambientes naturais que são parte integrante de sua identidade e subsistência.

O conceito de Marco Temporal tem suas origens em interpretações específicas do direito constitucional brasileiro, especialmente em relação aos direitos territoriais indígenas. Embora não seja uma expressão explicitamente definida na legislação, tornou-se uma tese jurídica adotada por certos setores no Brasil, incluindo membros do governo, políticos e grupos ligados ao agronegócio. Foi especialmente destacado em discussões em torno das demarcações de terras indígenas, tornando-se uma questão controversa e enfrentando resistência de movimentos indígenas, organizações da sociedade civil e partes da academia. A argumentação contra ele enfatiza a importância de reconhecer os direitos originários dos

povos indígenas, que não deveriam estar sujeitos a limitações temporais arbitrariamente impostas.

O Marco Temporal, uma tese jurídica amplamente debatida nesse contexto, sustenta que apenas os povos indígenas que



Fig 28. Foto de Kubekàkre Kayapó

estavam na posse de seus territórios de ocupação tradicional na data da promulgação da Constituição Federal em 5 de outubro de 1988 teriam direito à sua efetiva demarcação. Além disso, argumenta que aqueles que não estavam na posse deveriam comprovar que estavam envolvidos em litígios por seus territórios nessa época. Essa tese é altamente controversa e injusta, pois ignora a violência histórica sofrida por muitos povos indígenas que foram massacrados e despojados de seus territórios durante a colonização e até mesmo durante a ditadura militar. O Marco Temporal invisibiliza a história de violência e despojo territorial enfrentada por esses povos. Por outro lado, antes da Constituição de 1988, os povos indígenas não tinham os mesmos direitos e não eram considerados cidadãos plenos, estavam tutelados ao Estado e não tinham o direito a entrar em juízo em sua representação, o que dificultava seu acesso à justiça e a possibilidade de defender seus territórios.

A ideia, a tese jurídica do Marco Temporal surgiu no contexto do julgamento do caso Raposa Serra do Sol (Petição 3.388), onde foi estabelecido como uma das 19 condicionantes desse caso. Desde então, tem sido usado como instrumento para contestar a demarcação de terras indígenas e justificar despejos de comunidades inteiras. Além disso, houve tentativas de impor o Marco Temporal por meio de portarias e leis, como a Portaria 303 da Advocacia-Geral da União em 2012 e o PL 490/07 (atualmente PL 2903) que busca modificar o artigo 231 da Constituição para estabelecer o Marco Temporal como critério para demarcação de

terras indígenas. Ao adotar o Marco Temporal, desconsidera-se a realidade de que as comunidades indígenas foram vítimas de processos sistemáticos de expulsão, violência e coerção, muitas vezes perpetrados em nome do desenvolvimento econômico e da expansão territorial da nação. Tal abordagem ignora o direito originário dos indígenas à terra, que não deveria estar sujeito a limitações temporais, uma vez que é anterior à própria consolidação do Estado brasileiro.

O Projeto de Lei (PL) 490/2007 representou uma ameaça significativa aos direitos territoriais indígenas no Brasil, e sua tramitação gerou preocupações e resistência por parte de movimentos sociais, organizações



Fig 29. Foto de Raissa Azeredo

indígenas e defensores dos direitos humanos. Quando aprovado na Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados por 40 votos a 21, o PL 490 avançou no Congresso Nacional sem uma participação abrangente da sociedade civil, especialmente dos representantes indígenas, levantando questões sobre a legitimidade do processo legislativo.

A proposta entrou na pauta do plenário da Câmara, e foi orientada para tramitar com urgência. Aprovado, o projeto passou a se chamar PL 2903 no senado onde recebeu várias emendas e acabou sendo também aprovado, embora a maior parte das suas emendas tenham sido vetadas pelo presidente Lula. Esse PL visa alterar profundamente os procedimentos administrativos de demarcação de terras no Brasil, transferindo a responsabilidade do Poder Executivo, com a Fundação Nacional do Índio (Funai), para o Poder Legislativo. Isso significaria colocar os direitos territoriais originários dos povos indígenas nas mãos da maioria, que neste contexto é representada pela bancada ruralista,

majoritária no Congresso, e historicamente associada à concentração fundiária no país, sendo adversária dos direitos territoriais indígenas.

A demarcação e proteção de terras indígenas são consideradas políticas de Estado, sendo dever da União e não algo que deve ser definido pela vontade de parlamentares ou governos de turno. O PL 2903 contradiz a ampliação de reservas indígenas já existentes além de buscar incorporar a tese do Marco Temporal. Além disso, o projeto prevê a redução de terras demarcadas, representando uma séria ameaça à preservação dos territórios tradicionais e à autonomia dos povos indígenas.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 177 apresenta uma séria ameaça ao direito à consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas ao autorizar o presidente da república a denunciar e retirar-se da adesão do Brasil à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta convenção é um dos marcos legais internacionais mais importantes para a proteção dos direitos dos povos indígenas em todo o mundo.

Ao permitir a denúncia e retirada do Brasil da Convenção 169 da OIT, o PDL 177 coloca em risco um conjunto crucial de direitos que foram estabelecidos para garantir a participação efetiva e o consentimento prévio dos povos indígenas em questões que afetam diretamente suas vidas, territórios e modos de vida. A consulta livre, prévia e informada é um princípio fundamental reconhecido internacionalmente, visando assegurar que qualquer medida legislativa ou administrativa respeite os direitos e interesses dos povos indígenas.

A Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2004, representa um compromisso internacional importante para a proteção dos direitos dos povos indígenas, reconhecendo a necessidade de incluir suas perspectivas e decisões em processos que possam afetar diretamente suas comunidades. A possível retirada do Brasil desta convenção indica um retrocesso significativo na garantia dos direitos indígenas e na promoção da justiça social e dos princípios fundamentais de respeito à diversidade cultural e proteção dos direitos humanos. A discussão e tramitação do PDL 177 requerem atenção e mobilização, pois a eventual retirada do Brasil da Convenção 169 da OIT poderia ter impactos graves sobre as relações entre o Estado e os povos indígenas, minando conquistas históricas e comprometendo o respeito aos direitos fundamentais dessas comunidades.

A Instrução Normativa No 1 da Funai e do Ibama representa uma tentativa de simplificar o processo de licenciamento para atividades produtivas realizadas por organizações majoritariamente indígenas. No entanto, sua aplicação prática levanta preocupações significativas, pois, em vez de proteger os direitos dos povos indígenas, há o risco de favorecer os verdadeiros produtores e exploradores predatórios que buscam se beneficiar das riquezas presentes nas terras indígenas.

O cerne da questão reside na possibilidade de as organizações mistas, que supostamente teriam controle indígena, acabarem sendo influenciadas e controladas por aqueles que atualmente estão envolvidos na exploração ilegal e predatória dos recursos naturais presentes nas terras indígenas. Isso poderia resultar em uma isenção da obrigatoriedade de respeitar uma série de direitos e regulamentações que visam proteger os territórios indígenas, comprometendo a integridade dessas comunidades e seu modo de vida.

A medida, em última instância, poderia beneficiar grandes produtores agrícolas e outros agentes poderosos na economia das regiões adjacentes às terras indígenas. Esses atores econômicos, muitas vezes, têm interesses na exploração desenfreada das riquezas naturais presentes nas terras indígenas, colocando em risco a sustentabilidade ambiental e social dessas regiões.

Assim, a Instrução Normativa No 1 demanda uma análise crítica e atenta, pois a sua implementação inadequada poderia resultar em sérias consequências para os povos indígenas e para a preservação dos ecossistemas associados às suas terras. A sociedade civil e os defensores dos direitos indígenas precisam estar vigilantes para garantir que quaisquer medidas adotadas não comprometam a integridade dessas comunidades e seus territórios.

PLS 510/2021(PL 2633/2020): Regulamentação da Grilagem

O PL 510, anteriormente designado como PL 2633/2020 e conhecido como "da grilagem", ganhou notoriedade ao substituir a MP 910 após sua caducidade. Essa proposta legislativa visa realizar uma regularização abrangente de terras, suscitando preocupações quanto ao incentivo à apropriação indevida de terras públicas, ao desmatamento em larga escala e à fragilização dos controles sobre a ocupação na Amazônia. Atualmente, o projeto está em

tramitação simultânea nas Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente do Senado Federal.

O cerne da controvérsia reside na flexibilização das regras para a regularização fundiária de terras públicas federais, o que, na prática, resultaria na legalização de invasões e na ausência de fiscalização e cumprimento das leis ambientais. O PL amplia para quatro módulos fiscais o tamanho da propriedade invadida que pode ser regularizada, dispensando a necessidade de vistoria pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A vistoria desempenha um papel crucial ao analisar aspectos como reservas legais, áreas de preservação permanente, utilização de pastos e exploração da terra.

Essa dispensa de vistoria representa um sério risco para a preservação ambiental e o uso sustentável da terra. Ao permitir a regularização sem uma análise criteriosa, o projeto pode contribuir para a ocupação desordenada e predatória, comprometendo não apenas a integridade ambiental, mas também os direitos de comunidades locais e povos indígenas que dependem desses ecossistemas.

Portanto, a análise do PL 510 deve considerar não apenas as questões relacionadas à propriedade, mas também os impactos sociais e ambientais que uma legislação mais flexível pode desencadear, exigindo uma abordagem equilibrada que priorize a conservação e a justiça social. A sociedade civil e os defensores ambientais têm um papel crucial em monitorar e questionar os desdobramentos dessa proposta para garantir a proteção dos recursos naturais e dos direitos das comunidades afetadas.

O PL 2159/2021, anteriormente conhecido como PL 3729/2004, referente ao licenciamento ambiental, representa uma significativa mudança nas práticas ambientais do país. Aprovado pela Câmara em maio de 2021, o projeto agora está na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, aguardando avaliação.

O principal objetivo desse projeto é criar uma nova lei para o licenciamento ambiental, visando flexibilizá-lo. Uma das mudanças mais notáveis propostas pelo PL é a introdução da possibilidade de licença autodeclaratória, uma medida que pode ter implicações significativas na gestão ambiental. Essa licença autodeclaratória permitiria que em alguns

casos as próprias empresas atestem sua conformidade com as normas ambientais, o que levanta preocupações sobre a eficácia e confiabilidade desse processo.

Ao propor uma mudança tão substancial na estrutura do licenciamento ambiental, o projeto pode resultar em sérias violações dos direitos humanos, além de prejudicar a reputação internacional do Brasil em relação à conservação ambiental. A dispensa de licenciamento para algumas atividades econômicas, juntamente com a introdução da licença autodeclaratória como regra, reduz drasticamente as possibilidades de controle social e estatal sobre as práticas ambientais.

Essa redução no controle pode comprometer a fiscalização e a implementação eficaz de medidas ambientais, abrindo espaço para atividades que possam causar danos significativos aos ecossistemas e comunidades locais. Além disso, a imagem internacional do Brasil como defensor da sustentabilidade ambiental pode ser prejudicada, tendo implicações sérias para acordos comerciais e parcerias globais.

O PL 6299/02, popularmente conhecido como "pacote do veneno", representa uma proposta controversa que já foi aprovada na Câmara dos Deputados e agora aguarda análise no Senado, onde foi decretado regime de urgência. O objetivo central desse projeto é flexibilizar as regulamentações relacionadas aos agrotóxicos, abrangendo alterações nos processos de registro, componentes e outros aspectos relacionados.

O apelido "pacote do veneno" surge devido às implicações que o projeto pode ter na liberação da utilização de agrotóxicos, o que tem gerado preocupações significativas em diversos setores da sociedade. Um dos pontos mais controversos é a proposta de concentrar a autoridade de liberação de uso de substâncias no Ministério da Agricultura, retirando a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) desse processo. Essa mudança representa uma perda significativa de contrapeso técnico, uma vez que a Anvisa desempenha um papel crucial na avaliação dos impactos à saúde humana e ambiental.

Ao atender aos interesses da bancada ruralista, o PL facilita o registro de substâncias, inclusive aquelas reconhecidas como cancerígenas e que são proibidas em diversos outros países. Essa flexibilização levanta preocupações quanto à segurança alimentar, saúde pública e preservação ambiental.

A ausência do contrapeso técnico da Anvisa pode comprometer a avaliação rigorosa dos agrotóxicos, permitindo a entrada de substâncias nocivas no mercado brasileiro. Além disso, a possível liberação de componentes cancerígenos suscita sérias preocupações quanto aos impactos na saúde da população e no meio ambiente.

Portanto, é essencial que o Senado analise cuidadosamente o PL 6299/02, considerando não apenas os interesses econômicos, mas também os impactos à saúde pública, à segurança alimentar e ao meio ambiente. A sociedade civil, especialistas e organizações ambientais desempenham um papel vital ao assegurar que as decisões relacionadas a agrotóxicos estejam alinhadas com princípios de precaução, sustentabilidade e proteção à saúde.

Um balanço geral em relação ao governo Bolsonaro e seus impactos na realidade comunitária do povo Mëbêngôkre é narrada por Kentxai Kayapó da seguinte forma:

“Isso é uma preocupação muito grande porque o Bolsonaro não quer trabalhar, ele quer destruir tudo, quer destruir os indígenas, quer acabar com os indígenas, não pensa em quem é o verdadeiro dono da terra, só quer varrer, não quer ver a realidade, é uma preocupação muito grande. Por isso que eu mudei pra cá, fui morar lá dentro da Terra Indígena. Eu sempre falo para meu neto, meu menino e todo mundo, esse governo não dá para nós, esse governo quer acabar com todo mundo. Não respeita ninguém, não respeita nem criança. É uma preocupação muito grande porque eu vi meu menino, eu vi meu neto, agora eu, pode me matar não tem problema, mas o meu menino e meu neto vão viver muito tempo ainda. Tem indígena também, até meu irmão, contra mim por isso, por causa desse presidente. Ele falou assim, eu vou votar no Bolsonaro, eu vou trabalhar para mim. Ô o pensamento dele, "trabalhar para mim, não vou trabalhar mais na mão, vou trabalhar na máquina". Meu irmão falou isso comigo assim. E eu falei: Onde tu viu isso?

Eu fui para uma cidade chamada Alto Paraíso, fizemos uma reunião lá, o rapaz da Funai chamado Roberto ou Carlos falou que esse projeto não dá para nós porque quer destruir tudo, não pode aceitar, se alguém chegar até mesmo com piokaprin você não pode aceitar. Esse kuben quer colocar firma grande para destruir a terra junto com vocês mesmos, limpar, não pode aceitar. A Funai disse isso quando fizemos reunião lá em Alto Paraíso, lá longe daqui. Isso, todo ano pessoal vai, eu fui, o cara chegou lá e falou e nos orientou, mas em pouco tempo o pessoal chegou aqui de volta e já queria trabalhar, o próprio nosso colega é contra nós. Você viu na televisão, teve o próprio nosso colega que foi lá conversar com o Bolsonaro. Aí o cara contou direitinho para nós, não pode, se ele trazer bolão ele não aceita, mas nunca que ele ia dar esse dinheiro. Ele falou assim, "se o kuben entrar fazer plantio dentro da reserva, vocês não vão receber nem um centavo, esse dinheiro vai para as empresas e ninguém sabe o quanto que é, 1%, 2%, e para eles o resto. Não pode aceitar, e eu vi o próprio meu irmão contra mim, queria trabalhar na máquina, vender soja não sei aonde,

rapaz?! Eu só rindo. Pois é, isso nem vai acontecer mais, graças a deus mudou e o Lula ganhou. É isso mesmo, até mesmo esse amigo falou para nós lá - esse Kuben, essa firma foi lá em nossa aldeia, conversou com nós sobre um projeto de manejo. Ele falou para nós para fazermos um projeto de manejo numa área para depois passar para outra, dividiu a terra, começou a trabalhar e já vai fazer papel para a terra ficar com ele trabalhando. Pois é, essa é uma preocupação muito grande.

Nós defendemos a nossa terra dentro de Brasília. Você viu na televisão? Nós fomos a Brasília defender! A polícia não queria nos deixar entrar no Congresso. Nós voltamos e uns poucos caciques entraram lá para conversar. Os outros contra nós, até mesmo os próprios índios contra nós. Ele vota no Bolsonaro, é contra nós, o povo se dividiu."

A era da política anti-indígena do governo Bolsonaro foi marcada por uma forte polarização da sociedade com ataques incisivos aos direitos territoriais indígenas em sua forma mais originária, assim como ao direito de



Fig 30. Foto de Bepunu Kayapó

usufruto exclusivo das riquezas encontradas em seus territórios. Esse período resultou em significativa destruição ambiental e conflitos em torno da proteção dos territórios indígenas. A abordagem do governo Bolsonaro se caracterizou por uma intensificação da agenda de destruição dos direitos territoriais originários dos povos indígenas. Essa política anti-indígena refletiu elementos de autoritarismo e neoliberalismo, com o desmantelamento de instituições públicas responsáveis por políticas sociais, ambientais e indigenistas. Além disso, foi acompanhada por discursos de ódio direcionados a diversas minorias. É importante notar que o autoritarismo do governo Bolsonaro não se opôs ao neoliberalismo nem à busca por um Estado mínimo; pelo contrário, foi caracterizado por um autoritarismo que coexistiu com um modelo capitalista. Essa política de privatização territorial, associada à destruição ambiental, agravou as mudanças climáticas devido ao avanço do desmatamento.

Além disso, houve um desmonte significativo de instituições e políticas públicas indigenistas, sociais e ambientais. Essa fase autoritária do governo Bolsonaro no Brasil deixou um legado complexo de desafios socioambientais e políticos que exigem esforços contínuos para restaurar e proteger os direitos dos povos indígenas e o meio ambiente. Em resumo, o governo Bolsonaro marcou um período de retrocessos nos direitos territoriais indígenas no Brasil, com ameaças à demarcação de terras, à proteção ambiental e aos modos de vida tradicionais dos povos indígenas. No entanto, a resistência indígena e o apoio internacional continuam a desempenhar um papel crucial na defesa desses direitos e na busca por soluções que respeitem os direitos indígenas e a preservação ambiental.

O Projeto de Lei (PL) 191 é uma iniciativa que busca regulamentar a mineração e o garimpo em terras indígenas, representando uma ameaça significativa aos direitos e à autonomia dos



Fig 31. Foto de Kubekàkre Kayapó

povos indígenas no Brasil. Esta proposta favorece grupos econômicos poderosos e ilegais, subjugando os interesses dos povos indígenas em prol de empreendimentos predatórios e destrutivos. Propõe anular o direito ao usufruto exclusivo das riquezas presentes nas terras indígenas, permitindo o acesso a esses recursos mediante o pagamento de indenização. Além disso, busca liberar as Terras Indígenas para uma série de empreendimentos predatórios, incluindo garimpo, mineração, exploração de petróleo, gás e outras atividades da grande indústria extrativista. Comumente chamado de "Lei da Devastação", o projeto compromete os direitos fundamentais dos povos indígenas, tais como o direito à consulta, o poder de veto e o usufruto exclusivo das riquezas naturais em seus territórios.

A proposta é altamente controversa, sendo amplamente criticada por diversas organizações da sociedade civil e líderes indígenas. Adverte-se sobre os grandes riscos socioambientais associados ao PL 191, incluindo a contaminação dos rios por substâncias químicas ilegais utilizadas nas atividades do garimpo. Essa contaminação não apenas impacta diretamente a vida dos povos indígenas, mas também compromete seriamente a preservação ambiental.

Em uma nota pública, o Ministério Público Federal declarou a inconstitucionalidade do PL 191¹⁶, destacando que a apresentação desta proposta e manifestações de apoio ao garimpo por algumas autoridades contribuem para o crescimento dessa atividade ilegal em terras indígenas, representando uma ameaça às comunidades indígenas próximas às áreas de garimpo. Atualmente, o projeto aguarda a criação de uma Comissão Especial pelo presidente da Câmara para dar continuidade ao seu trâmite legislativo.

A história desse projeto é relevante para entender os debates em torno dos direitos indígenas e da proteção ambiental no Brasil.

A história do PL 191 remonta ao governo do ex-presidente Michel Temer. Em 2017, o governo Temer editou a Medida Provisória (MP) 759, que incluía dispositivos controversos relacionados à demarcação de terras indígenas e à exploração de recursos naturais nessas terras. A MP 759



Fig 32. Foto de Kubekàkre Kayapó

gerou protestos e críticas de organizações indígenas e ambientalistas. Em fevereiro de 2017, o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, criou uma comissão especial

¹⁶ <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pl-191-2020-mpf-reitera-manifestacao-contraria-a-proposta-que-regulamenta-mineracao-em-terras-indigenas>

para analisar a MP 759 e outras medidas provisórias relacionadas. Durante a tramitação, a MP 759 foi convertida em projeto de lei, que se tornou o PL 191/2020.

O PL 191 propõe alterações significativas na legislação relacionada à mineração em terras indígenas. Algumas das principais mudanças incluem: Autorização para a exploração mineral em terras indígenas, desde que haja consulta prévia às comunidades afetadas e obtenção de autorização do Congresso Nacional; criação de uma Agência Nacional de Mineração (ANM) responsável por regulamentar a atividade mineral em terras indígenas; Previsão de pagamento de royalties às comunidades indígenas afetadas pela exploração mineral; Criação de um "Fundo de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Indígenas" para financiar projetos de desenvolvimento nas terras indígenas.

O PL 191 gerou debates intensos e controversos.

Defensores argumentam que ele pode trazer desenvolvimento econômico para as comunidades indígenas e para o país, além de legalizar atividades já realizadas de forma ilegal em algumas



Fig 33. Foto de Kubekàkre Kayapó

áreas. Por outro lado, críticos, incluindo organizações indígenas e ambientalistas, alegam que a proposta representa uma ameaça aos direitos indígenas, à proteção ambiental e à preservação das terras tradicionais. O projeto enfrenta resistência significativa e ainda não foi votado pelo Congresso Nacional. Sua tramitação é acompanhada de perto por diversas partes interessadas, refletindo as tensões entre o desenvolvimento econômico, os direitos indígenas e a proteção ambiental no Brasil.

Os Mëbêngôkre, representantes da Associação Floresta Protegida, Instituto Kabu e Instituto Raoni se mobilizaram em diversas ocasiões para protestar e pressionar as autoridades em

relação à sua oposição ao PL 191. O cacique Raoni, indicado como candidato ao Nobel da Paz de 2020, lança importante Manifesto contra o Garimpo, em nome do Instituto Raoni, o Instituto Kabu e a Associação Floresta Protegida. Este manifesto não apenas rejeita a legalização do garimpo em Terras Indígenas, mas também alerta para o aumento alarmante do desmatamento e da grilagem de terras em territórios indígenas nos últimos anos¹⁷.

O cenário descrito pelos Mëbêngôkre é alarmante: o enfraquecimento das medidas de fiscalização e o encorajamento do garimpo pelo governo estão resultando em invasões e na exploração predatória. Em



Fig 34. Foto de Kubekàkre Kayapó

2020, nos últimos três anos anteriores, o garimpo já devastou cerca de 5 mil hectares de floresta na Terra Indígena Kayapó, que se tornou um dos epicentros da mineração ilegal. Para contextualizar, todo o desmatamento causado pelo garimpo nesta terra indígena entre a década de 1980 e 2015 atingiu metade desse valor, ou seja, 2,5 mil hectares.

Esses conflitos representam uma séria ameaça à integridade dos indígenas e aumentam o risco de disseminação da Covid-19 em seus territórios. Naquele momento foram registradas pelo menos 16 mortes e 2.032 casos nas Terras Indígenas Kayapó, Menkragnoti, Badjokôre, Capoto Jarina e Baú.

O manifesto denuncia a forma como o governo federal está incentivando a invasão de territórios indígenas através de sua retórica e omissão. Ele ressalta que, embora haja

¹⁷ <https://www.florestaprotegida.org.br/noticias/candidato-ao-nobel-da-paz-cacique-raoni-faz-apelo-urgente-pelo-fim-do-garimpo-ilegal-em-terras-indigenas>

indígenas da etnia Mebêngôkre que decidiram participar do garimpo, essas lideranças não representam a totalidade do povo. O manifesto levanta questões importantes: "Como poderíamos ser a favor de uma atividade que gera profundos impactos ambientais e sociais em nossos territórios e comunidades? Como poderíamos privar nossos filhos e netos de um território preservado para que possam continuar vivendo de acordo com nossos usos, costumes e tradições, conforme garantido pela Constituição Federal?"

Este ano tem sido particularmente desafiador para Raoni, que, aos 90 anos, enfrentou a perda de sua esposa, Bepkwyjka, uma infecção intestinal e a infecção por Covid-19. Apesar dos obstáculos, Raoni continua sua luta incansável, reunindo líderes de diversos grupos indígenas e tradicionais em janeiro, marcando o relançamento da Aliança dos Povos da Floresta. Raoni reafirmou sua mensagem característica: "Não vou desistir, vou continuar até quando o meu corpo resistir. Enquanto o indígena tiver ameaçado, eu vou pedir a paz."

Veja teor integral do Manifesto Contra o Garimpo:

"Nós, cerca de 6,2 mil indígenas do povo Mëbêngôkre – Kayapó de 56 comunidades das Terras Indígenas Baú, Capoto/Jarina, Kayapó, Las Casas e Menkragnoti, associadas à Associação Floresta Protegida, ao Instituto Kabu e ao Instituto Raoni, vimos através deste manifesto esclarecer que não compactuamos com manifestações individuais de parentes Kayapó a favor do garimpo. Mais uma vez queremos deixar bem claro que somos contra o garimpo e qualquer atividade predatória em nossos territórios!

Repudiamos a forma como o governo federal vem estimulando a invasão de nossos territórios, seja pela retórica que fortalece o crime organizado, seja pela omissão e fragilização dos órgãos responsáveis pela proteção dos territórios indígenas e pelo combate a atividades ilegais e predatórias. Apesar de a grande maioria do povo Kayapó ser contra o garimpo em nossos territórios, a crescente pressão sobre nossas comunidades fez com que algumas poucas lideranças fossem seduzidas pelo ganho financeiro rápido e fácil que o garimpo proporciona. Não autorizamos que eles falem em nome do Povo Kayapó, especialmente porque muitas famílias de suas próprias aldeias não apoiam essa atividade. Como poderíamos ser a favor de uma atividade que gera profundos impactos ambientais e sociais aos nossos territórios e comunidades? Como poderíamos privar nossos filhos e netos de um território preservado para seguirem vivendo segundo nossos usos, costumes e tradições, como garante a Constituição Federal?

Nossos territórios nos dão quase tudo o que precisamos para nosso bem viver. É da caça e da pesca, da coleta de frutos e sementes em nossas florestas e do cultivo de nossos roçados que conseguimos a maior parte de nossos alimentos. É em nossas florestas e cerrados que nossos pajés coletam uma infinidade de produtos que utilizamos em nossa medicina tradicional na prevenção e tratamento de

inúmeros problemas de saúde. Foi esse conhecimento tradicional que reduziu o impacto da pandemia da Covid-19 em nossas comunidades, ajudando a nos proteger e tratar nossos doentes. É também de nossas florestas e cerrados que tiramos materiais para a construção de nossas casas, a produção de utensílios que usamos no dia-a-dia e a confecção de artesanatos e enfeites que usamos em nossos rituais tradicionais. É em nossas florestas e rios onde fazemos caçadas e pescarias coletivas que precedem nossos rituais; onde coletamos castanha, cumaru, açaí, entre centenas de outros alimentos e materiais; onde nossas crianças se divertem e aprendem, na prática, com seus pais e especialmente com nossas anciãs e anciões, como ser um Mëbêngôkre.

No entanto, ao longo das cerca de sete décadas de contato, nós, indígenas do povo Mëbêngôkre - Kayapó, passamos a consumir alguns produtos industrializados que não produzimos em nossos territórios, como vestuários, medicamentos e ferramentas que nos auxiliam no nosso dia-a-dia. Assim, hoje, todos nós precisamos de algum dinheiro para suprir nossas necessidades. Mas existem dois caminhos muito diferentes para termos acesso ao dinheiro. Um caminho é o do dinheiro fácil e rápido, que destrói nossos territórios e recursos naturais, traz brigas, envenena nossos rios e comunidades e condena as presentes e futuras gerações a uma vida cada vez pior e mais dependente dos Kuben (não indígena). Esse é o caminho do garimpo, da pesca predatória e da madeira! O outro é o caminho do aproveitamento da floresta em pé, do jeito que a gente aprendeu de nossos antepassados e que protege nossos territórios e nosso povo. É esse o caminho de futuro que escolhemos, um caminho que já está trazendo resultados bastante positivos para nossas comunidades. Aos poucos, nossos projetos de geração de renda através do fortalecimento de cadeias produtivas da biodiversidade e do artesanato Kayapó, assim como de iniciativas de turismo de base comunitária, estão se fortalecendo e demonstrando que não precisamos destruir nossas florestas e rios, nem abrir mão de nosso futuro, para ter acesso aos bens do Kuben que hoje precisamos para viver bem.

Nós, povos indígenas e populações tradicionais, protegemos diariamente a natureza e continuaremos a assim fazer. A proteção de nossos territórios é uma prática que vem de nossos ancestrais. Ao protegermos a floresta, cuidamos do que o Kuben chama de biodiversidade. E a biodiversidade também cuida de nós, garantindo o que precisamos para viver bem e continuar com nossa cultura forte. Sabemos que quando cuidamos de nosso território, não são apenas nossas comunidades que se beneficiam das florestas e rios preservados. Sem nossas florestas, o clima e as chuvas na região vão mudar, afetando a produção de alimentos e a vida de milhares de pessoas, indígenas e não indígenas. Os rios que nascem ou passam por nossos territórios correm para outras regiões e se não cuidarmos deles muitas outras pessoas também serão prejudicadas.

Fazemos um apelo a toda a sociedade brasileira e internacional para que nos apoie na luta pela proteção de nossos territórios, exigindo do governo o respeito à Constituição Federal, o direito de usufruirmos de nossos territórios segundo nossos costumes, e o direito de todos nós a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Somos contra o garimpo em nossos territórios e contra o PL 191/2020!"

*

O julgamento da RE-RG 1.017.365, realizado no Supremo Tribunal Federal, representa um marco importante e complexo na história das demarcações de terras indígenas no Brasil, sendo considerado o julgamento mais importante do século, dado impacto que pode ter na definição da situação territorial dos povos indígenas, notadamente nos procedimentos de demarcação de terras. Este caso envolve uma ação de reintegração de posse movida pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina contra a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, abordando a demarcação do território tradicional dos povos indígenas Xokleng, Kaingang e Guarani. O processo adquiriu status de repercussão geral no Supremo em 2019, o que lhe confere o poder de estabelecer critérios que orientarão a demarcação de todas as terras indígenas que ainda aguardam conclusão de seus processos demarcatórios.

É fundamental entender que o povo Laklãnõ-Xokleng, que vive nessa região, acaba de completar 102 anos de contato com a sociedade não indígena. Sua história é marcada por uma série de massacres perpetrados pelos colonizadores que invadiram seu território. Portanto, o resultado deste julgamento terá implicações abrangentes, afetando não apenas a Terra Indígena Laklãnõ-Xokleng, mas também todas as terras indígenas do país.

Os Mebêngôkre se mobilizaram no âmbito nacional da Mobilização Nacional contra o Marco Temporal, encabeçada pela Articulação Nacional dos Povos Indígenas em diferentes iniciativas e atividades que incluíam acampamentos, marchas e reuniões com autoridades. No chão da aldeia, as manifestações também se fizeram sentir em diferentes oportunidades. Em Dezembro de 2020 os caciques associados à Associação Floresta Protegida decidiram se manifestar em resposta e complementação à iniciativa de seus parentes da Associação Cultural Indígena Kapot-Jarina que se reuniram para discutir entre eles e soltar uma manifestação contra o Marco Temporal¹⁸.

Veja manifestação na íntegra:

"Nós somos os povos originários desta Terra: Não ao Marco Temporal

Nós Mëbêngôkre-Kayapó da Associação Floresta Protegida, representante de 36 aldeias das Terras Indígenas Kayapó, Menkragnoti e Las Casas, queremos somar a nossa voz com a de nossos

¹⁸ <https://www.florestaprotegida.org.br/noticias/liderancas-mebengokre-kayapo-protestam-contra-marco-temporal-e-projetos-de-lei-que-ameacam-as-terras-indigenas>

parentes Mêbêngôkre-Kayapó das 16 aldeias da TI Capoto-Jarina da Associação Cultural Indígena Kapot-Jarina que se reuniram entre os dias 10 a 12 de Dezembro na aldeia Kapoto no intuito de dialogar e manifestar o nosso repúdio em relação tese do Marco Temporal que viola os nossos direitos originários garantidos pela Constituição.

A tese do Marco Temporal afirma erroneamente que apenas aqueles povos que estavam na posse ou em litígio judicial por seus territórios tradicionais em outubro de 1988 teriam direito à demarcação. Essa medida, se for implementada, poderá fragilizar significativamente nossos direitos territoriais e de todos aqueles que sofreram inúmeros tipos de violência que os afastaram de suas terras. Por outro lado, é preciso salientar que, lamentavelmente, antes da promulgação da CF 1988 prevalecia o regime da tutela, onde os povos indígenas estavam impossibilitados de entrar em juízo.

O processo da Repercussão Geral (RE 1017365) que se refere especificamente à demarcação do território tradicional Ibirama Laklanõ do povo Xokleng, poderá afetar a demarcação de terras para os povos indígenas em todo o Brasil. O julgamento foi marcado para o dia 28 de Outubro de 2020, mas depois foi cancelado e retirado da pauta do STF. Queremos corroborar o pedido formal realizado pela Associação Cultural Indígena Kapot-Jarina ao STF que pede que o Julgamento do RE n.º 1.017.365, com repercussão geral reconhecida no Tema 1.031 seja pautado com uma decisão favorável à demarcação da terra de nossos parentes e que a tese do Marco Temporal seja definitivamente descartada.

Nosso povo sempre esteve comprometido com o direito à terra de todos os povos indígenas, que somos os povos originários, os primeiros habitantes desta Terra, sendo assim, afirmamos e exigimos o respeito a nossos direitos constitucionais reconhecidos pela Constituição Federal de 1988.

Também houve um encontro na aldeia Kriny, localizada na TI Kayapó, nos dias 26 a 28 de abril para discutir e se unir para lutar a respeito do Marco Temporal e outros projetos de lei que foram colocados em pauta ameaçando os direitos indígenas originários. Representantes de aproximadamente 60 aldeias das Terras Indígenas (TIs) Kayapó, Menkragnoti, Baú, Capoto/Jarina e Las Casas se reuniram com o propósito de abordar a crescente ameaça de exploração de recursos naturais, incluindo atividades mineradoras, dentro de seus territórios. Além disso, eles discutiram a tentativa do governo federal de legalizar a exploração das TIs por não-indígenas, o que claramente vai de encontro à Constituição Federal, que assegura o usufruto exclusivo dessas áreas aos indígenas.

No decorrer desse encontro, essas lideranças uniram suas vozes ao assinar um manifesto em repúdio ao chamado "marco temporal" e aos Projetos de Lei 191/2020 e 490/2007. O manifesto também se opôs à Instrução Normativa Conjunta nº 1 de 22 de fevereiro de 2021, emitida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Todas essas propostas visam autorizar

atividades econômicas predatórias, como o garimpo, em territórios indígenas. O PL 490/2007, em particular, sugere alterações na Lei nº 6.001, que trata do Estatuto do Índio, abrindo a possibilidade de reduzir as áreas já demarcadas e homologadas, argumentando que elas não estariam sendo utilizadas tradicionalmente. Isso representaria um sério retrocesso para os direitos territoriais indígenas.

As lideranças, que representam uma população de 6.500 Mëbêngôkre, receberam a responsabilidade de proteger e defender seus territórios, uma conquista que se desenhou ao longo de anos de luta liderada pelos benadjwry (caciques/chefes). Para os Mëbêngôkre, a relação com a terra é fundamentalmente diferente daquela dos não-indígenas: não existe conceito de propriedade privada, a terra não é algo que possa ser comprado ou vendido, e os nomes dos lugares estão intrinsecamente ligados à história e aos eventos que ali ocorreram. A floresta é uma parte intrínseca de suas vidas, cultura e memória étnica. Do ponto de vista jurídico, a propriedade das Terras Indígenas pertence à União, porém, a posse permanente é indiscutivelmente dos indígenas, cujo direito à terra é intrínseco.

O governo Bolsonaro pressionou o Congresso para aprovar o PL 191, o qual legaliza o garimpo e outras atividades em Terras Indígenas, ao mesmo tempo em que restringe o direito à consulta, transformando-o em uma mera audiência. O garimpo ilegal tem avançado cada vez mais nas TIs Kayapó e Baú, causando contaminação por mercúrio em rios, peixes e comunidades locais.

Quanto à Instrução Normativa conjunta da Funai e Ibama, ela tenta contornar a Constituição ao permitir a formação de organizações e cooperativas lideradas por não-indígenas, fortalecendo assim a estratégia de cooptação de lideranças indígenas para o acesso aos recursos de seus territórios, violando o usufruto exclusivo desses recursos pelos indígenas.

No manifesto, as lideranças reiteram seu compromisso com seu povo e com o futuro, recusando-se a permitir que não-indígenas invadam seus territórios.

Veja o Manifesto na íntegra:

"Nós Mëbêngôkre-Kayapó, das Terras Indígenas Kayapó, Las Casas Capoto/Jarina e Mekragnotire, do Sul do Pará e norte do Mato Grosso, estamos reunidos na aldeia Kriny entre os dias 27 a 29 de

Abril de 2021. Estamos aqui para nos manifestar contra os projetos de lei 191/2020, 490/2007, a Instrução Normativa Conjunta Nº 1, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021 da Funai e do IBAMA e o Marco Temporal, que ameaçam o nosso território, a nossa vida e o sustento para as futuras gerações.

O governo através de seus apoiadores, estão tentando cooptar alguns membros do nosso povo Mëbêngôkre-Kayapó para aceitar os seus projetos, com isso estão gerando brigas e divisões entre nós. Sabemos que tais projetos se propõem entregar as nossas terras e riquezas para que os kubê possam fazer sua mineração, plantações, hidrelétricas e outras atividades econômicas destrutivas que só beneficiam alguns poucos brancos. Isso tem impactos negativos e resulta na poluição de nossos rios com mercúrio e agrotóxicos, na destruição e não demarcação de nossas terras e na redução das nossas vidas à miséria.

Estamos em constante luta pela nossa sobrevivência e para permanecer quem somos. Não vamos abrir mão do usufruto exclusivo das riquezas de nossos territórios e não vamos compactuar com a usurpação de nossas terras por organizações que querem fazer-se passar por nossas. O desenvolvimento que queremos é sustentável, autônomo e de acordo com a nossa cultura. Pedimos apoio aos parlamentares, amigos dos povos indígenas para que nos ajudem a defender as nossas vidas, nosso território, nossa soberania e nosso futuro.

Durante o mês de junho, mais de 100 líderes Mëbêngôkre se uniram a um movimento indígena nacional em Brasília, conhecido como o Levante pela Terra¹⁹, em uma expressiva demonstração de solidariedade e resistência. A iniciativa foi organizada principalmente pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB e reuniu aproximadamente 1,2 mil indígenas de cerca de 50 povos diferentes. Eles se uniram para protestar contra iniciativas legislativas que representam ameaças sérias aos seus direitos fundamentais, coletivos e, sobretudo, territoriais.

O Levante pela Terra é uma resposta espontânea dos diversos povos indígenas do Brasil a um cenário legislativo que coloca em risco seus direitos à terra e à autodeterminação. O movimento ocorreu ao longo do mês de junho e contou com a participação ativa dos Mëbêngôkre, que se uniram ao protesto em defesa desses direitos²⁰.

104 líderes Mëbêngôkre estiveram presentes no Levante pela Terra de 14 a 23 de junho. No dia 15 de junho, eles participaram de uma audiência pública na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, onde buscaram o apoio de parlamentares para combater as propostas legislativas que ameaçam os direitos indígenas no congresso. Foram

¹⁹ <https://www.florestaprotegida.org.br/noticias/mebengokre-kayapo-se-unem-ao-levante-pelaterra-em-brasilia>

²⁰ <https://www.florestaprotegida.org.br/noticias/levante-pela-terra>

discutidas as preocupações relacionadas à Instrução Normativa 01/2021 conjunta da Funai e Ibama, que trata do licenciamento ambiental em Terras Indígenas, bem como o Projeto de Lei (PL) 191/2020, que busca regulamentar a mineração em Terras Indígenas. Essas questões foram enviadas como prioridades pelo governo federal ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira.

Durante sua estadia na capital, a delegação dos Mëbêngôkre também se envolveu em diversas atividades, enquanto a cobertura midiática foi realizada pelo Coletivo Beture em parceria com outros coletivos de comunicação de diferentes organizações que participaram da cobertura do Levante pela Terra. O grupo Mëbêngokre uniu-se a indígenas de todo o Brasil numa mobilização contra ameaças aos direitos territoriais indígenas. Lideranças filiadas ao Instituto Kabu, à Associação Floresta Protegida e ao Instituto Raoni viajaram durante dois dias de ônibus do norte do Mato Grosso e do sul do Pará até a capital.

Eles também participaram de uma marcha ao Supremo Tribunal Federal, pedindo a retomada do julgamento de uma ação de reintegração de posse movida pelo governo de Santa Catarina contra o povo Xokleng na Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ, que tem implicações de repercussão geral e afetará processos de demarcação de terras indígenas. A viagem a Brasília visa defender seus direitos e territórios contra ameaças que permitem a legalização da mineração em Terras Indígenas, incluindo a IN 01/2021, o PL 191 e o PL 490, que pode modificar os direitos territoriais dos indígenas e a reversão de territórios já homologados, abrindo caminho para atividades como a mineração em Terras Indígenas. As lideranças Mëbêngôkre estão entre os que mais sofrem com a pressão de garimpos ilegais em seus vastos territórios na Amazônia oriental.

As ameaças representadas por esse conjunto de propostas legislativas não são meramente abstratas; elas afetam diretamente a vida individual e coletiva dos povos indígenas, que têm uma relação intrínseca com a terra. As medidas legislativas em discussão, quando combinadas, constituem uma grave ameaça aos direitos indígenas, incluindo o direito à terra, o direito à consulta, o direito de veto e o direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais em seus territórios.

As principais iniciativas legislativas em pauta incluem o PL 490, que visa alterar os procedimentos administrativos de demarcação de terras, transferindo essa responsabilidade

do executivo para o legislativo, o que colocaria os direitos territoriais dos povos indígenas nas mãos da bancada ruralista. O PL 191 busca anular o direito exclusivo dos povos indígenas às riquezas em suas terras, abrindo caminho para atividades predatórias como mineração, petróleo e gás. Além disso, o PDL 177 ameaça o direito à consulta livre, prévia e informada, autorizando a retirada do Brasil da Convenção 169 da OIT.

A Instrução Normativa Conjunta N°1 da Funai e do Ibama simplifica o licenciamento de atividades produtivas lideradas por organizações majoritariamente indígenas, o que pode permitir que grandes produtores agrícolas e outros atores poderosos explorem as riquezas das terras indígenas. O PL 2.633 é conhecido como o "da grilagem" e promove a regularização de terras, incentivando o roubo de terras públicas e o desmatamento em larga escala.

No entanto, o julgamento do Marco Temporal, previsto inicialmente para o dia 30 de junho, foi adiado para 28 de agosto de 2022. Esse julgamento tem implicações profundas para todos os processos de demarcação de terras indígenas em todo o país e é considerado um dos mais importantes para os povos indígenas.

Além disso, os Mëbêngôkre expressaram sua solidariedade aos povos Yanomami e Munduruku, que sofreram ataques e incêndios criminosos por parte de garimpeiros que buscam explorar suas terras. Eles reiteraram seu compromisso com a luta pela proteção de seus direitos, terras e culturas, e afirmaram que não permitirão que essas ameaças se concretizem.

Os Mëbêngôkre estão determinados a continuar lutando contra as propostas legislativas que ameaçam seus direitos e territórios, e estão comprometidos em trabalhar com aliados parlamentares para buscar a extinção dessas pautas anti-indígenas no congresso.

Leia o Manifiesto do Povo Mëbêngôkre-Kayapó: Levante Pela Terra

Nós, 104 lideranças do Povo Mëbêngôkre-Kayapó re- presentantes de 60 aldeias e cerca de 6 mil indígenas das comunidades associadas ao Instituto Raoni, Instituto Kabu e Associação Floresta Protegida, presentes no Levante pela Terra entre os dias 13 e 24 de Junho de 2020 em Brasília, queremos deixar claro que estamos aqui para lutar e dizer que nunca vamos desistir de defender os nossos direitos coletivos e territoriais, e lembrar que nenhum de nossos direitos conquistados pode

regredir. Estamos aqui para dizer que a terra indígena é nossa, de cada uma das etnias indígenas do Brasil. Somos contra o golpe que está sendo perpetuado contra os nossos direitos territoriais. Somos contra o genocídio que o governo está levando adiante, ao negligenciar o cuidado com a saúde da população e aproveitando-se dessa vulnerabilidade para “passar a boiada”, estimulando a invasão e a destruição de nossas florestas e colocando nossas riquezas à serviço do lucro de seus parceiros destruidores. Estamos aqui para dizer que nossa terra e nossos direitos são coletivos e não estão à venda.

Queremos as nossas terras conservadas e protegidas, sem garimpo, sem invasões nem grilagem, sem atividades produtivas poluidoras e predatórias. O poder público deve fiscalizar as nossas terras, para garantir a sua integridade e nos proteger das ameaças. Queremos nossas atividades produtivas sustentáveis valorizadas e promovidas.

O pacote de medidas legislativas que viemos enfrentar que estão em tramitação atualmente em diferentes instâncias ameaçam os aspectos mais viscerais de nossos direitos fundamentais e territoriais, a nossa autonomia, a nossa cultura, modo de vida e maneira de habitar o território.

Estamos aqui para reafirmar e dizer que não abrimos mão de nosso direito à consulta previsto na Convenção 169 da OIT e incorporado na nossa constituição. O PDL 177 é anticonstitucional, e viola nosso direito à consulta prévia, livre e informada.

Temos o direito à qualidade de vida, à saúde e ao meio ambiente equilibrado. Qualquer iniciativa que afeta nossas comunidades e territórios, precisa ser devidamente licenciados, e os impactos previstos precisam ser prevenidos, compensados e mitigados. Sofremos graves impactos em nossos territórios por grandes empreendimentos que lamentavelmente se instalam nas proximidades de nossos territórios. O PL 3729/2004, que aguarda tramitação no senado, procura fragilizar e automatizar o processo de licenciamento, reduzindo nossos direitos com medidas administrativas que favorecem os empreendedores e reduzem suas responsabilidades com os direitos humanos e o meio ambiente.

Somos contra o Marco Temporal, seja no contexto do julgamento no STF do caso da Terra Indígena Ibirama Laklanõ ou no caso do PL 490/2007. Em qualquer caso, o que se procura é limitar o direito a demarcação de terra somente para aqueles que tiveram a posse ou estiveram em ação judicial por seus territórios. Essa medida invisibiliza a violência que despejou muitos de nossos parentes e nós mesmos de nossos territórios de ocupação tradicional. O direito à demarcação não pode ter uma limitação temporal, porque nosso direito à terra é originário.

O PL 490/2007 é uma ameaça profunda a nossos direitos territoriais. Todos os povos indígenas do Brasil, inclusive os que tem suas terras demarcadas e homologadas, estão ameaçados. O que está sendo proposto é uma mudança muito profunda no regime jurídico de nossas terras. O PL é uma proposta da bancada ruralista e do governo bolsonaro que procura inviabilizar demarcações, anular as já existentes e liberar nossas terras para empreendimentos predatórios. Procura inclusive reduzir terras demarcadas quando julgar que sua ocupação não é tradicional, atropelando nosso direito à diferença e territorialidade própria. Todos os territórios indígenas conquistados são ocupados de maneira legítima por nossos povos e nenhum pretexto pode limitar o nosso direito à terra.

O PL 191 quer colocar as nossas terras a disposição da exploração de seus recursos minerais, hidrocarbonetos, petróleo, gás natural, aproveitamento hídrico dos rios para geração de energia elétrica e outros grandes empreendimentos predatórios. Tudo isso sem respeitar os nossos direitos fundamentais, o nosso direito ao usufruto exclusivo das riquezas existentes em nossas terras e o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada.

A Instrução Normativa Conjunta No 1 da Funai e do IBAMA também ataca o nosso direito ao usufruto exclusivo de nossas riquezas e favorece iniciativas produtivas de organizações que se fazem passar por nossas, mas que na verdade são organizações de não indígenas que querem lucrar com a exploração predatória dos recursos de nossos territórios.

Repudiamos veementemente a violência que ocorreu no dia 22 de Junho em meio a nosso protesto do Levante pela Terra no anexo II da Câmara dos Deputados durante a votação na plenária do PL 490/2007. Fomos atacados com bombas de gás e efeito moral, deixando vários feridos e alguns hospitalizados. Nada justifica essa truculência contra os povos indígenas. Não é assim que devemos ser recebidos na casa do povo para participar de uma decisão que diz respeito aos nossos territórios e às nossas vidas e sobre qual deveríamos ter sido consultados. Repudiamos ainda aquelas falas racistas, preconceituosas de parlamentares anti-indígenas que se referiram a nós com termos preconceituosos, acusando-nos de incitar a violência quando na verdade os caciques de nosso povo pediram insistentemente para que a brutalidade policial fosse interrompida.

Precisamos lembrar sempre que nós somos os povos originários desta terra, qualquer instituição que deseje incidir, governar e legislar naquilo que nos diz respeito nos deve consideração. Somos os primeiros brasileiros. Nossos direitos territoriais são anteriores a qualquer governo, a qualquer estado. Os nossos territórios são nossos por direito fundamental e independentem de qualquer reconhecimento formal. A produção mais valiosa da nossa terra é a proliferação da diversidade de vida na natureza, o cuidado do clima, da água e dos animais.

Nossa terra e nossos direitos são coletivos e não estão à venda!

A Primavera Indígena, como foi denominada pela APIB²¹, é um marco histórico na luta pelos direitos indígenas no Brasil, contando com a participação de mais de 6.000 indígenas de 176 povos diferentes, incluindo mais de 200 Mëbêngôkre. Este movimento é realizado no Acampamento Luta pela Vida, uma iniciativa da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e suas organizações de base, unidos em Brasília para combater em prol de direitos, democracia e contra uma agenda anti-indígena no Congresso Nacional²².

A unidade entre os diversos povos tem como objetivo defender o direito originário à terra, que para os Mëbêngôkre é vital, pois a terra representa a própria vida. No cenário político

²¹ <https://apiboficial.org/2021/08/30/primavera-indigena-movilizacion-permanente-por-la-vida-y-la-democracia/?lang=es>

²² <https://www.florestaprotegida.org.br/noticias/povo-mebengokre-kayapo-em-luta-pela-vida>

atual, uma série de projetos de lei ameaça profundamente os direitos territoriais indígenas. Alguns desses projetos incluem o PL 191, que visa liberar atividades predatórias, como mineração, em Terras Indígenas; o PL 490, que restringe os direitos territoriais indígenas; o PDL 177, que busca desobrigar o Brasil da convenção 169 da OIT, que garante o direito à consulta livre, prévia e informada; o PL 2633 e o PL 510, que buscam regularizar terras griladas; e o PL 2159, que fragiliza os procedimentos de licenciamento ambiental.

No atual cenário de debates em torno dos direitos territoriais indígenas, uma afirmação comum que é recuperada é a de que "há muita terra para pouco índio no Brasil". No entanto, é fundamental analisar essa afirmação à luz dos dados e números disponíveis.

Segundo um levantamento realizado pelo Instituto Socioambiental, essa afirmação não se sustenta quando examinamos os fatos. Na verdade, os dados revelam uma situação bem diferente.

Atualmente, cerca de 41% do território nacional brasileiro é ocupado por diferentes formas de propriedade rural. Desses 41%, aproximadamente 11% consistem em pastagens degradadas, áreas que não estão sendo utilizadas de maneira eficiente.

Agora, quando olhamos para as Terras Indígenas, a realidade se torna mais clara. Essas terras abrangem aproximadamente 13,8% do território nacional, representando um percentual significativamente menor do que a área ocupada por proprietários rurais. A média mundial (15%) do percentual de território nacional com os povos indígenas é superior à brasileira. É crucial notar que a esmagadora maioria dessas Terras Indígenas, cerca de 98%, está localizada na região da Amazônia Legal, onde a biodiversidade é rica e a preservação ambiental é fundamental.

Por outro lado, fora da região amazônica, as áreas indígenas são relativamente pequenas, correspondendo apenas a 0,6% do território total do país. Isso demonstra que as terras indígenas são, de fato, limitadas em extensão fora da Amazônia.

É importante também reconhecer a diversidade demográfica das populações indígenas e a maneira como elas ocupam suas terras de acordo com suas próprias lógicas. Essas terras

indígenas muitas vezes acolhem uma grande biodiversidade, contribuindo para a preservação ambiental e desempenhando um papel essencial na regulação do clima.

É relevante observar que, apesar das extensas áreas de terras indígenas na Amazônia Legal, a proporção da população indígena em relação à área que ocupam e em comparação com o restante da sociedade não é significativamente maior. Apenas na região da Amazônia Legal, cerca de 62% da população é indígena, enquanto em outras partes do país, esse percentual é de 38%.

Portanto, os números e percentuais destacados indicam que a questão não reside em "muita terra para pouco índio", mas sim em como as terras indígenas desempenham um papel crucial na preservação ambiental, na manutenção da biodiversidade e no fornecimento de serviços ambientais essenciais para toda a sociedade brasileira. Portanto, a proteção e demarcação dessas terras são vitais para o bem-estar do país e do planeta.

O Brasil na verdade apresenta uma alarmante concentração fundiária, um fenômeno que merece atenção especial. Neste contexto, dados e porcentagens revelam uma realidade preocupante. Em território brasileiro, a concentração de terras é notória, com poucos produtores rurais detendo a grande maioria das áreas. Assustadoramente, existem aproximadamente 51,2 mil latifúndios no país, o que representa um número significativo de propriedades rurais controladas por um grupo relativamente pequeno. Para ilustrar essa desigualdade, apenas 1% das propriedades rurais brasileiras corresponde a uma extensão de terra que abrange surpreendentes 20% de todo o território nacional.

Nos estados onde o agronegócio possui uma presença mais marcante, como Goiás, São Paulo e Minas Gerais, a situação das terras indígenas é ainda mais crítica. Nestes estados, o percentual de terras destinadas às populações indígenas é extremamente reduzido, não ultrapassando a marca de 0,3%. Em São Paulo, por exemplo, esse percentual é de apenas 0,3%, enquanto em Minas Gerais é ainda menor, com míseros 0,2%, e em Goiás, é de somente 0,1%.

É essencial ressaltar que, se houvesse uma necessidade legítima de expandir a área de exploração agrícola no Brasil, existiria uma opção viável e muito menos impactante para as terras indígenas. Na Amazônia, há uma vasta extensão de território sem destinação

específica, que corresponde a uma área que é duas vezes maior do que o próprio estado de São Paulo. Esta área ainda não foi alocada para nenhum propósito específico e poderia ser considerada para expansão agrícola, caso fosse necessário. Mas será que todo o território nacional deveria estar obrigatoriamente destinado ao modelo de desenvolvimento hegemônico, privatizado e predatório?

Essas estatísticas e porcentagens deixam claro e incontestável o alarmante nível de concentração de terras no Brasil, destinadas ao mesmo modelo predatório e hegemônico de desenvolvimento econômico. O discurso dos parlamentares e ministros que são contrários aos direitos originários indígenas muitas vezes partem de uma série de pressupostos que afirmam que todo o território nacional deveria estar destinado ao benefício dos interesses privados de um modelo de desenvolvimento hegemônico capitalista neocolonial e predatório, e sua necessidade de limitar e regredir em matéria dos direitos originários indígenas é justificada sob a necessidade de reconquistar seus territórios com “segurança jurídica”. Que “segurança jurídica” é essa de violar direitos reconhecidos?

Esse problema não apenas impacta negativamente as comunidades indígenas, mas também suscita sérias preocupações em relação à equitativa distribuição do território nacional para acolher todas as formas de viver e de se relacionar com a terra que apresenta cada um dos povos e nações distintas que vivem no território brasileiro, assim como para a sobrevivência de todos os seus biomas. A necessidade de abordar a questão da reforma agrária e da demarcação das terras indígenas permanece inegavelmente como um tema de importância crítica para promover tanto a justiça social quanto a preservação ambiental no mundo.

A demarcação e proteção das terras indígenas não são apenas questões de justiça social, mas também têm um impacto significativo no bem-estar da humanidade e no equilíbrio ambiental. Surpreendentemente, cerca de 98% das terras indígenas permanecem preservadas, enquanto a taxa geral de desmatamento na Amazônia atinge alarmantes 19%. Essa diferença gritante demonstra como as populações indígenas desempenham um papel crucial na conservação das florestas tropicais e na proteção da biodiversidade.

As terras indígenas não apenas preservam a natureza, mas também têm um impacto positivo na economia e na produção rural. Por meio de práticas sustentáveis, as comunidades indígenas conseguem utilizar os recursos naturais de maneira equilibrada. As

florestas em terras indígenas desempenham um papel fundamental na regulação do clima. Elas atuam como sumidouros de carbono, absorvendo grandes quantidades de dióxido de carbono (CO₂) da atmosfera, o que ajuda a mitigar as mudanças climáticas globais. Além disso, essas florestas contribuem para a prevenção de extremos climáticos e desastres naturais, como inundações e secas.

As terras indígenas na Amazônia desempenham um papel vital na moderação da temperatura regional. Fora dessas áreas preservadas, a temperatura pode ser significativamente mais alta, variando de 4°C a 8°C. Essa diferença mostra como as terras indígenas desempenham um papel na manutenção de condições climáticas amenas e na regulação do calor na região.

As terras indígenas desempenham um papel fundamental na manutenção do regime de chuvas em todo o continente. Elas contribuem para a estabilidade do ciclo hidrológico, garantindo a disponibilidade de água para diversas comunidades e ecossistemas. Na Amazônia, as terras indígenas são especialmente significativas, pois transpiram uma impressionante quantidade de água diariamente, cerca de 5,2 bilhões de toneladas. Isso ajuda a sustentar os rios e lençóis freáticos, beneficiando não apenas as populações indígenas, mas também levando chuva pelos rios voadores para comunidades urbanas e rurais em todo o continente que dependem desses recursos hídricos.

No contexto do combate à crise climática, as terras indígenas na Amazônia desempenham um papel crítico, armazenando um impressionante total de 28,2 bilhões de toneladas de CO₂, o que equivale a aproximadamente 33% do estoque total de carbono da região. Essa capacidade de retenção de carbono contribui significativamente para mitigar os impactos das mudanças climáticas.

Além desse serviço vital, as terras indígenas prestam diversos outros serviços ambientais de suma importância. Elas desempenham um papel essencial na manutenção da fertilidade dos solos, na prevenção da erosão do solo e no controle de pragas e doenças, contribuindo assim para a saúde dos ecossistemas locais.

A floresta amazônica, que prospera nessas terras, é uma fonte inestimável de recursos naturais. Ela fornece madeira de alta qualidade, uma variedade de alimentos, fibras naturais,

bem como uma rica farmácia de remédios tradicionais. Além disso, a floresta também impulsiona setores econômicos sustentáveis, como o turismo, o artesanato e a produção de essências naturais.

Portanto, é crucial destacar que o argumento de que a exploração econômica justifica a retirada das terras indígenas de suas comunidades é infundado. Na realidade, essas terras desempenham um papel multifacetado na geração de recursos e serviços sustentáveis, que vão desde a preservação da biodiversidade até a promoção de atividades econômicas de maneira ambientalmente responsável. A chave está em fornecer os incentivos adequados e o apoio necessário para que as comunidades indígenas continuem a desempenhar esse papel fundamental na preservação ambiental e no desenvolvimento sustentável.

A mobilização da Primavera Indígena é uma continuação do Levante pela Terra, que ocorreu no início do ano de 2022, e também busca acompanhar o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) relacionado ao marco temporal. O atual governo brasileiro enfrenta críticas e denúncias internacionais, incluindo uma denúncia de genocídio, devido às suas políticas em relação à população indígena e ao meio ambiente. Os povos indígenas também contam com amplo apoio popular, incluindo petições e manifestações contra o marco temporal.

No contexto da Primavera Indígena, as lideranças femininas indígenas também reafirmaram sua presença na luta e anunciaram a Marcha das Mulheres Indígenas, que ocorreu em Brasília. Após a conclusão do Acampamento Luta pela Vida, a mobilização contra o Marco Temporal continuou ativa para acompanhar a evolução do julgamento no Supremo Tribunal Federal.

Nesse cenário de ataques sistemáticos aos direitos indígenas, os povos indígenas unem forças para resistir, preservar suas terras e buscar alternativas econômicas sustentáveis em seus territórios. A Primavera Indígena representa uma mobilização histórica em defesa dos direitos indígenas, da democracia e do meio ambiente.

A mobilização da Primavera Indígena continua como uma extensão do Levante pela Terra, que ocorreu durante três semanas em junho de 2021, também na capital federal, quando mais de 100 lideranças Mëbêngôkre estiveram presentes. Nesse período, estava previsto o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) relacionado à (RE) 1.1017.3655, uma ação

de reintegração de posse movida pelo governo de Santa Catarina contra o povo Xokleng. Este caso recebeu o status de "repercussão geral" pela suprema corte e diz respeito à Terra Indígena Ibirama Laklãnõ, onde vivem os povos Xokleng, Guarani e Kaingang. Importante notar que o resultado desse julgamento servirá como diretriz para a gestão federal e todas as instâncias da justiça em procedimentos de demarcação de terras indígenas. Portanto, este julgamento determinará se a tese do marco temporal será um critério definitivo para a demarcação de terras indígenas.

Após vários adiamentos, o julgamento foi remarcado para o dia 25 de agosto, o que levou mais de 6 mil indígenas de mais de 176 etnias a se reunirem novamente na capital para participar da semana de mobilização no acampamento Luta pela Vida. O objetivo dessa mobilização era acompanhar o julgamento, que foi novamente adiado, desta vez para o dia 1º de setembro de 2021. Os indígenas buscavam, com essa ação, a eliminação definitiva do marco temporal da legislação.

O julgamento do marco temporal no Supremo Tribunal Federal, adiado novamente para o dia 1º de setembro, é considerado um evento de extrema importância, com potencial para retrocessos significativos e um impacto profundo na realidade territorial dos povos indígenas. A ação movida pelo governo de Santa Catarina não leva em consideração os deslocamentos forçados, a redução territorial, os massacres e a diminuição de terras enfrentados pelos Xokleng ao longo da história, inclusive durante a ditadura militar. Importante ressaltar que o caso dos Xokleng não é isolado, e grupos de indígenas de várias etnias, vindos do Xingu, anunciaram que adiaram o retorno às suas terras de origem para aguardar o reinício do julgamento na próxima semana. Mais de mil participantes de diferentes povos permanecem na capital aguardando o desfecho do julgamento.

O marco temporal é uma tese que argumenta que somente os povos que estavam na posse ou em litígio por suas terras de ocupação tradicional na data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, têm direito à efetiva demarcação de suas terras. Essa tese desconsidera completamente o histórico de violência que desalojou muitos povos indígenas de seus territórios tradicionais ao longo da história da colonização até os dias atuais, incluindo o período da ditadura militar. É uma tese injusta, pois ignora as violações que privaram os indígenas de suas terras e o fato de que, antes da Constituição de 1988,

prevalecia o regime de tutela, no qual os indígenas não eram considerados cidadãos e não tinham representação legal em litígios para defender seus direitos.

O mês de agosto foi designado como o período de luta pelos direitos dos povos indígenas, marcado também pelo Dia Internacional dos Povos Indígenas em 9 de agosto, em celebração ao lançamento da Declaração Internacional dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU. Nesse contexto, a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) entregou uma denúncia internacional no Tribunal de Haia contra o Presidente Bolsonaro por genocídio. Esta é a primeira vez que os povos indígenas recorrem a esse tribunal para defender seus direitos, com representação de seus próprios advogados, incluindo Eloy Terena e Samara Pataxó. Em janeiro, o cacique Ropni Metyktire já havia denunciado o presidente Jair Bolsonaro por crimes ambientais (ecocídio) no Tribunal Internacional de Haia. Em agosto, no Dia Internacional dos Povos Indígenas, a APIB apresentou outra denúncia contra o presidente, desta vez por genocídio, relacionada à sua gestão em relação à população indígena durante a pandemia.

Os indígenas contam com o apoio popular, como evidenciado por um abaixo-assinado contra o marco temporal que recebeu 160 mil assinaturas, incluindo juristas, acadêmicos e artistas, e que foi entregue ao STF. É importante notar que um pequeno grupo de indígenas que apoiam a legalização do garimpo, a plantação de soja em Terras Indígenas e a exploração de Terras Indígenas por não indígenas esteve em Brasília, mas eram minoria, totalizando menos de 300 pessoas. Isso claramente demonstra que a maioria dos indígenas deseja preservar seu modo de vida interdependente com a floresta e buscar alternativas econômicas sustentáveis em seus territórios.

Em resposta, lideranças femininas Mëbêngôkre associadas ao Instituto Raoni, Instituto Paiakan, Associação Floresta Protegida e Instituto Kabu enfatizaram que representam a maioria da população do povo Mëbêngôkre e se opõem aos projetos de lei da agenda parlamentar anti-indígena e à gestão do governo atual. Essa união e aliança histórica entre diferentes subgrupos do povo Mëbêngôkre, que eram rivais no passado, agora estão unidos para enfrentar o retrocesso nas políticas públicas indigenistas do governo. Os Mëbêngôkre do sul do Pará, Metyktire, Mekragnotire e Xikrin, estão unidos na luta.

É importante destacar que os ataques aos direitos indígenas, que foram reconhecidos durante o processo de redemocratização do país, têm sido constantes nos últimos anos. No Congresso, vários projetos em tramitação violam a Constituição e os direitos originários à terra dos indígenas, assim como seu usufruto exclusivo das riquezas existentes em suas terras. Além disso, há tentativas de regularizar atividades predatórias, como o garimpo, que ameaçam a saúde dos rios e das pessoas que dependem deles.

Para combater o garimpo em Terras Indígenas, as etnias mais afetadas por essa atividade prejudicial se uniram e continuam a lutar contra a extração de ouro em suas terras. Três grupos de Mëbêngôkre-Kayapó, juntamente com Yanomami, Munduruku e Ye'kwana, divulgaram uma carta aberta formalizando sua aliança contra o garimpo e os projetos que tentam legalizar e regulamentar essa atividade, como os projetos de lei PL 490 e PL 191. Eles também se opõem a todos os projetos que ameaçam suas terras.

Durante o Luta pela Vida, lideranças femininas reafirmaram sua presença na luta e confirmaram a realização da Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília, programada para ocorrer de 7 a 11 de setembro, com o tema "Mulheres originárias: Reflorestando mentes para a cura da Terra". As mulheres acompanharão de perto o julgamento para garantir que o marco temporal seja definitivamente descartado.

*

A Transformação da Terra: Pyka Kam Mya Kute Amjowâpajote²³

Lideranças jovens das etnias Mebengôkré, Maial Panhpunu Paiakán Kaiapó e Beptuk Metuktire, participaram da COP 26 em Glasgow e reconheceram o avanço da presença indígena na conferência. No entanto, eles alertam para a participação limitada nas decisões cruciais que afetam os direitos e a proteção dos territórios indígenas.

A Cúpula do Clima das Nações Unidas, realizada em Glasgow, Escócia, de 31 de outubro a 13 de novembro, reuniu representantes de 200 países com o objetivo de criar acordos para

²³ <https://www.florestaprotegida.org.br/noticias/a-mudanca-que-esta-acontecendo-com-a-terra:-pyka-kam-mya-kute-amjowapajote>

combater a crise climática. No entanto, os povos indígenas e a sociedade civil destacaram a falta de participação significativa nessas decisões.

Apesar das negociações em Glasgow deixarem muito a desejar, o Brasil se comprometeu a proteger as florestas tropicais, reduzir as emissões de metano, zerar o desmatamento ilegal até 2028, cortar as emissões de gases de efeito estufa até 2030 e alcançar o saldo zero entre emissões e absorção de carbono até 2050. Isso implicará uma redução de 15% no desmatamento no próximo ano. No entanto, mais de 40 lideranças indígenas presentes na conferência, juntamente com especialistas, destacam que não será possível alcançar essas metas sem garantir o direito à demarcação e proteção das Terras Indígenas.

Da etnia Mebengôkré, Maial Panhpunu Paiakán Kaiapó e Beptuk Metuktire, neto do grande cacique Ropni, representaram a organização Minga Indígena. Eles estavam ao lado de outras lideranças indígenas representando diferentes povos do continente americano, conhecido para esses povos como Abya Ayala. As lideranças indígenas se agruparam de acordo com seus biomas de origem.

Esta foi a primeira edição do evento com uma diversidade significativa de povos indígenas, principalmente do Brasil. Várias organizações, incluindo a Minga Indígena, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a coordenação da Anmiga, que representa as mulheres indígenas do Brasil, estiveram presentes. A diversidade representada incluiu não apenas a Amazônia, mas também outros biomas onde os povos indígenas vivem.

A Minga Indígena é uma coalizão de coletivos, organizações e comunidades de várias nações, desde os picos dos Andes até o coração da Floresta Amazônica, passando pelas ilhas do Caribe e do Pacífico. Sua missão é lembrar a humanidade do que significa "Ser Humano" e convidar todos a se unirem na causa pelo clima e pela diversidade biológica e cultural. A Minga Indígena tem participado da COP desde a Rio+20 e se destacou por organizar eventos sociais paralelos e comprometidos com a causa. Neste ano, eles realizaram uma Cúpula Mundial alternativa dos Povos Indígenas para compartilhar experiências de cuidado com os territórios ancestrais e criar espaços de aprendizado, discussão e reflexão. Sua principal reivindicação é a necessidade de garantir os direitos à autonomia e à autodeterminação dos povos indígenas sobre seus territórios.

Sobre a participação dos povos indígenas na COP-26, Maial oferece o seguinte depoimento:

""A maioria dessas negociações foram feitas a portas fechadas, não tivemos acesso a esse contexto. Teve dois momentos, um deles teve a nossa presença que foi muito importante e fez com que nossa voz pudesse ecoar ali dentro, mas ainda temos uma luta muito maior que é enfrentar as barreiras que a maioria das grandes empresas e negociadores colocam, até mesmo do governo. Além da nossa presença na COP, que eu acredito que é um marco muito importante numa conferência mundial sobre mudanças climáticas, penso que o que falta realmente para além de nossa presença é nossa participação nas decisões técnicas e negociações que existem dentro da COP-26. Parece um leilão negociando nosso território mas não estamos presentes nas partes mais importantes, que além de ter nossa voz ouvida poderemos falar sobre o que queremos realmente e o que pensamos sobre os nossos territórios.

Saímos da COP-26 com uma perspectiva de avanço, conquistamos um espaço e demos um grande passo mas precisamos mais, avançar nesse diálogo com o governo, avançar no diálogo mundial em relação às mudanças climáticas porque é o nosso território aquele que garante e protege o meio ambiente e o clima. Os olhos do mundo estão voltados para nós, para a Amazônia e para as Terras Indígenas. Não estar presente no momento mais importante é ruim, tentaram nos silenciar. Vale lembrar também que na ECO 92 também houve uma grande participação de povos indígenas, principalmente do povo Mebengôkré. A partir daí esse assunto foi se esvaziando, mas estamos retomando a pauta sobre mudanças climáticas e a presença de povos indígenas. Nossos cientistas são nossos pajés, nossas anciãs, e precisam ser ouvidos, estão alertando há muito tempo sobre a alteração do clima. Nos Mebengokre, somos conhecedores do tempo, do clima, conhecemos o calendário da floresta.

Ter uma Conferência sobre Mudanças Climáticas sem povos indígenas... não adianta muito discutir. Sempre que falamos sobre consulta a gente relembra a importância da Convenção 169 da OIT. Tem recursos destinados aos países em desenvolvimento e saímos de lá sem uma resposta efetiva em relação a aplicação desses recursos nem sobre as garantias de proteção de nossas terras que precisamos que sejam concretas. Eu acredito que avançamos na presença de povos indígenas, na diversidade da representatividade do Brasil. Mas ainda precisamos avançar, não só nas negociações, mas os acordos sobre a proteção das terras, biomas e florestas ainda estão parados, não foi feito um acordo concreto . Ainda temos muito a lutar, para organizar outras delegações Mebengôkré e de outros povos do Brasil para participar das próximas conferências e fazer um movimento para que os grandes empresários ou o governo possam escutar nossa voz e a gente possa realmente ter uma resposta positiva e chegar a acordos mais efetivos."

Beptuk Metuktire acrescenta: "Tivemos um papel fundamental em dar voz à natureza, que está pedindo ajuda a todos nós, seres vivos desta Terra. Precisamos que os não indígenas respeitem a natureza e o planeta, especialmente a Amazônia, que é a maior floresta que sustenta o mundo inteiro." [\(local, data\)](#)

As atividades humanas têm causado mudanças climáticas significativas, resultando em variações em fenômenos climáticos, como temperatura, chuvas, ventos e mais. Essas mudanças podem gerar desequilíbrios em ecossistemas, eventos climáticos extremos, e estão relacionadas às emissões de gases de efeito estufa, desmatamento e outras atividades humanas. A responsabilidade humana no aquecimento global é incontestável, e o 6º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima das Nações Unidas destaca a necessidade de evitar o aumento da temperatura global para 1,5°C a 2°C para evitar efeitos catastróficos.

Do ponto de vista científico, as mudanças climáticas referem-se a variações nos fenômenos climáticos em relação às médias históricas estabelecidas ao longo do tempo. Essas variações podem ser observadas em diversos aspectos, como a temperatura, os padrões de chuva, os ventos, a nebulosidade e outros elementos climáticos, tanto em escalas regionais quanto globais. Essas flutuações podem resultar em desequilíbrios nos sistemas ecológicos e ecossistemas que evoluíram ao longo de períodos extensos. Além disso, essas mudanças podem desencadear uma série de eventos climáticos extremos, como ondas de calor e frio, chuvas intensas, inundações, incêndios florestais, secas, geadas, granizo, deslizamentos de terra e erosões, além de contribuir para a redução acentuada das populações de diversas espécies selvagens, que experimentam, em média, uma redução de 60% somente nos últimos 50 anos.

Essas transformações climáticas são fenômenos geológicos que podem se desdobrar ao longo de décadas a milênios. Suas causas podem ser de origem natural, resultado de fatores externos à Terra e internos, como as variações nos ciclos solares ou a deriva dos continentes. No entanto, também podem ser intensificadas pela ação humana sobre o planeta, uma preocupação que tem sido enfatizada por ambientalistas e cientistas nas últimas décadas.

A magnitude dessa responsabilidade humana é notável, a ponto de obter um amplo consenso entre os cientistas que contribuíram para a elaboração do 6º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) das Nações Unidas. Este relatório, publicado em 9 de agosto de 2021, deixa claro o papel inegável da atividade humana no agravamento do aquecimento global, considerado o principal e mais perigoso fenômeno climático que ameaça a continuidade de diversas formas de vida na atualidade.

O documento faz um alerta enfático para a necessidade premente de tomar medidas para evitar que a temperatura global aumente entre 1,5°C a 2°C nas próximas décadas. Esse aumento, caso não haja uma redução significativa das emissões de gases do efeito estufa, pode resultar em consequências catastróficas para o planeta e suas populações.

Em suma, as mudanças climáticas são uma realidade que envolve variações climáticas observáveis nos padrões de temperatura e precipitação, bem como eventos climáticos extremos. Elas são desencadeadas por processos naturais que podem levar décadas ou milênios, mas também são exacerbadas pela intervenção humana. A responsabilidade humana nesse fenômeno é incontestável, e a comunidade científica enfatiza a urgência de ações globais para mitigar as mudanças climáticas e suas consequências potencialmente devastadoras.

A interferência incessante da humanidade no ambiente está desencadeando transformações tão profundas que podemos afirmar que a Terra está adentrando em uma nova era geológica, conhecida como o Antropoceno, que marca o fim do Cenozóico, período que teve início há cerca de 66 milhões de anos. Embora ainda haja debates sobre a data precisa do início do Antropoceno, há referências significativas que se destacam, momentos em que a intervenção humana na superfície terrestre se intensificou de maneira notável.

Entre esses marcos históricos que caracterizam o início do Antropoceno, estão a disseminação generalizada da agricultura por diversas sociedades humanas em diferentes regiões há milhares de anos, mas sobretudo, a Revolução Industrial, que representou uma transformação radical na maneira como a humanidade interagia com o meio ambiente. Contudo, este termo é controverso, já que pode ser argumentado que não é exatamente a espécie humana quem tem causado os efeitos observáveis nessa nova era planetária, mas um específico modo de produção empregado por alguns povos, tanto que esta era também pode ser denominada Capitaloceno.

Dentro desse contexto, um dos fenômenos climáticos mais cruciais e preocupantes provocados pela atividade humana é o aquecimento global. Esse processo é desencadeado pela emissão contínua de gases do efeito estufa, como metano e monóxido de carbono, que são liberados de diversas maneiras na atmosfera. Essas emissões têm origem

principalmente na atividade agropecuária, no desmatamento e na queima de combustíveis fósseis, entre outras fontes.

O agravante dessa situação é o desmatamento, que reduz a cobertura florestal, resultando na diminuição da quantidade de monóxido de carbono que é absorvida e armazenada no solo. Isso leva a uma acumulação desses gases na atmosfera, causando o aumento das temperaturas em todo o planeta. Consequentemente, ocorrem efeitos devastadores, incluindo o derretimento das calotas polares, o que contribui para o aumento do nível do mar e o surgimento de uma série de eventos climáticos extremos, como tempestades, secas e inundações.

Em resumo, as atividades humanas estão tendo um impacto profundo no planeta, culminando no início do Antropoceno, marcando uma nova era geológica. O aquecimento global, causado principalmente pela emissão de gases do efeito estufa e a degradação das florestas, é um dos resultados mais graves desse processo. Para enfrentar os desafios que o Antropoceno apresenta, é essencial adotar medidas significativas para reduzir a pegada ambiental da humanidade e buscar formas mais sustentáveis de interação com o nosso planeta.

Mas isso é algo que os velhos Mebengôkré já sabiam faz um bom tempo e vinham alertando a esse respeito. "O clima em todo lugar está mudando, por isso estamos preocupados em proteger, por isso criamos duas ONG's, quando vem a chuva hoje é bem forte, só vento e raio. Agosto é o momento que queimam muito a floresta", afirma Takire Teoti, mebengê da comunidade de A'ukre na TI Kayapó, membro da Associação Floresta Protegida e presidente da Associação Indígena Pykore, diz que é o povo Mebengôkré que vem sempre cuidando da floresta, e preservando a natureza enquanto o povo branco é quem deseja fazer o desmatamento dessas áreas, "a Associação Floresta Protegida está protegendo, e a Associação Indígena Pykore também", afirma a liderança.

"No século XXI está mudando mais o clima, a gente está preocupado com isso. Com quem vamos falar? Como é que vamos procurar soluções para cuidar do clima e de nosso território? O clima está ruim, não está bom, por isso estou preocupado com o povo Mebengôkré e com o povo kubẽ (não-indígena). Kubẽ tem que parar, reduzir as emissões das fábricas e dos carros. Tem que parar um pouco com o petróleo, parar um pouco com as

usinas para diminuir as emissões" afirma Takire Teoti. [\(12 de novembro, comunicação pessoal por telefone\)](#)

Partindo de uma concepção epistemológica que considera que o conhecimento se origina do mundo espiritual, o Cacique Ropni compartilha uma reflexão em relação ao que pode acontecer com o avanço do desmatamento e da destruição provocada pelo governo Bolsonaro. As ações políticas, o discurso e a resistência do Cacique Ropni partem de uma base epistemológica espiritual e parte fundamental de seu conhecimento a respeito do que poderá ocorrer em virtude das mudanças climáticas geradas pelo desmatamento tem sua origem em viagens astrais realizadas em sua experiência de Wajanga (Pajé).

“É uma reflexão para nós, enquanto existir essa luta de dois lados, o kuben querendo acabar com tudo e nós querendo proteger o que dá a nossa vida, vocês tem que estar juntos, unidos, próximos para poderem soltar as vozes para gritar para que a natureza não seja destruída pelos homens que querem o mal, eu tive várias visões, eu sai do corpo para falar com os espíritos daqueles setores (existem vários pajés, o pajé do rio por exemplo) e eles já haviam me pedido que tem que parar com isso, com essa destruição, porque vai vir muita chuva que não é essa que vemos, vai chover para sempre e vai encher tudo nessa terra, vai virar o mar em tudo aqui nessa terra, então destruindo a natureza vai acontecer muita coisa ruim aqui e os próprios espíritos do rio já falaram pra mim que vai acontecer muita coisa ruim aqui nessa terra e também falaram que se agente não se organizar e se juntar para defender a árvore, a natureza, a água, a floresta pode acabar e pode vir muita coisa ruim, enchente de água...pode encher de muita água aqui e se acabar com o rio vai vir um vento muito forte a floresta vai acabar e muita coisa ruim pode acontecer, então vários espíritos d'água e da florestas ja haviam me falado isso, eu ja vinha falando isso, vocês precisam se organizar para defender a floresta, defender o rio para que possamos viver mais ainda nessa terra.

Quando eu me encontrei com vários espíritos, do vento forte, da chuva, da água...existem vários tipos de espíritos que eu já encontrei e eles falaram que nós que estamos sobre a terra temos que dizer que precisamos da floresta, dizer que precisamos do rio...e eles vão escutar e poder nos ajudar pois eles estão esperando que a gente se posicione contra o mal, o mal que quer destruir. Quando eu me encontrei com vários deles, eles já haviam dito para mim que nós que estamos sobre a terra devemos dizer que queremos proteger o rio, queremos proteger a floresta para poder sobreviver, quando me encontrei com eles foi o que eles me disseram que se todos falarem que querem a floresta, que querem o rio então eles vão poder nos ajudar a proteger o que é nosso, do que nós podemos sobreviver sobre ela. Eu até me encontrei com os espíritos do fogo onde eu fui até a base deles, no acampamento deles e era um rio um grande córrego que chegava na casa deles com a entrada bem estreita já chegando no fogo e era um fogo de água mesmo, um fogo diferente e eles me falaram que se precisarmos de ajuda todos estejam cientes para manter o que é para sobrevivência sobre a terra e falaram que se continuarem destruindo a floresta, a natureza e até mesmo os animais eles vão se posicionar contra nós, eles vão castigar todos nós que sobrevivemos sobre a terra. Eles me ofereceram uma água e bebemos juntos e depois ele falou para mim que quando eu voltasse para o meu corpo era para que eu passasse essa mensagem, para falar para

todos aqui para manter a floresta que se a gente quisesse manter a floresta eles iam nos ajudar e que se agente não conseguisse proteger ou até mesmo preservar eles vão nos castigar. Essa é a mensagem que eles me passaram, eu já venho alertando todo mundo sobre isso e vou continuar alertando e falando isso para todo mundo." (Ropni, Peixoto de Azevedo, outubro de 2022)

Os povos indígenas desempenham um papel fundamental nas soluções para enfrentar as mudanças climáticas, pois são os guardiões da biodiversidade e seus territórios armazenam grandes quantidades de carbono. A proteção das terras indígenas é essencial para amenizar as mudanças climáticas, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

No estado do Pará, onde reside grande parte do povo Mebengôkré, o desmatamento é a principal causa das altas emissões de gases de efeito estufa. As terras indígenas preservadas são vitais para a conservação da biodiversidade e para a absorção de carbono. Takire Teoti, da comunidade de A'ukre na Terra Indígena Kayapó, enfatiza o compromisso do povo Mebengôkré com a proteção da floresta e da natureza, contrastando com os interesses de desmatamento de outros setores.

No contexto das mudanças climáticas e da necessidade de ação global, os povos indígenas, incluindo os Mebengôkré, desempenham um papel crucial em proteger a Terra e seus ecossistemas. Eles buscam não apenas preservar seus próprios territórios, mas também contribuir para a proteção de todo o planeta, lembrando-nos da responsabilidade coletiva de cuidar do nosso lar comum.

A cada ano, as mobilizações organizadas em Brasília pela Articulação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) superam as anteriores em termo de presença de delegações, cada vez mais numerosas, tornando-se a cada edição, as maiores da história das mobilizações indígenas no país.

De 4 a 14 de abril de 2022, Brasília foi palco de uma grandiosa mobilização que marcou a história do movimento indígena no Brasil e no mundo. O povo Mëbêngôkre-Kayapó participou do 18º Acampamento Terra Livre, uma iniciativa promovida pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) sob o lema "Retomar o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política". Nessa jornada histórica, três delegações, totalizando mais de 300 pessoas, representaram o Instituto Raoni, o Instituto Kabu e a Associação Floresta Protegida. Essas delegações, marcadas pela notável presença de mulheres e jovens, se

uniram a representantes de mais de 200 povos de todo o país, somando um contingente de mais de 8.000 pessoas, representando a diversidade de biomas e culturas que compõem a riqueza do Brasil.

O 18º Acampamento Terra Livre teve a honra de contar com a cobertura midiática colaborativa do Coletivo Bature, em parceria com o Instituto Raoni, Instituto Kabu, Associação Floresta Protegida, Kayapó Project e Mídia Menkragnoti. Essa colaboração permitiu que as vozes e as mensagens dos participantes fossem compartilhadas com o mundo, aumentando a conscientização sobre as lutas e desafios enfrentados pelos povos indígenas²⁴.

Este movimento comemora seus 18 anos de resistência, uma trajetória que está intrinsecamente ligada às lutas travadas nas décadas anteriores, notadamente nos anos 90, quando a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol foi conquistada. A persistência e a união demonstradas neste Acampamento Terra Livre representam um firme compromisso com a proteção das terras indígenas e a promoção da justiça social e ambiental em todo o Brasil.

Durante esse período, o Congresso Nacional tinha agendada a votação do Projeto de Lei 191/2020, que visava abrir as terras indígenas para a exploração em larga escala da mineração, petróleo, gás, hidrelétricas e outras grandes obras de infraestrutura. Após dois anos de pandemia da COVID-19 e de mobilização online, o Acampamento Terra Livre (ATL) ressurgiu com grande vigor, trazendo cores às ruas de Brasília com urucum e jenipapo, ecoando cânticos de força e resistência em defesa dos povos indígenas e de nossos territórios.

A APIB, em colaboração com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os maiores movimentos indígenas e rurais do país, montou uma cozinha comunitária que forneceu refeições orgânicas a mais de 7.000 pessoas, incluindo 400 quilos de carne, duas toneladas de arroz e feijão, diariamente. Os alimentos foram provenientes das áreas de reforma agrária do Distrito Federal, destacando o compromisso com a agricultura familiar e

²⁴ <https://www.florestaprotegida.org.br/noticias/povo-mebengokre-esteve-presente-na-maior-mobilizacao-da-historia-do-movimento-indigena-no-brasil>

sustentável. Além disso, o evento adotou práticas sustentáveis, como a contratação de uma cooperativa para reciclar todo o lixo gerado no acampamento.

O ATL 2022 foi marcado por diversas atividades, marchas, plenárias e reuniões, incluindo encontros no Supremo Tribunal Federal. Uma delegação da APIB, composta por Maurício Terena, Eloy Terena e Sônia Guajajara, se reuniu com a ministra Cármen Lúcia para discutir questões indígenas em andamento na Suprema Corte, demonstrando o compromisso contínuo em buscar justiça e proteção para os direitos indígenas. Este evento representou não apenas uma manifestação de resistência, mas também um chamado à união e à defesa intransigente dos povos indígenas e de suas terras ancestrais.

Trata-se de uma estratégia voltada para a restauração da democracia, fortalecer a contribuição do movimento indígena para a reconstrução das políticas públicas indigenistas e do meio ambiente e enfrentar conjuntamente as medidas prejudiciais que ameaçam as terras indígenas de várias maneiras. Essas medidas buscam promover a exploração predatória nas terras indígenas, estabelecendo o chamado "marco temporal", impondo restrições às demarcações de terras indígenas, flexibilizando a regulamentação ambiental e regularizando terras obtidas de forma ilegal.

Nesse contexto, foi criada a Bancada do Cocar, que tem como objetivo fazer com que o Congresso Nacional represente verdadeiramente a diversidade do Brasil, dando voz às mulheres indígenas, que vivenciam de perto as ameaças aos seus territórios. Essas mulheres estão comprometidas em defender os interesses de seus povos e de todos os indígenas, enfrentando esse conjunto de medidas prejudiciais. Em contraposição, existe a chamada bancada do Boi, da Bala e da Bíblia, que historicamente tem se oposto aos direitos dos povos indígenas.

No segundo dia do evento, foi apresentada a Carta Aberta contra o PL 191/2020, promovida pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas. A Deputada Federal de Roraima, Joênia Wapixana, desempenhou um papel fundamental nesse processo, denunciando também a intenção do governo federal de flexibilizar as leis de licenciamento ambiental e de conceder regularização de terras griladas a invasores.

Na carta, são ecoadas as sábias palavras do pajé yanomami David Kopenawa, que expressou: "A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor." Essas palavras foram registradas em seu livro "A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami".

No dia 5 de abril de 2022, ocorreu a Plenária "Nossa Luta pela Vida: Impactos no Executivo, Demarcação e Políticas Públicas," promovida pela Campanha Emergência Indígena. Durante o evento, foram expostos os retrocessos na política indigenista, que, quando existente, é resultado direto da perseverança do movimento indígena. Foi denunciada a nomeação de indivíduos para cargos no Executivo que não possuem afinidade com a defesa dos direitos indígenas e que muitas vezes têm ligações com a bancada ruralista, evangélica e com militares envolvidos em corrupção. Denunciou-se a militarização da política indigenista e seu envolvimento com o crime organizado. Essas ações fazem parte da estratégia do governo federal para favorecer a expropriação das riquezas e dos territórios indígenas em prol do capital privado.

Destacou-se a paralisação do processo de demarcação de territórios indígenas, bem como a promoção de invasões por meio do enfraquecimento e da negligência nos programas de fiscalização federal. Também foram ressaltados os projetos de lei PL 2.633 e PL 510, que estão atualmente em tramitação no Senado e que incentivam a grilagem e a regularização de terras indígenas invadidas para atender a interesses privados.

A plenária enfatizou que os direitos indígenas são originários e intrinsecamente ligados à identidade desses povos, ressaltando, assim, a importância de preservar a participação ativa das lideranças tradicionais, da comunicação própria e das diversas línguas indígenas. Foi salientada a união dos povos indígenas na busca pela retomada do Brasil, uma vez que a demarcação de territórios indígenas e a implementação da política indigenista são políticas de Estado reconhecidas e garantidas pela Constituição Federal de 1988, estando, portanto, imunes às ações inconstitucionais do governo atual.

No dia 6 de abril, uma importante Plenária foi realizada com a participação direta do Parlamento Europeu. Sob a mediação de Eloy Terena e outras lideranças indígenas, incluindo Megaron Txucarramãe, estiveram envolvidos em diálogos com membros do

Parlamento Europeu e representantes da ONU. Durante esse encontro, destacaram-se as urgências enfrentadas pelos povos indígenas, as violações de seus direitos e enfatizou-se a significativa contribuição desses povos para mitigar os impactos das mudanças climáticas e preservar a biodiversidade do planeta.

As lideranças, representadas por Eliezer Marubo (Vale do Javari), João Casimiro do Nascimento Neto, Eliseu Guarani e Megaron, denunciaram as violações dos direitos humanos e a agenda contrária aos interesses indígenas e ambientais promovida pelo governo Bolsonaro.

No dia 7 de abril, ocorreu uma plenária dedicada a denunciar as ações prejudiciais e autoritárias do governo Bolsonaro em relação aos povos indígenas e seus territórios. Esse foco se estendeu especialmente aos povos indígenas isolados e de contato recente, também conhecidos como povos livres. Esses grupos têm o direito à terra e não contato, mas possuem direitos que o Estado deve respeitar e proteger, incluindo o direito à vida. Lamentavelmente, seus territórios estão sendo cada vez mais invadidos pela colonização.

Durante a mesa intitulada "Pelas Vidas dos Povos Indígenas Isolados e de Contato Recente", foi ressaltada a gestão desastrosa do governo durante a pandemia, que resultou em um massacre contra esses povos indígenas livres. Infelizmente, não houve divulgação dos números de mortes, e testes de COVID-19 não foram disponibilizados. Os próprios povos indígenas tiveram que estabelecer barreiras para proteger suas terras, inclusive aquelas que já estavam demarcadas não receberam a devida proteção.

Líderes indígenas presentes uniram-se em defesa dos direitos dos povos indígenas livres e do respeito ao seu direito ao não contato com a sociedade nacional. É importante observar que esses povos livres são muito seletivos em suas interações com a sociedade nacional, e esse isolamento é fundamental para a preservação de sua autonomia sociocultural e de seus modos de vida. No Brasil, existem pelo menos 116 desses grupos.

Além disso, denunciou-se a ameaça aos direitos indígenas garantidos na Constituição Federal, decorrente da promoção de projetos de lei que não respeitam o direito originário à terra dos povos indígenas. Também foi enfatizado o risco de etnocídio caso a entrada de missões evangélicas seja autorizada em seus territórios.

As mulheres Mëbêngôkre e Xikrin das Terras Indígenas Kayapó, incluindo Las Casas, Menkragnoti, Baú, Capoto/Jarina, Xikrin do Kateté e Xikrin do Bacajá, uniram-se em uma iniciativa mediada por Tânia Paiakan Kaiapó. Neste encontro, elas contaram com a participação de respeitadas cacicas, como Kokoti Xikrin, Greikãmôrô Kayapo, Kokobá Menkrãnogtire, Ôyprã Kayapo, Tuire Kayapo, Ôkámrék Kayapó e Aînti Kayapó.

O principal objetivo dessa reunião foi fortalecer a aliança entre as mulheres Mëbêngôkre e Xikrin, além de discutir e propor suas perspectivas e visões, que seriam apresentadas posteriormente na plenária das mulheres durante o Acampamento Terra Livre (ATL) programado para o dia seguinte.

A primeira marcha da mobilização, denominada "Demarcação Já", teve lugar na quarta-feira, 6 de abril, a partir das 15 horas. Mais de 6 mil indígenas marcharam do Acampamento Terra Livre até o Ministério da Justiça, representando mais de 200 povos, com o objetivo de defender a demarcação de territórios indígenas e protestar contra a agenda anti-indígena do governo Bolsonaro. Entre as preocupações estava o Marco Temporal. Além disso, o julgamento desta tese no STF, marcado para junho, é uma preocupação, e o Projeto de Lei 490 incorpora essas restrições, colocando em risco a integridade das terras indígenas já demarcadas. A demarcação de terras indígenas é uma das principais reivindicações do Acampamento Terra Livre, e o povo Mëbêngôkre demonstra seu apoio a essa causa.

Na manhã do dia 6 de abril, ocorreu uma mesa da advocacia indígena que reuniu advogados indígenas, aliados e advogados indigenistas, representantes do poder judiciário e da sociedade civil. O objetivo principal foi assegurar que os direitos indígenas sejam priorizados em todas as instâncias da justiça.

Cumplicidade na Destruição IV - Como Mineradoras e Investidores Internacionais Contribuem para a Violação dos Direitos Indígenas e Ameaçam o Futuro da Amazônia" resultou de uma colaboração entre a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB e a organização não governamental Amazon Watch. Durante o Acampamento Terra Livre, este relatório foi amplamente divulgado e entregue a diversas autoridades. Ele constitui um valioso conjunto de informações e dados que ilustram a expansão dos interesses das grandes mineradoras desde 2020 e os consequentes impactos socioambientais nas terras

indígenas. Além disso, o documento enfatiza o papel dessas indústrias nas mudanças climáticas e na devastação da biodiversidade. O propósito principal do relatório é servir como guia para o desenvolvimento de novos marcos regulatórios destinados a conter o avanço da mineração e do garimpo em terras indígenas. Duas comissões de membros participantes das organizações de base da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB, foram designadas para fazer uma visita para a Embaixada da Alemanha e da Noruega para reforçar as recomendações do movimento indígena para a Revisão Periódica Universal, realizada anualmente pela Organização das Nações Unidas. Lembraram do compromisso assumido pela Alemanha durante a COP-26 em apoiar a zerar o desmatamento no Brasil. No mesmo sentido, foi solicitado que os bancos europeus não financiem empreendimentos de grande impacto e empresas mineradoras no Brasil que ameacem os direitos indígenas e seus territórios.

Os povos Munduruku, Xukuru e Truká uniram forças em uma marcha até o Ministério da Justiça, onde formalmente protocolaram a "Petição Basta de Violência". Nesta petição, exigem veementemente a tomada de medidas urgentes para salvaguardar a vida e a integridade tanto dos povos indígenas quanto de suas lideranças, que estão enfrentando ameaças constantes de grupos criminosos. Além disso, reiteram a demanda essencial pela demarcação de seus territórios ancestrais, um direito fundamental que merece ser respeitado e efetivamente aplicado.

Na Plenária "Presente e Futuro na Saúde Indígena", foram feitas sérias denúncias quanto ao sucateamento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai/Ministério da Saúde). Essa situação compromete gravemente sua capacidade de atuação, uma vez que enfrenta escassez de recursos essenciais para operar e enfrenta sérias deficiências na implementação de um sistema de saúde verdadeiramente diferenciado para as comunidades indígenas. Além disso, foi ressaltada a preocupação com a presença de militares desprovidos de conhecimento e experiência na área de saúde indígena, os quais ocupam cargos nas coordenações da Sesai e em espaços de participação da sociedade civil, gerando sérias consequências para a efetividade e a qualidade dos serviços de saúde prestados às populações indígenas.

A Marcha "Ouro de Sangue: marcha contra o garimpo que mata e desmata" representa um movimento de resistência e denúncia que teve lugar em 11 de abril, com concentração inicial às 15h no Acampamento Terra Livre. Seu objetivo principal era chamar a atenção para a alarmante destruição causada pelo garimpo em terras indígenas, um problema que tem se agravado nos últimos tempos, em grande parte devido ao estímulo proporcionado pelo governo federal. Este governo demonstrou seu desejo de legalizar a exploração predatória desses territórios ao colocar em pauta a votação do Projeto de Lei 191/2020, uma medida que representa uma ameaça iminente aos direitos e à integridade das populações indígenas e de seus territórios.

O garimpo ilegal e descontrolado nas terras indígenas tem causado danos irreparáveis tanto ao meio ambiente quanto às comunidades que dependem desses ecossistemas para sua subsistência. Além da devastação ambiental evidente, com rios contaminados por mercúrio e vastas áreas



desmatadas, essa atividade tem gerado conflitos, violência e até mesmo mortes entre os povos indígenas que buscam proteger suas terras e recursos naturais. A questão é agravada pelo incentivo governamental à exploração mineral nas áreas indígenas, o que contribui para a crescente pressão sobre esses territórios já historicamente vulneráveis. Na Terra Indígena Kayapó, o garimpo aumentou 36% nos últimos 3 anos do governo Bolsonaro em comparação com os últimos 3 anos do governo anterior.

O Projeto de Lei 191/2020 representa uma ameaça significativa, pois busca abrir caminho para a legalização do garimpo e da mineração em terras indígenas, minando os direitos consagrados na Constituição Federal de 1988, sobretudo o direito à consulta e ao usufruto exclusivo das riquezas existentes para os indígenas em seus territórios. Isso coloca em risco não apenas o futuro das comunidades indígenas, mas também a preservação de ecossistemas vitais e a luta global contra as mudanças climáticas. Portanto, a Marcha "Ouro de Sangue" surge como um ato de resistência e protesto, clamando por justiça ambiental e climática, respeito aos direitos humanos e pela preservação das riquezas naturais que são

patrimônio de toda a humanidade. É um grito de alerta contra a ganância desenfreada que ameaça transformar rios e florestas em locais de destruição e morte, em vez de fontes de vida e biodiversidade.

No dia 13 de abril, durante a plenária, os participantes dedicaram um tempo valioso para discutir temas de extrema importância: "O Sistema Nacional de Educação e a Educação Escolar Indígena" e "A Lei de Cotas na Educação e o Programa Bolsa Permanência". Essas discussões foram fundamentais para abordar questões cruciais relacionadas à educação dos povos indígenas no Brasil.

Primeiramente, foi enfatizada a necessidade de promover uma educação diferenciada para os povos indígenas. Essa abordagem respeita e valoriza as diversas culturas, línguas e tradições presentes nas comunidades indígenas, reconhecendo que os métodos de ensino convencionais muitas vezes não atendem às necessidades específicas desses grupos. Garantir uma educação diferenciada é essencial para preservar a identidade cultural dos povos indígenas e promover seu desenvolvimento social e econômico.

Além disso, as políticas públicas que visam garantir o acesso dos indígenas às universidades também foram destacadas durante a plenária. Nesse contexto, a Lei de Cotas desempenha um papel fundamental ao reservar vagas específicas para estudantes indígenas. Essa medida busca corrigir desigualdades históricas no acesso à educação superior e promover a diversidade nas instituições de ensino superior. O Programa Bolsa Permanência também foi mencionado como uma ferramenta importante para apoiar financeiramente os estudantes indígenas durante sua jornada acadêmica. Esse programa contribui significativamente para reduzir as barreiras financeiras que muitos estudantes indígenas enfrentam ao buscar o ensino superior.

A plenária realizada em 13 de abril foi crucial para defender e promover políticas públicas que garantam uma educação de qualidade para os povos indígenas do Brasil. Ao reconhecer a importância da educação diferenciada, da Lei de Cotas e do Programa Bolsa Permanência, os participantes reforçaram o compromisso com a igualdade de oportunidades e o fortalecimento das comunidades indígenas por meio da educação.

A culminação do Acampamento Terra Livre foi marcada pela impressionante Marcha intitulada "A Queda do Céu", realizada em 13 de abril. Mais do que uma simples manifestação, essa Marcha também se revelou como um ato cultural de grande impacto.

O cerne dessa manifestação artística e política foi uma intervenção poética que utilizou a projeção de oito imagens iluminadas, cada uma delas carregando uma mensagem e um simbolismo profundos. Essas imagens iluminadas foram um poderoso meio de expressão, destinadas a transmitir uma série de mensagens e preocupações cruciais para os povos indígenas e para todos aqueles que se preocupam com a preservação das terras indígenas e a justiça social.

Uma das mensagens mais contundentes apresentadas durante essa intervenção poética foi a denúncia do garimpo ilegal, que representa uma séria ameaça aos territórios indígenas. O garimpo não apenas degrada o meio ambiente, mas também coloca em risco a saúde e a vida das comunidades indígenas que vivem nessas áreas.

Além disso, a Marcha abordou a preocupação em relação ao chamado "marco temporal", que é uma questão jurídica fundamental. O debate em torno do marco temporal diz respeito à data da posse a partir da qual os povos indígenas têm direito à demarcação de suas terras. Essa é uma questão crucial, pois afeta diretamente a proteção dos territórios tradicionais das comunidades indígenas. A paralisação no processo de demarcação de terras também foi destacada durante a Marcha. Esse processo é essencial para garantir a segurança e os direitos das comunidades indígenas, e sua paralisação representa uma ameaça significativa.

Por fim, a Marcha "A Queda do Céu" trouxe à tona a proposta do Acampamento Terra Livre de "Aldear a Política". Essa proposta visa fortalecer a representação política dos povos indígenas, permitindo que eles tenham voz ativa nas decisões políticas que afetam diretamente suas vidas e territórios.

Em resumo, essa Marcha simbólica foi muito mais do que uma simples manifestação. Foi um ato de resistência, de arte e de conscientização que abordou questões críticas, desde o garimpo ilegal até a demarcação de terras e a participação política dos povos indígenas. Ela ecoou as vozes das comunidades indígenas e de todos aqueles que se uniram em

solidariedade a essa causa, reforçando a importância de proteger os direitos e territórios indígenas.

A última plenária do Acampamento Terra Livre representou um momento de extrema relevância, pois marcou a articulação e a união de diversos movimentos sociais comprometidos com a defesa dos direitos humanos, do meio ambiente e da justiça social. Entre esses movimentos, destacam-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o Conselho Nacional das Comunidades Extrativistas - CNS, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - Contag, a Comissão Pastoral da Terra, a Vida e Juventude em Defesa dos Direitos Humanos, a Fase, o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA e a Articulação das Comunidades Rurais Quilombolas.

Essa união de forças é uma resposta enérgica e coordenada ao pacote de medidas proposto pelo governo Bolsonaro, conhecido como o "pacote da destruição". Esse conjunto de políticas representa uma ameaça significativa a diversas áreas cruciais para o país, incluindo o meio ambiente, a agricultura sustentável, os direitos das comunidades tradicionais e indígenas, e a justiça social. Uma das principais preocupações compartilhadas por esses movimentos diz respeito à intenção do governo de liberalizar as regulamentações relacionadas ao uso de agrotóxicos. Isso levanta sérias questões sobre a saúde pública e os impactos ambientais dessas substâncias, que são prejudiciais tanto para os trabalhadores rurais quanto para a biodiversidade.

Outro aspecto crítico desse pacote é a busca por legalizar a grilagem de terras, o que representa uma ameaça direta aos direitos das comunidades rurais e indígenas. Essa prática ilegal já causou inúmeros conflitos e deslocamentos, e sua legalização apenas aprofundaria esses problemas. Além disso, o governo busca facilitar a exploração das terras indígenas e suas riquezas naturais por grandes empreendimentos, ignorando os direitos e a soberania dessas comunidades sobre seus territórios ancestrais.

A união desses movimentos sociais é um testemunho do poder da solidariedade e da ação coletiva na defesa de um futuro mais justo, sustentável e equitativo. Esses grupos estão unidos em sua determinação de enfrentar as políticas prejudiciais do governo e de lutar pela

proteção do meio ambiente, dos direitos humanos e das comunidades que dependem da terra para sobreviver e prosperar.

*

O ilustre cacique Ropni Metyktire, em um dos momentos mais comoventes e emblemáticos de nossa recente história, virando uma página de um capítulo sombrio, elevou-se pela rampa do Palácio do Planalto ao lado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Este ato marcou uma cena emotiva e significativa representando o compromisso com os direitos dos povos originários. Enquanto Lula tomava posse, cercado por uma multidão entusiástica de mais de 300 mil pessoas, Raoni, acompanhado por representantes da diversidade que caracteriza o povo brasileiro, rompeu as barreiras dos protocolos formais, ritualizando aquele momento e transformando-o em símbolo poderoso que conferiu legitimidade à posse do presidente. A promessa de transformação estava no ar, trazida pela posse de um governo democrático comprometido com a justiça social e os direitos dos povos indígenas. Uma multidão calorosa se reuniu, e a diversidade que caracteriza o povo brasileiro se expressou de maneira vibrante. Nesse cenário, uma delegação notável de oito caciques e líderes da Associação Floresta Protegida também estava presente²⁵.

Antes de deixar a capital, Brasília, Raoni compartilhou seu sentimento sobre sua participação na cerimônia de posse e expressou seu apelo ao presidente em relação à demarcação da Terra Indígena onde ele nasceu. O anseio pela paz era palpável, tanto entre os brasileiros quanto entre os indígenas e não-indígenas. O cacique Ropni Metuktire, uma figura icônica e respeitada, contemplava esse momento histórico enquanto erguia e acenava ao lado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na rampa imponente do Palácio do Planalto. Suas palavras ecoaram com um apelo profundo: "Naquele momento eu fiquei pensando que a presença dele (Lula) ali significava que precisamos ficar em paz. Eu estava representando os indígenas e ele os brancos. Precisamos de paz." O cacique é a mais ilustre liderança do povo Mebêngôkré Kayapó, que habita uma vasta extensão de terras no norte do Mato Grosso e sul do Pará. Representando os interesses de mais de 300 povos indígenas do Brasil, Raoni não hesitou em aceitar o convite do presidente eleito em 30 de dezembro, para

²⁵ <https://www.florestaprotegida.org.br/noticias/cacique-raoni-metuktire-espera-que-sua-presenca-na-posse-presidencial-signifique-a-chegada-de-um-tempo-de-paz>

acompanhar sua ascensão à rampa presidencial. O respeitado líder, que passou por uma cirurgia cardíaca para receber um marca-passo há menos de quatro meses, manteve sua determinação, apesar de sua idade, estimada em torno de 84 ou 85 anos, conforme as palavras de seu amigo e sertanista Sydney Possuelo, de 82 anos.

A simbologia desse momento, onde um líder indígena representava todos os brasileiros, capturava a esperança por um período de paz e unidade, ressoando em um chamado à harmonia. Já Raoni ressalta que nunca foi convidado por um Presidente da República para nada parecido. E o que se passava na cabeça de Ropni quando estava lá em cima, acenando para a multidão na Praça dos Três Poderes? “Acenei para o povo e eles responderam. Acho que a gente está conseguindo vencer um tempo de conflito, todos querem paz,” responde.

No seu discurso inaugural, o presidente expressou seu firme compromisso de combater a pobreza agravada pela administração anterior e todas as manifestações de desigualdade e injustiças econômicas. Além disso, enfatizou sua determinação em forjar políticas públicas robustas no âmbito ambiental, bem como em enfrentar as questões prementes das mudanças climáticas. Nesse contexto, sublinhou a importância da reparação histórica, do respeito e da proteção aos territórios indígenas e às formas de vida que neles florescem.

A presença marcante do cacique Ropni assume um papel fundamental na reafirmação das expectativas dos povos originários diante do novo governo, que já começou a traduzir seu compromisso em ações concretas. Esse comprometimento se tornou visível com a nomeação de Joênia Wapichana como a nova Presidente da Funai, instituição que agora ostenta um nome renovado, Fundação dos Povos Indígenas, por meio de um decreto. Este novo capítulo na história da Funai estabelece um compromisso sólido com a demarcação de Terras Indígenas, com uma meta ambiciosa de avançar em muitos desses processos nos primeiros 100 dias de governo. Nesse contexto, é relevante mencionar que há 13 Terras Indígenas com toda a documentação pronta para homologação, incluindo Aldeia Velha (Pataxó - BA), Kariri-Xocó (Kariri-xocó - AL), Potiguara de Monte-Mor (Potiguara - PB), Xukuru-Kariri (AL), Tremembé de Barra do Mundaú (Tremembé - CE), Morro dos Cavalos (Guarani - SC), Rio dos Índios (Kaingang - RS), Toldo Imbu (Kaingang - SC), Cacique Fontoura (Karajá - MT), Arara do Rio Amônia (Arara - AC), Rio Gregório (Katukina - AC), Uneiuxi (Maku e Tukano - AM) e Acapuri de Cima (Kokama - AM).

É notável também que a Funai, enquanto instituição fundamental para a proteção dos direitos indígenas, foi retomada por um grupo de indígenas, indigenistas e apoiadores na manhã de 2 de janeiro, marcando o início de uma nova era na política indigenista do país. Essa retomada simboliza um momento de renovação e reconstrução, impulsionando a esperança de que as promessas feitas pelo novo governo em relação aos povos indígenas se concretizem e que suas vozes sejam ouvidas e sua representatividade em todos os espaços, garantida com equidade.

Forte reivindicação do povo Mëbêngôkre se estende à demarcação da Terra Indígena Kapôt Nhinore, localizada no Mato Grosso, um território ancestral que carrega a história do Cacique Ropni. Este espaço aguarda ansiosamente a homologação e a conclusão de seu estudo fundiário, um passo essencial para a preservação da cultura e dos modos de vida desse povo.

Nos últimos quatro anos, mesmo após enfrentar a perda de sua esposa e uma batalha pessoal contra a COVID-19, Raoni continuou a erguer sua voz em defesa dos povos indígenas. Ele persistiu em suas viagens, chamando a atenção para as invasões e a cooptação de indígenas por interesses externos. Em 2020, ele desempenhou o papel de anfitrião em uma reunião de grande relevância que uniu diversos povos na aldeia Piaraçu, no norte do Mato Grosso, promovendo a solidariedade e a união entre as comunidades indígenas.

No entanto, mesmo com todas essas batalhas e esforços incansáveis, Raoni ainda não conseguiu ver a Terra Indígena Kapôt Nhinore, onde ele nasceu, devidamente demarcada. Seu pedido nesse sentido foi direcionado ao presidente Lula, que expressou seu apoio e esperança de que a demarcação seja finalizada no próximo ano. Ele até mesmo se comprometeu pessoalmente a trazer a documentação necessária para a homologação. Esse é um passo crucial para a concretização do sonho compartilhado pelo Cacique Raoni e seu povo, que anseiam pela proteção de seu território e pela preservação de suas tradições milenares.

“Quero me aproximar mais do Presidente Lula para ajudar. Eu vejo que existem indígenas que deixam os brancos entrarem nas terras para garimpar e para retirar madeira. E os brancos que entram são os que trazem violência. Lula prometeu tirar os kuben (não-

indígenas) dos territórios. Ele entrou (na chefia do governo) para isso, prá gente não ter mais problemas.” Disse o Cacique Ropni na ocasião.

No novo governo, o Brasil testemunha uma série de mudanças significativas que prometem transformar a trajetória do país. O destaque inicial foi a posse de Sônia Guajajara, a primeira ministra a assumir o Ministério dos Povos Originários, uma instituição que se estrutura com 3 secretarias e 7 departamentos, todos voltados para a promoção dos direitos e a gestão de territórios indígenas. Esse movimento marca um compromisso inédito com a representatividade e a participação ativa dos povos indígenas na esfera governamental, simbolizando um passo crucial na busca por segurança e garantias para as comunidades indígenas nas aldeias.

Na esfera internacional, o Brasil começa a ser visto com admiração, refletido pela recente decisão da Alemanha de liberar 35 milhões de euros para combater o desmatamento e preservar o meio ambiente, sob a liderança do novo Ministério do Meio Ambiente e da Justiça Climática, liderado por Marina Silva. Essa mudança de postura demonstra um esforço concreto para abordar questões ambientais e climáticas, temas de importância global.

Uma vitória significativa para os povos indígenas resultou da pressão exercida pelo movimento indígena em níveis nacional, regional e local. Isso levou à publicação de uma série de decretos que protegem os direitos dos povos indígenas e reestruturam as instituições para garantir uma abordagem transversal nas questões ambientais e climáticas. O restabelecimento das instâncias de controle do Fundo Amazônia e a revogação de decretos que promoviam o garimpo ilegal, incluindo em Terras Indígenas, são passos essenciais para a preservação das florestas e dos modos de vida indígenas.

O Brasil agora ingressa em uma nova fase histórica, na qual a luta dos povos indígenas pelo direito de existir, manter sua cultura viva e proteger seus territórios tradicionais é reconhecida e valorizada. O povo Mëbêngôkre anseia que suas diferenças sejam respeitadas e celebradas, em contraposição às políticas de assimilação do passado. As organizações Mëbêngôkre, juntamente com outras comunidades indígenas de todo o Brasil, estão unidas na resistência e têm esperança de que o novo governo continuará reconhecendo sua importância na construção de um Brasil inclusivo e justo. Esta é uma era de renovação,

solidariedade, aprofundamento da democracia e reconhecimento da riqueza da sociodiversidade que existe e precisa de representatividade em todos os espaços.

O 19º Acampamento Terra Livre, realizado em Brasília de 24 a 28 de abril de 2023, reuniu mais de 6,000 indígenas, incluindo uma delegação de 200 lideranças do povo Mëbêngôkre, com o objetivo de enfatizar a urgência da demarcação dos territórios tradicionais indígenas. O evento, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e suas organizações regionais, destacou que mais de 30% dos territórios indígenas ainda aguardam a conclusão de seus processos de demarcação²⁶.

Os territórios indígenas enfrentam ameaças devido à falta de demarcação e à invasão resultante de atividades predatórias. O povo Mëbêngôkre possui 6 territórios demarcados, totalizando mais de 10 milhões de hectares com 98% de suas florestas preservadas, mas esses territórios continuam vulneráveis a atividades ilegais, como garimpo e exploração de madeira. Além disso, a Terra Indígena Kapôt Nhinore, de importância sagrada para o cacique Ropni, ainda aguarda demarcação.

A Apib ressaltou a importância de demarcar 13 Terras Indígenas prontas para homologação como um compromisso concreto do atual governo com os povos indígenas. Durante a visita do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao acampamento, a homologação de 6 Terras Indígenas foi assinada.

Além da demarcação, o Acampamento abordou questões como a emergência climática, educação e saúde indígenas, garimpo ilegal e a situação de grupos em isolamento voluntário. A instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas na Câmara dos Deputados também foi um marco, buscando ampliar a representatividade indígena no Congresso em um ambiente político desafiador. Esta Frente busca defender os direitos dos povos indígenas em um Congresso com maioria conservadora e promete enfrentar os desafios que se apresentam na luta pela preservação dos territórios indígenas e direitos indígenas no Brasil.

²⁶ <https://www.florestaprotegida.org.br/noticias/acampamento-terra-livre-de-2023-reune-indigenas-dentro-e-fora-do-congresso-na-luta-por-direitos>

No primeiro dia do Acampamento Terra Livre (ATL) de 2023, cerca de 5,000 manifestantes marcharam até o Congresso Nacional para protestar contra mais de 30 Projetos de Lei (PLs) que ameaçam os direitos indígenas, apelidados de "PLs da morte". Esses PLs incluem o PL 490/2007, que transfere demarcações para o Legislativo e legaliza a tese do marco temporal, restringindo a demarcação de terras apenas àquelas ocupadas por indígenas em 5 de outubro de 1988, entre outros. O PL 191, que busca regularizar atividades predatórias em terras indígenas, aguarda a retirada de tramitação após um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Além disso, o primeiro dia do ATL marcou a instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas na Câmara dos Deputados. A frente busca ampliar a representatividade indígena no Congresso e enfrentar os desafios relacionados aos direitos indígenas em um ambiente político com maioria conservadora. A deputada Célia Xakriabá assumiu a presidência da frente na Câmara, e a coordenou na última legislatura, Joênia Wapichana, passou a liderá-la no Senado.

Durante o protesto, ocorreu uma Sessão Solene na Câmara em homenagem ao ATL. A Frente Parlamentar busca promover a defesa dos direitos dos povos indígenas em um cenário político desafiador, com o intuito de combater os ataques aos direitos indígenas no Congresso.

Lideranças indígenas na Amazônia participaram de um seminário no Acampamento Terra Livre (ATL) 2023 para discutir os impactos prejudiciais do garimpo em seus territórios. Os indígenas relataram problemas como a morte dos rios, contaminação dos peixes, degradação ambiental e várias doenças, incluindo malária e doenças de pele, causadas pelo garimpo.

A participação ativa das mulheres na luta contra o garimpo foi destacada, com a cacica Panh O Kayapó enfatizando a importância da união indígena contra invasores. Ela mencionou que os Mebengokre expulsaram mais de 200 garimpeiros de suas terras e pediu apoio aos povos indígenas ainda em terras não demarcadas. Outras lideranças indígenas, como a cacica Isaura e Maria do Socorro, compartilharam experiências de perseguição por garimpeiros e

denunciaram os danos ambientais e de saúde causados pelo garimpo, incluindo o uso de mercúrio nos rios.

Durante o evento, foi apresentado um diagnóstico que destacou os impactos do garimpo em terras indígenas, incluindo a Terra Indígena Kayapó, no Pará. O levantamento revelou que mais de 40 mil garimpeiros estão na Amazônia, prejudicando terras indígenas, ocupando prédios públicos e fechando postos de saúde. Além disso, o diagnóstico apontou desequilíbrio de gênero, com mulheres e meninas sendo particularmente vulneráveis à exploração sexual e estupro devido às atividades de garimpo. O impacto ambiental do garimpo, incluindo a destruição dos leitos dos rios e o desmatamento causado pelas escavadeiras utilizadas pelos garimpeiros, também foi destacado. O presidente do Instituto Kabu, Doto Takak Ire, representou a Aliança contra o Garimpo na Coreia do Sul para denunciar empresas envolvidas na produção de escavadeiras usadas pelos garimpeiros.

*

O Cacique Raoni convidou a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, para o "Chamado Raoni", um grande encontro de lideranças indígenas de todo o Brasil, que ocorreu em julho na Terra Indígena Capoto Jarina, em Mato Grosso. O evento visa incentivar a juventude a defender sua cultura e território e contará com a presença do presidente Luís Inácio Lula da Silva, da Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, e da Presidente da Funai, Joênia Wapichana.

A reunião histórica com Marina Silva reuniu lideranças de todas as Terras Indígenas (TIs) do povo Mebengokre e dos oito subgrupos que compõem o povo Mebengôkré-Kayapó. As lideranças destacaram a união dos Kayapó do Mato Grosso e do Pará para iniciar uma nova jornada na defesa de suas terras. Eles enfatizaram seu compromisso em preservar suas terras demarcadas e expressaram apoio ao governo federal por cumprir a lei e penalizar aqueles que cometem crimes nas TIs.

Marina Silva recebeu um colar Mebengokre como presente e se comprometeu a trabalhar com a Ministra Sônia Guajajara e Joênia Wapichana para incluir o Chamado Raoni na agenda do presidente Lula. Ela também reafirmou o compromisso de remover garimpeiros ilegais das Terras Indígenas. Durante a reunião, foi discutida a questão dos Pagamentos de Serviços Ambientais (PSAs) e a ministra prometeu criar uma força-tarefa para desenvolver

alternativas sustentáveis para associações indígenas. Ela anunciou a redução do valor mínimo dos projetos junto ao Fundo Amazônia e ao Funbio para tornar mais acessível o financiamento de projetos para associações menores.

As lideranças Kayapó têm trabalhado constantemente com alternativas sustentáveis e rejeitam atividades ilícitas como o garimpo e a exploração madeireira. Algumas áreas não afiliadas à Associação Floresta Protegida (AFP) buscam encontrar maneiras de afastar-se das atividades ilegais e participar do diálogo para um caminho mais sustentável.

Uma delegação composta por 40 caciques, cacias e lideranças do povo Mëbêngôkre, membros da Associação Floresta Protegida, esteve em Brasília entre os dias 5 e 7 de junho de 2023. Sua presença na capital tinha como objetivo participar da Mobilização Nacional Contra o Marco Temporal e acompanhar o julgamento da Repercussão Geral 1.017.35 no Supremo Tribunal Federal (STF). Essa mobilização foi organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e suas organizações regionais, reunindo mais de 2000 indígenas de diversas regiões e biomas do país em defesa do direito originário à terra, um direito comum a todos os povos originários no Brasil.

O Recurso Extraordinário com Repercussão Geral 1.017.365, a ser julgado no STF, teve início como um pedido de reintegração de posse movido pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) e indígenas do povo Xokleng, relacionado ao processo de demarcação da Terra Indígena (TI) Ibirama-Laklanõ, em Santa Catarina. Esta é uma disputa envolvendo uma área reivindicada por indígenas Xokleng, Guarani e Kaingang, que já foi reconhecida como terra tradicional pelo Ministério da Justiça e identificada por estudos antropológicos da Funai. O julgamento desse caso tem uma repercussão geral reconhecida, o que significa que não se trata apenas da demarcação dessa TI Xokleng, mas estabelecerá uma tese de referência para todos os processos de demarcação de terras indígenas em todas as instâncias do Judiciário, com o Marco Temporal sendo a tese mais emblemática em questão.

O Marco Temporal é uma ideia que teve origem no contexto do caso da Terra Indígena Serra Raposa do Sol, decidido pelo STF em 2009, no qual foi estabelecida a favor da demarcação contínua dessa TI e a retirada dos invasores. Contudo, neste caso específico, foram impostas 19 condicionantes que restringem o direito originário à terra em prol de uma

controvertida soberania nacional e um modelo de desenvolvimento, limitando os direitos territoriais indígenas, inclusive diante de iniciativas militares.

Fomentada principalmente pela bancada ruralista, a Tese do Marco Temporal propõe que somente os povos que estavam na posse de seus territórios tradicionais em 5 de outubro de 1988, na promulgação da Constituição de 1988, teriam direito à efetiva demarcação. Essa tese é considerada injusta porque busca inviabilizar a demarcação de terras indígenas e a capacidade dos povos indígenas de recuperarem seus territórios históricos. Ela tenta ignorar séculos de colonização e violência contra os povos indígenas em favor dos interesses privados do agronegócio, ignorando o histórico de deslocamentos forçados, epidemias, massacres e expansão de estradas durante a ditadura militar. Essa tese desconsidera que o direito indígena à terra é originário, anterior ao Estado, pois os povos indígenas são os habitantes originais deste território, não cabendo limitações temporais ao reconhecimento desse direito.

A Mobilização Nacional contra o Marco Temporal, realizada em Brasília em 6 de junho, convocou uma Marcha pelo lema "Por Demarcação Já!" como parte de um ato pela revogação do Parecer n. 01/2017/GAB/CGU/AGU. Este parecer, instituído durante o governo de Michel Temer, paralisou os processos de demarcação de terras indígenas no Brasil, ao tentar tornar a tese do marco temporal uma regra obrigatória em toda a administração pública, tornando vinculativas as condicionantes do caso Serra Raposa do Sol em todos os processos de demarcação de terras indígenas. Esse parecer resultou na paralisação crônica desses processos e em sérias implicações inconstitucionais impostas por elas.

Na mesma ocasião, houve protestos contra a aprovação do PL 490 na Câmara dos Deputados. Este projeto de lei representa uma tentativa de aniquilar os povos indígenas ao usurpar seus territórios. Ele busca inviabilizar a demarcação de terras indígenas ao transferir o poder de gestão desses processos da Funai para o Poder Legislativo, composto pelo Senado e a Câmara dos Deputados. Isso é preocupante, pois a maioria desses órgãos legislativos têm historicamente se posicionado contra os direitos territoriais dos povos indígenas.

É crucial manter o poder de demarcação de terras indígenas nas mãos do Poder Executivo, com destaque para o protagonismo da Funai na gestão desses processos. Isso ocorre porque a demarcação de terras indígenas é uma política pública de Estado e não pode estar sujeita às mudanças de governo, sendo um resultado dos artigos 231 e 232 da Constituição, que definem os direitos dos povos indígenas.

Inicialmente apresentado como PL 2903 em 2007 pelo então deputado Homero Pereira (PR-MT), esse projeto tem alegadamente a intenção de favorecer interesses privados em detrimento dos direitos territoriais originais dos povos indígenas. Com sua aprovação na Câmara, o PL agora segue para votação no Senado. Além de adotar o Marco Temporal como critério para demarcação de terras indígenas, o projeto também abre a possibilidade para empreendimentos predatórios se estabelecerem em Territórios Indígenas, desrespeitando os direitos dos indígenas à consulta prévia, livre e informada e ao usufruto exclusivo das riquezas em suas terras.

Aprovada em 1º de junho pelo Senado, a Medida Provisória 1154 trouxe significativas mudanças na estrutura do governo, afetando notavelmente a política ambiental e indigenista. Isso se deu ao esvaziar as atribuições do recém-criado Ministério dos Povos Indígenas e do Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima. Com essa medida, o Ministério dos Povos Indígenas perdeu sua capacidade de homologar Terras Indígenas, transferindo essa competência para o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Por sua vez, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima teve perdas importantes, incluindo a Agência Nacional de Águas (ANA) e sistemas como o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa) e o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir).

A aprovação da MP 1154 representa um ataque direto aos povos indígenas, minando as instituições que estavam em processo de revitalização e reconstrução de políticas públicas após os danos causados pelo governo Bolsonaro. Essa medida busca dificultar a demarcação de terras indígenas e restringir substancialmente os direitos territoriais dos indígenas. Em resposta a essa situação, os povos indígenas realizaram um ato simbólico de "Aldeamento dos Ministérios", demonstrando sua luta em defesa do direito originário à terra, pela demarcação de Terras Indígenas e pelo fortalecimento de políticas públicas mais alinhadas aos interesses indígenas e à democracia.

Durante esse ato, os Ministérios do Futuro foram auto-demarcados, incluindo o Ministério dos Povos Indígenas, Direitos Humanos e Cidadania, Mulheres e Igualdade Racial. Essa ação também foi uma manifestação de solidariedade às deputadas da Bancada do Cocar, que enfrentaram ataques e tentativas de cassação de mandato por denunciarem o PL 490 como uma legislação que, essencialmente, perpetua um genocídio, pois a identidade e a existência dos povos indígenas estão intrinsecamente ligadas à terra. Esse momento reafirmou a campanha indígena pelo "aldeamento da política" e pela preservação dos espaços institucionais conquistados pelo movimento indígena, enquanto também protestava contra a tese do Marco Temporal.

O julgamento do Marco Temporal no STF foi novamente adiado devido a um pedido de vistas do ministro André Mendonça, com um prazo de 90 dias para manifestação. O voto do ministro Alexandre de Moraes, apesar de ser contrário ao Marco Temporal, levanta preocupações, pois busca conciliar o direito originário à terra com o direito de propriedade privada de particulares, o que poderia incentivar invasões de territórios indígenas. O placar atual é de 2 x 1, com dois votos contrários ao Marco Temporal e um a favor. O movimento indígena e organizações pedem urgência na retomada do julgamento, destacando a necessidade de derrubar o Marco Temporal para proteger os territórios e garantir os direitos territoriais indígenas. Marcado novamente para 20 de setembro, o julgamento foi novamente acompanhado pela Mobilização Nacional Contra o Marco Temporal.

A tese do Marco Temporal, vista como a principal ameaça jurídica aos direitos territoriais indígenas, foi finalmente derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão foi tomada com uma maioria esmagadora de 9 votos a favor e 2 contra, durante o julgamento relacionado ao caso da Terra Indígena Ibirama Laklãnõ do povo Xokleng. Considerada por especialistas e pelo movimento indígena a principal ameaça jurídica do século contra os direitos territoriais originários, a tese do Marco Temporal é derrubada ao som das cantorias e das danças de mais de 600 caciques e lideranças indígenas de diversos povos originários do continente que acompanhavam a sessão do supremo em plenário instalado em frente do tribunal.

A pressão coletiva da Mobilização Nacional contra o Marco Temporal desempenhou um papel fundamental nessa conquista histórica. A mobilização uniu o movimento indígena, a Bancada do Cocar e representantes indígenas do Ministério dos Povos Indígenas e da

Fundação Nacional dos Povos Indígenas em um esforço conjunto para garantir que o STF protegesse a Constituição e os direitos originários.

A derrubada do Marco Temporal seria uma vitória significativa para os direitos territoriais indígenas, garantindo que esses direitos sejam reconhecidos independentemente de qualquer limite temporal. O movimento indígena nacional desempenhou um papel crucial nessa conquista, demonstrando sua força espiritual, cultural e política ao longo de anos de mobilização.

No acampamento organizado pela Articulação Nacional dos Povos Indígenas (Apib) no Memorial dos Povos Indígenas em Brasília, mais de 200 Mebêngôkre representando diversas organizações de base se reuniram para acompanhar os dois últimos dias do julgamento histórico. Entre eles estavam 33 caciques e líderes da Associação Floresta Protegida, 40 mulheres e 6 homens do Instituto Kabu, 58 caciques e líderes da Associação Mebengokre Angrokrere, 3 mulheres do Instituto Paiakan, 5 cineastas do Coletivo Beture e 2 comunicadores do Instituto Raoni, além de outros representantes de diversas aldeias.

O julgamento da Repercussão Geral (RE-RG) 1.017.365 no Supremo Tribunal Federal é o desdobramento de uma ação de reintegração de posse movida pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina contra a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, relacionada à demarcação do território tradicional dos povos indígenas Xokleng, Kaingang e Guarani. Esse caso adquiriu status de repercussão geral em 2019, o que significa que ele tem o poder de estabelecer os critérios que orientarão a demarcação de todas as terras indígenas que ainda aguardam a conclusão de seus processos demarcatórios. Os povos Laklãnõ-Xokleng, que acabara de completar 102 anos de contato, são sobreviventes de uma série de massacres cometidos por colonizadores que invadiram seu território. A decisão deste julgamento impactaria não apenas a TI Laklãnõ-Xokleng, mas todas as terras indígenas do país.

A tese do Marco Temporal é uma proposição jurídica controversa que alega que apenas os povos indígenas que estavam na posse de seus territórios de ocupação tradicional em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, teriam direito à demarcação de suas terras. Além disso, argumenta que aqueles que não estavam na posse devem provar que estavam envolvidos em litígios por seus territórios. Essa tese é considerada injusta, pois ignora a violência histórica infligida a muitos povos indígenas durante a colonização,

incluindo massacres, deslocamentos forçados e impactos causados por obras de infraestrutura durante a ditadura, bem como epidemias e outras formas de violência territorial neocolonial. Tendo surgido originalmente no contexto do julgamento do caso Raposa Serra do Sol (Petição 3.388), o Marco Temporal é uma das 19 condicionantes estabelecidas neste caso, que acabou servindo como instrumento para muitas iniciativas de anulação da demarcação de terras indígenas assim como de justificativa institucional para determinar o despejo de comunidades inteiras. O Marco Temporal também teve outras tentativas de imposição, como é o caso da Portaria 303 da AGU em 2012, que teve a intenção de tornar regra as condicionantes do caso Raposa Serra do Sol em todos os órgãos da Administração Pública e Federal direta e indireta, de forma semelhante a como mais tarde, essas condicionantes, entre elas o Marco Temporal, tentaram se impôr a partir do Parecer 001 da AGU em 2017. Mais recentemente, no âmbito legislativo, o Marco Temporal tentou se impôr no âmbito do PL 490/07 que foi aprovado na câmara dos deputados e na Comissão de Agricultura no Senado, onde passou a tramitar com o nome PL 2903, que tem como objetivo modificar o artigo 231 da constituição e outras legislações que regulam os procedimentos demarcatórios de terra, tentando uma vez mais sem sucesso, estabelecer o Marco Temporal como critério para a demarcação de terras indígenas. Mesmo com a decisão do Supremo de derrubar o Marco Temporal, o senado aprovou o PL 2903, em clara afronta à constituição, à separação de poderes.

A lógica subjacente ao Marco Temporal contradiz completamente os princípios dos direitos originários e representa um retrocesso significativo. Trata-se de uma tentativa de suprimir direitos em prol de interesses de terceiros, uma vez que os direitos indígenas, conforme estabelecidos nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal, têm sua base na teoria do indigenato. Isso implica que os direitos indígenas são inerentes, hereditários e existem desde o nascimento. Na verdade, uma criança indígena possui direitos territoriais à sua terra ancestral mesmo antes de vir ao mundo. Essa perspectiva reconhece que não se pode ignorar ou absolver os séculos de exploração e genocídio perpetrados contra os povos indígenas durante a colonização. É uma consciência de que o Estado Brasileiro tem a obrigação moral de reparar esses danos com os Povos Indígenas.

O direito territorial indígena é anterior à própria formação do Estado-nação e, portanto, não requer validação externa. A obrigação recai sobre o Estado de reconhecer, proteger e garantir esses direitos, demarcando e definindo os limites territoriais de acordo com a

vontade e necessidades das comunidades indígenas. Os recursos naturais e a posse exclusiva dessas terras pertencem aos povos indígenas.

A Mobilização Nacional contra o Marco Temporal, liderada pela Articulação Nacional dos Povos Indígenas e suas organizações de base, desempenhou um papel fundamental em combater essa tese em um momento crucial. Após mais de 13 anos de luta por parte da advocacia indígena, que enfrentou todas as tentativas de imposição do Marco Temporal por meio de iniciativas administrativas, legislativas e judiciais, ficou claro que essa tese é anti-indígena e inconstitucional. A intenção central por trás do Marco Temporal é obstruir a demarcação de territórios indígenas e entregá-los aos interesses privados do agronegócio e do capital. Isso se baseia na premissa de que todo o território nacional deve aderir a um modelo hegemônico de desenvolvimento eurocêntrico, capitalista, mega-extrativista e neocolonial, excluindo qualquer espaço para alternativas mais saudáveis e ambientalmente sustentáveis de convivência com a terra.

O povo Mebêngôkre e suas organizações de base desempenharam um papel fundamental em todas as etapas da Mobilização Contra o Marco Temporal, desde que a repercussão geral foi decretada em 2019. Eles participaram ativamente das mobilizações, como a Luta pela Vida, o Levante pela Terra, a Marcha das Mulheres Indígenas, a Caravana das Originárias, e diversas manifestações regionais e nas aldeias. Sua presença fortaleceu a luta do movimento indígena em nível nacional, trazendo a força espiritual e a cosmovisão de sua cultura tradicional, além de discursos poderosos que reafirmam sua identidade étnica, determinação política e solidariedade com outros povos originários, que compartilham dos mesmos direitos territoriais ancestrais, uma vez que seus antepassados habitam este continente há mais de 12 mil anos.

Durante essas mobilizações, os caciques, cacicas e outras lideranças de todas as organizações permaneceram unidos e realizaram belas cerimônias e festas, conhecidas pelo povo como "Metoro". Uma dessas cerimônias foi a dança Kwirykangô, que celebra a festa da mandioca. É importante ressaltar que essa mesma dança desempenhou um papel significativo no famoso Encontro de Altamira em 1989, quando o povo Mebêngôkre se reuniu para se opor à construção da hidrelétrica Kararaô, hoje conhecida como Belo Monte.

4. A luta pela terra e as mulheres Mëbêngôkre

Tradicionalmente, as mulheres Mëbêngôkre desempenham um papel crucial na subsistência de suas comunidades, e sua dedicação a uma ampla variedade dessas atividades é fundamental para o bem-estar do seu povo. A responsabilidade que recai sobre elas é multifacetada, abrangendo desde o cuidado das roças até o extrativismo de uma rica diversidade de recursos, incluindo alimentos e plantas medicinais valiosas. Historicamente, as mulheres Mëbêngôkre desempenharam papéis multifacetados em suas famílias e comunidades. No entanto, com as mudanças e desafios contemporâneos, incluindo a pressão externa sobre seus territórios, os papéis de gênero passaram por transformações. As mulheres Mëbêngôkre não apenas continuaram a desempenhar um papel vital na subsistência de suas famílias, mas também emergiram como líderes comunitárias. Elas são fundamentais na tomada de decisões, na resolução de conflitos e na preservação das tradições culturais. Sua capacidade de liderança é uma resposta à necessidade de proteger seus territórios e modos de vida.

As roças são o coração da subsistência Mëbêngôkre, e são as mulheres que lideram essas atividades. Os maridos têm a responsabilidade de abrir e limpar toda a área onde será realizada a roça, mas são elas as encarregadas de plantar e cuidar dos seus cultivos

cotidianamente. Quando se aventuram até as roças, fazem-no com sabedoria e respeito, frequentemente acompanhadas e com um cachimbo de tabaco, conhecido como *warikokó*, como companheiro. Este ato não é apenas uma tradição, mas também um gesto simbólico destinado a afastar possíveis espíritos que possam habitar o caminho.

Elas são responsáveis por cultivar e cuidar de uma ampla gama de culturas, como a mandioca, abóbora, batata-doce, milho e bananas. Essas práticas agrícolas são essenciais para fortalecer a base alimentar das comunidades e, ao mesmo tempo, mantêm o solo fértil e saudável. O cultivo da mandioca, em particular, transcende o simples valor nutricional, pois ela desempenha um papel central nas tradições culturais e rituais dos Mëbêngôkre. A mandioca é símbolo de identidade e união, sendo fundamental na culinária indígena e na economia de subsistência, unindo as pessoas à terra e às suas raízes culturais.

Além do cultivo de alimentos, as mulheres Mëbêngôkre têm um profundo conhecimento sobre as plantas medicinais e a coleta de recursos naturais. Elas desempenham um papel importante na manutenção da saúde de suas comunidades, utilizando plantas e ervas para tratamentos tradicionais e medicinais. Sua experiência na identificação e utilização dessas plantas é inestimável, contribuindo para o bem-estar e a autonomia das comunidades.

O manejo da castanha-da-amazônia, em particular, representa uma contribuição significativa para a sustentabilidade da floresta e a prosperidade das comunidades indígenas, uma prática que tem sido mantida ao longo de milênios. A coleta da castanha-da-amazônia é uma tradição que também exige uma compreensão profunda da floresta e de seus recursos. As mulheres Mëbêngôkre se aventuram na densa floresta durante o período das chuvas em busca das árvores de castanheira. Essa atividade, além de fornecer uma fonte valiosa de alimento, também representa um importante componente econômico para suas comunidades. No entanto, o manejo ecológico desse recurso é uma prioridade. As mulheres Mëbêngôkre não apenas coletam as castanhas, mas também conhecem os ciclos naturais da floresta e sabem quando e como colhê-las de forma sustentável, garantindo a regeneração da espécie e a preservação da biodiversidade local. O compromisso dessas mulheres com a proteção do território e a conservação da natureza é evidente em sua prática cotidiana.

As mulheres Mëbêngôkre desempenham um papel significativo no manejo da castanha-da-amazônia, tanto de forma intencional quanto não intencional, contribuindo para a preservação da floresta e a sustentabilidade de suas comunidades. Esse manejo é fundamental para a conservação da castanheira, amplamente utilizadas na culinária e como fonte de renda para as comunidades indígenas.

Intencionalmente, as mulheres Mëbêngôkre coletam as castanhas durante a temporada, que ocorre durante o período de chuvas na Amazônia. A coleta envolve habilidades específicas na identificação de árvores produtivas, a abertura dos ouriços e a separação das castanhas. Essa atividade é uma tradição transmitida de geração em geração, e as mulheres têm um profundo conhecimento das melhores práticas de coleta. Elas sabem quando e como colher as castanhas de forma sustentável, garantindo que a árvore possa continuar a produzir no futuro. A coleta e o transporte de castanhas pelas trilhas da floresta contribuem com a dispersão de sementes e a expansão das populações de castanheiras. Essa abordagem sustentável é essencial para manter a regeneração natural da castanheira e a preservação da biodiversidade local.

No entanto, o manejo não intencional da castanha-da-amazônia também desempenha um papel vital na preservação dessa árvore e de seu ecossistema. A coleta das castanhas por parte das comunidades Mëbêngôkre ajuda a evitar a exploração predatória por parte de empresas madeireiras, o garimpo ilegal de ouro e da indústria agropecuária. Como resultado, as áreas de floresta onde as castanheiras crescem permanecem protegidas e preservadas (Ribeiro, Jerozolomski, 2023).

As mulheres Mëbêngôkre, como parte de suas atividades cotidianas de coleta e subsistência, desempenham um papel ativo na manutenção do equilíbrio ecológico das florestas em que vivem. Suas práticas sustentáveis garantem que a castanha-da-amazônia e as árvores que a produzem continuem a prosperar, o que beneficia não apenas as comunidades indígenas, mas também a biodiversidade local e a saúde do ecossistema em geral. Portanto, o manejo intencional e não intencional da castanha-da-amazônia pelas mulheres Mëbêngôkre é uma parte fundamental de seus esforços para preservar a floresta e sustentar suas comunidades. Sua profunda compreensão da importância da conservação, juntamente com sua conexão espiritual e prática com a terra, contribui para a proteção a longo prazo da Amazônia e de suas tradições culturais.

Tradicionalmente, as mulheres desempenham papéis multifacetados em suas comunidades, desde cuidar de suas famílias até liderar cerimônias tradicionais. São guardiãs do conhecimento ecológico de suas terras e das riquezas cerimoniais de suas famílias, pois é através delas que elas ritualizam a formação pessoal de seus parentes. O papel das mulheres Mëbêngôkre na formação de pessoas é uma tarefa que transcende a simples reprodução biológica e a maternidade. Elas são responsáveis pela formação subjetiva das pessoas em suas comunidades e pela transmissão de conhecimentos, tradições e rituais que moldam a identidade cultural do povo Mëbêngôkre. Realizam cerimônias de iniciação e transmitem nomes e atributos culturais especiais às gerações futuras.

As mulheres são as guardiãs da sabedoria ancestral, compartilhando seu profundo conhecimento sobre a natureza, as plantas e os atributos culturais dos nomes belos transmitidos às gerações futuras. Existem cerimônias de nomeação altamente sofisticadas onde os ancestrais transmitem os seus nomes belos junto a seus atributos culturais para os seus descendentes. As mulheres têm um papel ativo na cerimônia de formação de pessoas, que é um processo complexo e rico em significados. Essas cerimônias não apenas marcam a transição de uma fase de vida para outra, mas também reforçam os laços com a natureza, a família e a comunidade.

Essas cerimônias não apenas marcam a transição de uma fase de vida para outra, mas também reforçam os laços com a natureza, a família e a comunidade. As mulheres Mëbêngôkre são as guardiãs da sabedoria ancestral, compartilhando seu profundo conhecimento sobre a natureza, as plantas e os atributos culturais dos nomes transmitidos às futuras gerações. A formação de pessoas é um processo complexo e rico em significados, e essas mulheres desempenham um papel crucial na preservação e transmissão das tradições culturais.

A identidade indígena Mëbêngôkre é profundamente entrelaçada com as expressões das representações gráficas da sua pintura corporal. Os grafismos intrincados que adornam seus corpos não são apenas manifestações artísticas, mas também representam sua conexão com os elementos da natureza e um legado espiritual e cultural de grande valor. Existe uma variedade inestimável de grafismos diferentes, que são padrões gráficos abstratos, traços geométricos inspirados nas formas da natureza que ganham significado de acordo com o

contexto em que são utilizados, sendo importantes elementos cerimoniais. Cada padrão transmitido entre mulheres de geração em geração conta uma história, uma conexão com os antepassados, a terra e os espíritos da floresta. Além disso, essas pinturas corporais têm o poder de unir as mulheres Mëbêngôkre em um espírito de união e coletividade, fortalecendo seu senso de identidade e pertencimento à comunidade de um mesmo povo.

Nesse contexto, as mulheres desempenham um papel fundamental na preservação e transmissão das tradições culturais, garantindo que as futuras gerações mantenham a conexão profunda com a terra e a identidade Mëbêngôkre. Sua influência na formação de pessoas é uma expressão tangível da sua resiliência e compromisso com a cultura, tornando-as verdadeiras guardiãs das tradições do povo Mëbêngôkre.

Historicamente, as mulheres Mebengokre desempenharam papéis multifacetados em suas famílias e comunidades. À medida que as comunidades Mebengokre enfrentaram mudanças e desafios, incluindo a pressão externa sobre suas terras e recursos, os papéis de gênero também passaram por transformações. As mulheres Mebengokre não apenas continuaram a desempenhar um papel vital na subsistência de suas famílias, mas também emergiram como líderes comunitárias. Elas desempenham um papel fundamental na tomada de decisões, na resolução de conflitos e na preservação das tradições culturais. Sua capacidade de liderança é uma resposta à necessidade de proteger suas terras e modos de vida.

No entanto, o papel das mulheres na sociedade Mëbêngôkre vai além das atividades agrícolas. Elas desempenham um papel fundamental no processo de fabricação de pessoas, uma tarefa que vai muito além da simples reprodução biológica. As mulheres são responsáveis pela formação subjetiva das pessoas e pela cerimonialização desse processo. Elas conduzem rituais de iniciação para aqueles que pertencem a categorias etárias específicas ou que possuem nomes de significado especial. Além disso, as mulheres são detentoras de conhecimentos essenciais sobre a natureza, plantas e os atributos culturais associados aos nomes transmitidos às gerações futuras.

Essa abrangente contribuição das mulheres Mëbêngôkre se estende para além da esfera ritualística. Elas cuidam dos animais, processam alimentos, garantem o abastecimento de água e lenha, desempenhando um papel central na manutenção da subsistência da comunidade. Enquanto os homens contribuem de forma mais esporádica com atividades

como a pesca, a caça e algumas compras na cidade, as mulheres continuam a ser a espinha dorsal da sustentação da vida cotidiana. Quando um caçador consegue uma presa significativa, ele tem a responsabilidade de distribuir parte da carne entre seus parentes, uma prática que reforça os laços comunitários e a coletividade como um todo.

Assim, as mulheres Mëbêngôkre emergem como pilares fundamentais da cultura, da subsistência e da espiritualidade de suas comunidades. Seu papel transcende o aspecto doméstico e ritualístico, abrangendo todas as dimensões da vida, da alimentação à transmissão de conhecimentos, e reforça a importância de valorizar e preservar as tradições culturais das sociedades indígenas, reconhecendo o papel inestimável das mulheres nesse processo.

Historicamente, as mulheres Mëbêngôkre desempenharam papéis multifacetados em suas famílias e comunidades. No entanto, à medida que enfrentavam desafios e pressões externas, incluindo a exploração predatória de seus territórios, os papéis de gênero também passaram por transformações. As mulheres Mëbêngôkre emergiram como líderes comunitárias, desempenhando um papel fundamental na tomada de decisões, na resolução de conflitos e na preservação das tradições culturais. Sua capacidade de liderança é uma resposta à necessidade de proteger seus territórios e modos de vida.

No entanto, à medida que a sociedade do povo Mëbêngôkre passa por transformações, observa-se uma evolução nos papéis desempenhados pelas mulheres. Além de suas funções tradicionais, as mulheres emergem como líderes comunitárias e profissionais urbanas, desempenhando um papel ativo no movimento indígena organizado. Nos últimos anos, houve um notável aumento no número de cacicas, e as esposas dos caciques também estão assumindo liderança e protagonismo. O reconhecimento da liderança feminina cresce entre os homens e nas comunidades, resultando na eleição delas como cacicas e líderes regionais, muitas vezes não vinculadas a uma aldeia específica, mas exercendo influência em nível regional e participando de articulações com movimentos sociais de base, tanto em âmbito local, regional, nacional quanto internacional. O coletivo das mulheres se fortalece, engajando-se cada vez mais na defesa de direitos, participando ativamente em suas instituições representativas, organizações de base e no terceiro setor. Esse fortalecimento reflete-se também na participação crescente em diversas atividades relacionadas aos projetos executados por suas organizações, como evidenciado na Associação Floresta

Protegida, no Instituto Raoni, Instituto Kabu, o Instituto Paiakan, a Associação Mebengokre Angrokrere, e em várias instituições públicas.

Apesar dos desafios e ameaças enfrentados durante o governo Bolsonaro, esse período também presenciou o surgimento do movimento comunitário das mulheres Mëbêngôkre. Em momentos de crise, a necessidade de consolidar posições torna-se imperativa, e é nessas fases críticas que novos protagonistas se destacam. Embora as mulheres sempre tenham desempenhado papéis fundamentais na defesa da terra de suas comunidades, sua presença e participação agora ganham maior visibilidade. Mesmo diante dos impactos do bolsonarismo, que cooptou o pensamento de algumas comunidades, essas mulheres resistem ao discurso voltado para o agronegócio, mantendo-se firmes em sua busca por autonomia econômica real.

Lideradas por figuras proeminentes como Ô-é Paiakan Kaiapó, Maial Paiakan Kaiapó, Tânia Paiakan Kaiapó e Mayalú Txucarramãe, entre outras, essas mulheres carregam histórias pessoais inspiradoras. Como filhas de líderes importantes, que tiveram acesso à educação e oportunidades profissionais, abriram caminho para que outras mulheres nas aldeias fortalecessem suas posições e se envolvessem ativamente no movimento organizado das mulheres Mëbêngôkre. Este movimento não apenas desafia as adversidades enfrentadas, mas também representa uma inspiradora evolução nas dinâmicas de gênero dentro das comunidades Mëbêngôkre.

Ô-é Paiakan Kaiapó é a primeira mulher Mëbêngôkre a trabalhar na associação Floresta protegida, quando a maior parte da equipe da instituição estava conformada por homens não indígenas. Assistente Social e mestranda em antropologia na UFPA, sua história de vida trouxe um legado de espaços ocupados por mulheres na associação. Filha primogênita do grande líder Paulinho Paiakan, infelizmente faleceu de COVID-19 durante a pandemia. Ô-é foi empossada a partir de uma cerimônia tradicional realizada pelo seu povo na aldeia Mojkarakô, localizada no Riozinho da Terra Indígena Kayapó, e assim dá continuidade à liderança de seu pai. É uma das primeiras mulheres a ser empossada e reconhecida tradicionalmente como Liderança Regional do Sul do Pará e cacica de sua aldeia Krenhedjã, localizada no Rio Vermelho na TI Kayapó.

No cenário político tradicional do povo Mëbêngôkre, a noção de liderança transcende a atuação dos caciques de cada aldeia. Ela desempenha um papel crucial nas relações diplomáticas envolvidas na luta pela defesa de direitos em várias instâncias, tanto tradicionais quanto institucionais. Uma liderança é a voz e representante do povo, com autonomia em sua localidade, atuando na interlocução entre o universo comunitário e tradicional e os contextos regional, macro-regional, nacional e internacional. Um marco significativo para a formação dessa figura foi a participação das lideranças Mëbêngôkre na defesa de seus direitos durante a década de 1980, em aliança com outros povos indígenas dos estados do Mato Grosso e do Pará, assim como sua participação fundamental na Constituinte de 1988.

Recentemente, em 30 de maio de 2021, na aldeia Mojkarakô, ocorreu uma cerimônia que empossou Ô-é Paiakan Kaiapó e Ire-ô Kayapó como as mais recentes lideranças do Povo Mëbêngôkre do sul do Pará. Além de homenagear o falecido Paulinho Paiakan, Ô-é, sua filha mais velha, foi empossada como cacica da aldeia Krenhedjã, localizada no Rio Vermelho. Uma das primeiras cacicas do povo Mëbêngôkre, seguirá a tradição e a linhagem de seu pai, Paulinho Paiakan, uma liderança histórica que criou suas filhas para dar continuidade ao seu legado de luta em defesa dos direitos de seu povo e do meio ambiente.

Representantes das aldeias no Riozinho da TI Kayapó, da TI Las Casas, do Rio Xingu e os Mekragnotire estiveram presentes na cerimônia, que também contou com a presença de representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e do grupo Mulheres Indígenas da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA). Ropni Metuktire e Tsitsina Xavante, mesmo ausentes, enviaram vídeos com palavras de incentivo que foram exibidos durante o evento.

Durante a abertura e a dança da cerimônia, Ô-é foi honrada com as palavras e a força de Tuire Kayapó e Sônia Guajajara, que dançaram ao seu lado. Sônia destacou a tremenda importância da posse de uma mulher, cacica e jovem neste contexto em que o protagonismo das mulheres e da juventude merece ser incentivado. Ela expressou: "No momento em que acirram os conflitos com as primeiras brasileiras, é importante esse protagonismo. Que a força dos ancestrais esteja sempre contigo."

Ire-ô Kayapó, também eleito liderança, tem a missão de atuar em parceria com Ô-é, representando seu povo e falando com os homens mais velhos de sua geração. Suas responsabilidades incluem a defesa dos direitos indígenas, a proteção da terra, florestas e rios da TI Kayapó, além da reivindicação da implementação de políticas públicas relacionadas à saúde e educação indígena, bem como outros programas sociais voltados aos povos indígenas e ao meio ambiente.

Ô-é destaca que na cultura de seu povo existe um processo e uma trajetória que uma pessoa deve seguir para se tornar liderança. Assim como no caso de seu pai, aquele que se torna liderança (benadjwyrj) é orientado pelos mais velhos e geralmente passa pela cerimônia tradicional de nomeação Bemp, que é um nome masculino. Esse processo de nomeação se mistura com outro de formação em que os mais velhos ensinam aos jovens como agir e como ser lideranças, enfatizando a importância do respeito mútuo entre o povo e as lideranças, e a necessidade de proteger o território, os rios e a floresta - a terra que é de todos os Mëbêngôkre. Tradicionalmente, os homens já têm um caminho estabelecido para se tornar benadjwyrj. Este processo é uma manifestação profunda do comprometimento do povo Mëbêngôkre com a preservação de sua identidade, cultura e território.

Durante sua passagem pela Associação Floresta Protegida, Ô-é trabalhou como assistente administrativa do projeto Território Cultura e Autonomia Kayapó, financiado pelo BNDES através do Fundo Amazônia. Contudo, sua atuação mais contundente foi como de liderança e articuladora comunitária para mobilização política, batalhou para que outras mulheres também pudessem ocupar outros espaços assim como ela. Numa trajetória crescente de empoderamento pessoal, os impactos de seu caminhar repercutiram na conquista de espaços institucionais de participação para as mulheres nas atividades e diversas agendas da associação. Na época em que Ô-é começou a trabalhar, poucas mulheres acompanhavam as delegações compostas em sua maioria de caciques que costumavam viajar, por exemplo, ao Acampamento Terra Livre, mas hoje, e graças à luta de Ô-é e tantas outras, as mulheres viajaram em dois ônibus compostos por uma delegação exclusiva de mulheres para a III Marcha das Mulheres Indígenas, realizada em setembro de 2023.

A 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, sob o tema "Território: nosso corpo, nosso espírito", reuniu 2.500 mulheres de 130 povos durante os dias 10 a 14 de agosto de 2019. Inicialmente organizada pela APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, a iniciativa recebeu o

apoio de dezenas de organizações. A comitiva de mulheres Mëbêngôkre-Kaiapó do Sul do Pará, composta por 17 mulheres e organizada por Maial Paiakan Kaiapó e O-e Paiakan Kaiapó, contou com o suporte essencial da Associação Floresta Protegida²⁷.

Além das marchas, o evento englobou discussões sobre a identidade de ser mulher indígena, violações de direitos humanos, empoderamento político, representatividade e atividades culturais. Audiências com diversas autoridades foram conduzidas para expressar reivindicações urgentes contra o genocídio perpetrado pelo governo, abordando várias frentes.

Uma dessas frentes é o genocídio institucional, caracterizado pelo desmantelamento de políticas públicas que sustentam a saúde, direitos e territórios indígenas. Esta ação é impulsionada pela convergência de poderes da bancada ruralista, bancada evangélica e práticas irresponsáveis de grandes empreendimentos. Essas forças econômicas influenciaram o desmonte das políticas ambientais e indigenistas.

O genocídio também se manifesta no âmbito epistemológico, legitimando a hegemonização e universalização do conhecimento científico sob a ótica eurocêntrica. Este genocídio visa apagar a identidade das pessoas, desconsiderando sua história, cultura e projeções futuras. A terra, saúde e educação alinhadas com a cultura são cruciais para preservar essa identidade.

Ao compartilhar sua experiência, O-e Paiakan Kaiapó destacou a importância da marcha para transmitir a luta pelos direitos na cidade, fortalecendo a conexão entre as mulheres indígenas e contribuindo para sensibilizar a sociedade sobre sua presença e contribuição. A gestão da comitiva foi avaliada como proveitosa, proporcionando aprendizado e preparo contínuo para enfrentamentos futuros.

As mulheres Mëbêngôkre (nire) do sul do Pará, provenientes das aldeias associadas à Associação Floresta Protegida, desempenharam um papel ativo na II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, realizada em Brasília entre os dias 7 a 11 de setembro de 2021. O tema desta marcha, intitulado "Mulheres originárias: Reflorestando mentes para cura da terra",

²⁷ <https://www.florestaprotegida.org.br/noticias/as-nire-va-participar-da-politica>

reuniu mais de 5000 mulheres de 172 povos indígenas diferentes, representando diversas regiões biogeográficas do Brasil, como a Amazônia, Cerrado, Pampa, Caatinga, Pantanal e Mata Atlântica²⁸.

A marcha, que teve sua última edição em 2019 sob o tema "Território: nosso corpo, nosso espírito", reforça a conexão simbólica entre o território e o corpo das mulheres indígenas, ambas sujeitas a opressões análogas. As mulheres indígenas desempenham um papel fundamental nas estratégias de cuidado e proteção dos territórios, dada a sua ligação especial com a terra.

Durante a marcha, as mulheres Mëbêngôkre prestaram homenagem e protestaram contra os brutais feminicídios de Daiana Kaingang e Raissa Guarani Kaiowá. Além disso, apoiaram a homenagem feita pelo povo Pataxó Ha hã hãe ao índio Galdino, vítima de um assassinato cruel. Em meio a esses atos, as mulheres indígenas reafirmaram sua resistência contra a violência de gênero, repudiando as violações perpetradas em nome do patriarcado e do racismo.

As atividades da marcha ocorreram em um contexto marcado pelo julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) relacionado ao caso da reintegração de posse da Terra Indígena Ibirama Laklanõ, em Santa Catarina. Este caso, com status de repercussão geral, tornou-se um ponto crucial que pode influenciar as demarcações de terras em todo o país.

O texto também destaca a injustiça da tese do Marco Temporal, que limita os direitos territoriais dos povos indígenas a uma data específica, desconsiderando seus direitos originários. A mobilização em solidariedade ao povo Xokleng reflete a compreensão de que o direito à terra é originário e independe de documentação, reconhecendo que os indígenas têm direito à demarcação de seus territórios tradicionalmente ocupados desde o nascimento.

A postura divergente entre ministros do STF, representada pelos votos de Nunes Marques e Edson Fachin, contribui para a polarização na sociedade, refletindo diferentes perspectivas sobre a responsabilidade no cuidado da vida na terra. A incerteza gerada pelos sucessivos adiamentos do julgamento e a paralisação dos processos demarcatórios aumentam as tensões e conflitos enfrentados pelos povos indígenas.

²⁸ <https://www.florestaprotegida.org.br/noticias/as-nire-na-ii-marcha-nacional-das-mulheres-indigenas-em-brasilia>

A II Marcha das Mulheres Indígenas também marcou o lançamento do "Manifesto ReflorestarMentes", uma iniciativa da Anmiga que destaca a urgência de cuidar da Mãe Terra e promover uma reconstrução baseada no encontro entre os povos, no cuidado com a terra e na interação positiva de saberes. O manifesto enfatiza a importância de reflorestar as mentes para garantir o bem-viver de todos.

Com uma extensa programação e uma participação significativa, as mulheres Mëbêngôkre acompanharam as atividades da marcha, destacando a importância do evento como um espaço de diálogo, resistência e luta pela vida, pela terra e pelo território. A mensagem de repúdio ao governo atual e a queima simbólica de um boneco de Bolsonaro refletiram o desejo de encerrar o projeto de morte associado a essa gestão.

A II Marcha das Mulheres Indígenas representa não apenas um movimento de resistência, mas também uma convocação à humanidade para se unir na urgência de cuidar da Mãe Terra e de todos os seres, promovendo uma coexistência baseada em cosmologias ancestrais.

Em um contexto político que, por vezes, desconsidera e desafia os direitos indígenas, as mulheres mebengokre emergem como agentes resilientes, defendendo não apenas o espaço físico que ocupam, mas também os fundamentos de sua identidade cultural. O período sob o governo Bolsonaro tem sido marcado por transformações significativas nas políticas ambientais e indígenas, desencadeando impactos diretos sobre as comunidades tradicionais. Neste contexto, as mulheres Mëbêngôkre emergem como protagonistas fundamentais, enfrentando e respondendo a um cenário desafiador que coloca em risco não apenas sua subsistência, mas também a preservação de suas práticas culturais ancestrais e a possibilidade de exercer a sua própria territorialidade de acordo com os seus próprios usos, costumes e dinâmicas de transformação e preservação cultural.

Entre os dias 1 a 5 de julho, a aldeia Tekrejarôtire da Terra Indígena Las Casas foi palco do 1º Encontro de Mulheres Mëbêngôkre da Associação Floresta Protegida - Menire Tyj, Mulheres Fortes, um evento colaborativo que reuniu mais de 60 mulheres Mëbêngôkre e Xikrin do Sul do Pará. Lá mora Tuire Kayapó, grande liderança feminina do povo Mëbêngôkre

que retomou o seu território, conquistando a demarcação na década de 1990 e contribuindo durante o Encontro de Altamira em 1989 na mobilização que impediu a construção da Usina Hidrelétrica Kararaô no Rio Xingu. Desde então a Tuire tem exercido importante liderança em seu território e fora dele. As mulheres exprimem uma grande pulsão de autonomia e um desejo de criar suas próprias organizações de acordo com a sua própria noção de representatividade, que passa pelo empoderamento das mulheres que querem cada vez mais ser ouvidas e ter uma participação efetiva e com entendimento²⁹.

A iniciativa, organizada em parceria entre a equipe técnica da Associação Floresta Protegida e a coordenação indígena de Ô-é Paiakan Kaiapó, contou com o apoio financeiro de projetos como Our Future Forests - Amazônia Verde/Conservação Internacional, Tradição e Futuro na Amazônia/Petrobras Socioambiental e Gestão Sustentável dos Territórios Kayapó-Panará no Sudeste da Amazônia, parte do Projeto Legado Integrado da Região Amazônica - LIRA, pelo Instituto Ipê.

O encontro recebeu convidadas especiais, como Vivian Fraga da Conservação Internacional, Beatriz Ribeiro da Rede Xingu+ - Instituto Socioambiental, e Samya Frazão da Associação Xikrin do Bacajá - ABEX. Destacou-se a presença de Ngrenhkarati Xikrin, cacica da aldeia Cateté, que compartilhou suas experiências no trabalho com artesanato na Cooperativa Xikrin e discutiu sua trajetória no movimento indígena. Também participaram ativamente Tânia Paiakan Kaiapó e Maial Panhpunu Paiakan Kaiapó, desempenhando um papel fundamental na mediação do encontro e compartilhando suas experiências no movimento indígena nacional e internacional, bem como na política Mëbêngôkre.

O principal objetivo do evento foi fortalecer o protagonismo feminino Mëbêngôkre nos espaços de atuação da Associação Floresta Protegida e em diversas instâncias do movimento indígena nacional. Durante as discussões, foram abordados temas relevantes para o cotidiano e o futuro das comunidades Mëbêngôkre, com foco no fortalecimento desse protagonismo nos âmbitos indígena e político, visando garantir o cuidado, a conservação da terra e o bem-viver para as futuras gerações.

²⁹ <https://www.florestaprotegida.org.br/noticias/menire-tyj-mulheres-fortes>

Reconhecendo que as mulheres são os membros da comunidade que melhor conhecem o que ocorre nas aldeias, rios, florestas e cerrados, o encontro destacou a importância das mulheres Mëbêngôkre como agentes fortes (Tyj Kumrej) que desejam lutar pela defesa de seus direitos e territórios. A discussão abordou a necessidade de maior participação das mulheres nos espaços de decisão, garantindo voz e voto, e promovendo diálogos igualitários com os homens.

Durante o encontro, foi programada a elaboração de um diagnóstico sobre a participação e visibilidade das mulheres nas atividades da Associação Floresta Protegida, revelando uma lacuna na participação nos espaços de decisão da associação. Diante desse cenário, as mulheres expressaram um forte desejo de autonomia e maior participação nos projetos desde sua concepção. A possibilidade de criar uma nova organização para mulheres e/ou um departamento de mulheres na Associação Floresta Protegida foi discutida, decidindo-se pela ocupação de espaços em ambas as iniciativas.

Ô-é Paiakan Kaiapó apresentou uma retrospectiva da história do movimento indígena Mëbêngôkre desde a década de 1980, destacando a luta de seus pais e avós na conquista dos direitos indígenas na Constituição Federal e no processo de demarcação da Terra Indígena Kayapó. Maial Panhpunu Paiakan Kaiapó abordou os artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, assim como os projetos de lei em pauta no Congresso que ameaçam os direitos indígenas, como o PL 191, PL 490 e o polêmico Marco Temporal, cujo julgamento, previsto inicialmente para 23 de junho, foi adiado sem previsão de retorno.

As mulheres enfatizaram a responsabilidade das novas gerações em estudar para garantir a proteção dos direitos conquistados e a preservação das terras demarcadas. O encontro não apenas promoveu a troca de experiências, mas também se tornou um espaço fundamental para o fortalecimento do papel das mulheres Mëbêngôkre na construção de um futuro sustentável para suas comunidades.

Em colaboração com o Instituto Raoni e com a participação ativa do Instituto Kabu, da Associação Yakiô Panará e da Associação Floresta Protegida, foi realizado o I Encontro de Mulheres Mëbêngôkre e Panará, na aldeia Piarajú da Terra Indígena Capoto Jarina, em Mato Grosso. Este encontro reuniu mais de 165 mulheres de diversas etnias, incluindo Mëbêngôkre, Panará, Tapayuna, Juruna, Trumai, Xavante, Kayabi, Tikuna, Apiaká e

Kaiwawete. Sob o lema "Semear em cada canto um pouco de todas nós: Mulheres reflorestando pensamentos para adiar o fim do mundo!", o evento teve como objetivo fortalecer o protagonismo das mulheres, promovendo sua participação ativa em espaços de defesa de direitos e tomada de decisões. Além disso, proporcionou a troca de conhecimentos, saberes, desafios e alternativas relacionadas ao papel das mulheres na construção do bem-viver para seus povos e territórios³⁰.

O encontro abordou diversas discussões relevantes, tais como a Saúde das Mulheres Indígenas, Educação Indígena, Participação Plena e Efetiva das Mulheres, Segurança Alimentar e Nutricional, Proteção Territorial, e a Memória etno-histórica das lutas do movimento indígena em nível nacional, sob a perspectiva Mëbêngôkre.

Durante o encontro, uma das atividades de destaque foi a construção coletiva de uma memória etno-histórica das lutas dos povos indígenas em defesa de seus direitos, enfocando especialmente o reconhecimento, demarcação e proteção de seus territórios. O evento proporcionou um espaço significativo para discursos das mulheres, abrangendo todas as gerações, incluindo figuras proeminentes como as cacicas Okamrek Kayapó, Kokoba Mekragnotire, Tuire Kayapó, além das notáveis lideranças Megaron Txucarramãe e Bepdjaj Txucarramãe, cacique da aldeia Piaraçú.

Megaron costurou narrativas que traçaram uma retrospectiva das lutas do movimento indígena brasileiro, remontando à década de 1970. Em seus discursos, revisitaram o contexto histórico do contato do povo Mebengokre e outros povos Jê, que habitavam as bacias do Tocantins, Araguaia e Xingu na década de 1950. Ao fazê-lo, resgataram a trajetória de resistência em torno da demarcação de territórios indígenas.

Ao discutirem a contribuição crucial do povo Mebengokre na luta pelo reconhecimento dos direitos indígenas na Constituição Federal de 1988, essas líderes compartilharam uma visão única e profunda sobre as mudanças da política indigenista no contexto da redemocratização. Suas palavras não apenas refletiram a história, mas também ofereceram uma perspectiva única sobre as dinâmicas em evolução que moldaram os destinos das

³⁰ <https://www.florestaprotegida.org.br/noticias/1o-encontro-de-mulheres-mebengokre-e-panara>

comunidades indígenas, destacando a resiliência e a resolução em meio a desafios significativos.

O encontro contou com a presença da delegação das menire das aldeias associadas à AFP das Terras Indígenas Kayapó e Las Casas: Ngreimoro Kayapó da aldeia Mojkarakô, Kokongri Kayapó de Rikaró, Panhkara Kayapó de Kokrajmoro, Nhakton Kayapó de Akrotidjam, Panhtekré Kayapó de Kremajti, Okamrek Kayapó de Ronekore, Ngrenhpy-re Kayapó de Tekrejarotire, Nhakmô Kayapó de Pykararakre e Tuire Kayapó de Irã-amraire.

A cada ano, é maior o número de mulheres que participam pela Associação Floresta Protegida, Instituto Raoni e Instituto Kabu do Acampamento Terra Livre, que é a maior assembleia de povos originários do mundo e do Brasil. É realizado todos os anos no final do mês desde 2005, pela organização Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB com as suas organizações regionais de base.

As mulheres Mëbêngôkre têm desempenhado um papel ativo e significativo em eventos cruciais, como a Marcha das Mulheres Indígenas e a Caravana das Originárias, ambas promovidas pela Anmiga - Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade. Este coletivo inclui as filhas do saudoso Paulinho Paiakan, as irmãs Tânia Paiakan Kaiapó, Maial Paiakan Kaiapó e Ô-é Paiakan Kaiapó.

Atualmente, diversas cacicas são reconhecidas: Ngreikamoro de A'ukre, Bekwyjnhô de Mejkare, Panh-ô de Ngojamroti, Nhakagá de Gorotire, Oyprã de Tekrejarotire, a recentemente falecida Okamrek de Ronekore, Tuire de Irã-amraire e Nhakti de Ladeira.

1º Encontro de Mulheres Mëbêngôkre e Panará

Mais de 165 mulheres indígenas convergiram na Aldeia Piaraçú, localizada na Terra Indígena Capoto Jarina em Mato Grosso, durante os dias 9 a 12 de outubro de 2022, para participar do 1º Encontro de Mulheres Mëbêngôkre e Panará. Sob o inspirador tema "Semear em cada canto um pouco de todas nós: Mulheres reflorestando pensamentos para adiar o fim do mundo!", o evento foi meticulosamente orquestrado em colaboração entre o Instituto Raoni, Instituto Kabu, Associação Iakiô Panará e a Associação Floresta Protegida. As pautas abordadas no encontro englobaram temáticas cruciais, como a Saúde das Mulheres

Indígenas, Educação Indígena, Participação Plena e Efetiva das Mulheres, Segurança Alimentar e Nutricional, Proteção Territorial, e uma profunda reflexão sobre a Memória etno-histórica das lutas do movimento indígena em nível nacional, sob a perspectiva Mëbêngôkre. A cobertura midiática do evento foi conduzida pelas próprias instituições organizadoras, nomeadamente o Instituto Raoni, Instituto Kabu, Associação Floresta Protegida e Associação Iakiô Panará, em parceria com o Coletivo Beture de Cineastas Mëbêngôkre, contando também com a participação ativa dos comunicadores da Rede Xingu+ do Instituto Socioambiental.

A construção da memória etno-histórica se delineou por meio dos relatos eloquentes das mulheres presentes, destacando figuras notáveis como Okamrek Kayapó, Kokoba Mekragnotire, Tuire Kayapó, além das proeminentes lideranças Megaron Txucarramãe e Bepdjaj Txucarramãe. Este grupo distinto proporcionou uma retrospectiva das batalhas do movimento indígena desde a década de 1970, abordando a intrincada história do contato, a longa trajetória de luta pela demarcação de territórios indígenas, as conquistas relacionadas ao reconhecimento dos direitos indígenas na Constituição Federal de 1988 e os desafios enfrentados durante o processo de redemocratização.

O encontro congregou mulheres representantes das etnias Mëbêngôkre, Panará, Tapayuna, Juruna, Trumai, Xavante, Kayabi, Tikuna, Apiaká e Kaiwawete, proporcionando uma rica troca de conhecimentos, saberes, desafios e alternativas relacionadas à construção do Bem Viver em seus respectivos povos e territórios. Sob a liderança de Tsitsina Xavante, que conduziu o evento com maestria, o objetivo central era fortalecer o protagonismo feminino e sua participação em espaços de defesa de direitos e tomada de decisões. Tsitsina avalia de maneira positiva o Encontro de Mulheres, destacando que além das significativas discussões em plenária sobre questões territoriais, ambientais e o acolhimento às jovens que enfrentam desafios nas cidades e questões culturais, os resultados dos grupos proporcionaram uma reflexão profunda e diretrizes de ações embasadas em políticas públicas já existentes.

Ainda segundo Tsitsina, o evento não apenas enriqueceu as mulheres Mëbêngôkre e Panará com informações e conhecimentos específicos, mas também se revelou como uma oportunidade valiosa para fortalecer mulheres de outras etnias da região. Ela destaca que, para além das discussões em plenária, o encontro reconheceu outros espaços de defesa, como o audiovisual, evidenciando a importância de as mulheres se profissionalizarem.

Tsitsina ressalta a diversidade de abordagens, indicando que é possível defender direitos tanto estando no território quanto na cidade, buscando diferentes conhecimentos. Essa compreensão, segundo ela, foi especialmente reconhecida pelas mulheres mais anciãs, demonstrando a amplitude e a multiplicidade de formas de engajamento na defesa dos direitos: “(...) além das falas feitas em plenária sobre questões territoriais e ambientais, de acolhimento às jovens por esse processo de enfrentamento de vida nas cidades e questões culturais, os resultados dos grupos trouxeram uma boa reflexão e diretriz de ações que podem ser realizadas, que estão embasadas em políticas públicas já existentes. As mulheres reconheceram também outros espaços de defesa, como o audiovisual. Trata-se de perceber a importância das mulheres estarem também se profissionalizando. É muita coisa que demonstra que é possível estar no território e defender direitos, mas quem está na cidade buscando outros conhecimentos também pode defender direitos. São formas diferentes, mas que foi reconhecida em especial por aquelas mais anciãs.”

Recentemente, as mulheres têm ganhado crescente reconhecimento por parte dos homens e de suas comunidades, sendo eleitas como cacicas e líderes tradicionais em suas aldeias e regiões. Esse reconhecimento ampliado é notório especialmente entre as mulheres que estão passando por um processo de fortalecimento. Além das lideranças de cada aldeia e das lideranças regionais, as esposas dos caciques também têm desempenhado papéis de liderança e protagonismo cada vez mais expressivos. Elas conquistaram espaços mais amplos de participação em atividades e projetos de suas instituições representativas, que, a cada ano, proporcionam maior participação feminina em eventos como o Acampamento Terra Livre. Este último é a maior assembleia dos povos indígenas, ocorrendo anualmente em abril e sendo organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) em colaboração com suas organizações regionais de base.

As mulheres Mëbêngôkre têm marcado presença significativa na Marcha das Mulheres Indígenas e na Caravana das Originárias, ambos eventos organizados pela ANMIGA (Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade), na qual Ô-é Paiakan Kaiapó, cacica da aldeia Krenhedjã e liderança regional do Sul do Pará, desempenha um papel ativo, tendo sido eleita por meio de uma Cerimônia de Posse Tradicional. Atualmente, diversas cacicas são reconhecidas, como Ngreikamoro de A'ukre, Bekwyjnhô de Mejkare, Panh-ô de Ngojamroti, Nhakagá de Gorotire, Oyprã de Tekrejarotire, Okamrek de Ronekore, Tuire de Irã-amraire e Nhakti de Ladeira. Este movimento de

ascensão das mulheres a cargos de liderança reflete não apenas uma mudança social, mas também uma evolução no reconhecimento da contribuição feminina nos contextos indígenas.

O encontro contou com a presença da delegação das mulheres das aldeias associadas à AFP das Terras Indígenas Kayapó e Las Casas: Ngreimoro Kayapó da aldeia Mojkarakô, Kokongri Kayapó de Rikaró, Panhkara Kayapó de Kokrajmoro, Nhakton Kayapó de Akrotidjam, Panhtekré Kayapó de Kremajti, Okamrek Kayapó de Ronekore, Ngrenhpy-re Kayapó de Tekrejarotire, Nhakmô Kayapó de Pykararakre e Tuire Kayapó de Irã-amraire. Apenas algumas semanas antes da realização do Encontro, a aldeia Piraçú foi alvo de um incêndio criminoso que consumiu o maior pequizal da comunidade, representando uma ameaça direta à sua soberania alimentar e causando danos significativos ao meio ambiente e ao clima local. As mulheres, de maneira veemente, repudiaram esse ato de destruição e destacaram os riscos iminentes que tais incêndios representam para o bem-estar de suas comunidades, assim como para a preservação do cerrado.

Dentro do âmbito do Encontro de Mulheres, Josi Tikuna conduziu uma Oficina sobre Segurança Alimentar e Nutricional, parte integrante do projeto "Mëbêngôkre Pyka Anodjà" financiado pela AFD e gerido pela Conservação Internacional. Para assegurar a segurança e soberania alimentar, é imperativo que o direito à demarcação e proteção das terras indígenas seja respeitado, possibilitando assim a produção de uma alimentação saudável. A segurança alimentar refere-se à garantia de acesso a uma alimentação de qualidade que satisfaça as necessidades nutricionais, promovendo uma vida plena e ativa. Por sua vez, a soberania alimentar está intrinsecamente ligada à autonomia, abrangendo questões de soberania econômica e política, visando proporcionar a cada comunidade a capacidade de produzir alimentos saudáveis de acordo com suas tradições, sem depender de influências externas. Diante do crescente consumo de alimentos industrializados em muitas comunidades, acarretando prejuízos à saúde, destaca-se a necessidade premente de fortalecer as práticas alimentares tradicionais.

Josi Tikuna trouxe a sua experiência na organização de mulheres de seu povo onde trabalham na produção e distribuição de merenda escolar com alimentos nutritivos e tradicionais. Sobre isso, Josi Tikuna disse "hoje, nós mulheres, posso dizer com toda convicção, somos mulheres da ciência, cientistas da natureza e da floresta, isso tem que ser

levado em consideração porque somos nós que vamos conversar com as nossas comunidades para transformar a economia da nossa realidade e assim resgatar o nosso conhecimento sobre alimentação tradicional para que não se perca".

Outro tema abordado foi a situação da saúde, com destaque para as mulheres e gestantes. Dentre os principais desafios discutidos, destaca-se o desmantelamento da política pública de saúde indígena, a precariedade nos serviços, a inadequação do perfil dos coordenadores nomeados no atual governo, a falta de um atendimento verdadeiramente diferenciado e de qualidade, além da crescente prevalência de partos por cesariana em detrimento dos naturais. Para enfrentar essas questões, propõe-se uma abordagem política vigorosa, cobrando do governo o comprometimento necessário para viabilizar a prestação adequada desse serviço. Nesse contexto, enfatiza-se a importância de valorizar o papel dos Agentes Indígenas de Saúde e aumentar a presença de mulheres indígenas no setor, a fim de proporcionar atendimento com uma sensibilidade única e verdadeiramente intercultural. Também foi sugerida a conciliação entre a medicina do kube e a medicina tradicional, reivindicando que a política pública de saúde reconheça e integre melhor os tratamentos tradicionais realizados pelos pajés.

Participaram também Osmarina Apiaká e Kokokangro Metyktire (suplente), lideranças eleitas para representar às mulheres como Conselheiras Regionais do Departamento de Mulheres da Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Estado do Mato Grosso - FEPOIMT, sendo validadas e reconhecidas pelas mulheres presentes.

No dia 12 de outubro, concretizou-se a 1ª Feira de Troca de Sementes Tradicionais, uma iniciativa prevista no projeto "Proteção e Utilização Sustentável da floresta através do fortalecimento das cadeias produtivas do povo Kayapó/Metuktire", promovido pelo Instituto Raoni. Durante o evento, mais de 48 espécies distintas de sementes foram trocadas, além de diversos produtos provenientes da roça, artesanatos e mudas de cacau do mato.

Em 7 de outubro de 2022, foi promulgado o Decreto 11.226, o qual aprovou o estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções em confiança da Fundação Nacional do Índio (Funai), efetuando remanejamentos nesses cargos. Este decreto resultou na extinção dos comitês regionais, do conselho fiscal, das atribuições das Coordenações Regionais, das Coordenações das Frentes de Proteção Etnoambiental e das Coordenações

Técnicas Locais (CTL). A medida gerou considerável apreensão entre os presentes, sendo percebida como uma ação autoritária que desafia o princípio da Consulta e Consentimento, Livre, Prévio e Informado dos povos indígenas, conforme consagrado no art. 6º da Convenção 169 da OIT. Tal ato representa um retrocesso social e viola o princípio de autodeterminação dos povos originários. Ao extinguir as principais instâncias de participação social, já prejudicadas pelo sucateamento, e ao suprimir as atribuições das unidades administrativas atuantes na ponta, o decreto reforça a sistemática omissão e a atuação contrária aos direitos indígenas que caracterizam a gestão atual da Funai, a qual deixou de demarcar, proteger e fiscalizar as terras indígenas.

Engajar-se na coletividade, ouvir e aprender com as diversas realidades de mulheres de distintos territórios foi a tônica durante a etapa preparatória para a III Marcha das Mulheres Indígenas, realizada de 29 de janeiro a 1 de fevereiro de 2023. Sob o tema "Vozes da Ancestralidade dos 06 biomas do Brasil", o evento teve lugar no Centro de Formação em Política Indigenista da FUNAI, em Sobradinho – DF.

A participação ativa das "*menire*" (mulheres) Mëbêngôkre na marcha, que ocorre desde 2019, cresceu gradualmente, despertando o interesse de outras "*menire*" nos territórios Mëbêngôkre para se envolverem mais no movimento organizado de mulheres indígenas. Nesse contexto, lideranças como Tuire Kayapó, Panhgroti Kayapó, Patkrete Kayapó (Bekwyjnhô), Ô-é Paiakan Kaiapó, Tânia Paiakan Kaiapó, Cayenne Paiakan Kaiapó e Irekran Kaiapó estiveram presentes³¹.

Na abertura do evento, essas lideranças Mëbêngôkre compartilharam sua cultura e ancestralidade por meio de cantos e danças. Contribuíram para o planejamento interno da marcha, prevista para setembro, e discutiram temas relevantes para incidência nas instituições representativas dos povos indígenas, incluindo encontros com a ministra indígena Sonia Guajajara, a deputada Célia Xakriabá, a presidente da Funai Joênia Wapichana e o secretário da Sesai Weibe Tapeba.

A participação ativa das "*menire*" Mëbêngôkre se estendeu à posse da primeira mulher indígena presidente da Funai, Joênia Wapichana, realizada ritualmente no Memorial dos

³¹ <https://www.florestaprotegida.org.br/noticias/as-mulheres-mebengokre-na-iii-marcha-das-mulheres-indigenas>

Povos Indígenas. Esse momento histórico reforçou o entendimento do valor da participação das mulheres indígenas em eventos tão significativos. Além disso, as "*menire*" Mëbêngôkre marcaram presença na posse ancestral da deputada Célia Xakriabá, presenteando-a com um vestido tradicional, e também presentearam a primeira-dama Janja com um colar tradicional Mëbêngôkre. Essa experiência em Brasília fortaleceu não apenas a representação das mulheres indígenas Mëbêngôkre, mas também seu entendimento sobre a relevância de sua participação em momentos históricos cruciais.

Sob a coordenação da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade - ANMIGA, a III Marcha das Mulheres Indígenas reverberou pelas ruas da capital federal, fazendo ecoar os sons dos maracás e os cânticos fervorosos de mais de 8000 mulheres indígenas provenientes de todos os biomas do Brasil. Este grandioso movimento, uma manifestação vibrante em defesa da biodiversidade, contou com a participação ativa de 208 mulheres Mëbêngôkre, vinculadas a instituições representativas desse povo, como o Instituto Raoni, Instituto Kabu, Instituto Paiakan, Associação Indígena Pykore, Associação Angrokrere Mëbêngôkre e Associação Floresta Protegida. Instaladas no Complexo Cultural da Funarte e sob o tema "Mulheres Biomas em Defesa da Biodiversidade Pelas Raízes Ancestrais", a III Marcha das Mulheres Indígenas desdobrou-se ao longo dos dias 11 a 13 de setembro, emergindo como uma efervescente expressão do mais amplo movimento organizado de mulheres indígenas, comprometidas com a salvaguarda de seus direitos, da biodiversidade e de suas culturas.

Em colaboração com a Arte Indígena do Instituto Raoni, a Cooperativa Kayapó de Produtos da Floresta - CooBaY marcou presença no acampamento situado no Complexo Cultural Funarte com sua loja itinerante. Oferecendo uma variedade de produtos, desde artesanato e cestaria até camisetas, arte em miçanga da marca Meprojà e pinturas corporais, a cooperativa destacou-se ao compartilhar um patrimônio cultural rico. As pinturas corporais, em particular, são um testemunho desse legado, apresentando milhares de grafismos transmitidos oralmente de geração a geração pelas mulheres do povo Mëbêngôkre.

A significativa participação das mulheres Mëbêngôkre no movimento indígena organizado e no cenário das mulheres demonstra uma trajetória marcada pelo protagonismo e liderança, especialmente por figuras proeminentes como as filhas do saudoso Paulinho Paiakan: Ô-é

Paiakan Kaiapó, Tânia Paiakan Kaiapó, Maial Paiakan Kaiapó e Iremão Paiakan Kaiapó. Ao longo dos anos, essas mulheres têm desempenhado papéis fundamentais na articulação comunitária, empoderamento e ocupação de diversos espaços dedicados à defesa de direitos e tomada de decisões.

O legado deixado por Paulinho Paiakan, que, por muito tempo, viu a liderança no povo Mëbêngôkre sendo transmitida predominantemente pelas linhagens masculinas, representou uma mudança significativa. Ele reconheceu a importância de capacitar suas filhas e, para tanto, as incentivou a buscar educação na cidade. Esse gesto não apenas abriu oportunidades para que elas se preparassem para lidar com os desafios das relações inter-étnicas na sociedade nacional, mas também permitiu que perpetuasse o legado de liderança tradicional do pai.

Essas mulheres Mëbêngôkre não apenas trilharam caminhos acadêmicos, mas também se destacaram em diversas instituições, incluindo o movimento organizado de mulheres, a área da saúde indígena, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai, e a Associação Floresta Protegida. Sua presença em diferentes esferas reflete a importância de uma liderança feminina forte e comprometida, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Esse legado de empoderamento feminino e engajamento ativo serve como inspiração não apenas para as mulheres Mëbêngôkre, mas para toda a comunidade e além.

A trajetória de Ô-é Paiakan Kaiapó representa um marco na sucessão de liderança tradicional na aldeia Krenhedjã e na região sul do Pará. Como filha mais velha e herdeira de Paulinho Paiakan, ela assumiu sua posição de cacica em uma cerimônia tradicional realizada na aldeia Mojkarakô, reafirmando a continuidade do legado de sua família e sua própria dedicação ao serviço à comunidade Mëbêngôkre.

Além de seu papel como cacica, Ô-é Paiakan Kaiapó destaca-se como uma profissional capacitada, com formação em assistência social e atualmente dedicada a sua formação acadêmica em antropologia pela UFPA. Sua atuação transcende as fronteiras da aldeia, tendo trabalhado no DSEI de Redenção e representado o CONDISI, destacando-se como uma voz ativa na defesa dos direitos indígenas em instâncias de saúde.

Sua contribuição vai além do campo da saúde, estendendo-se à Associação Floresta Protegida, onde desempenhou um papel crucial na execução de projetos do Fundo Amazônia, demonstrando sua habilidade como articuladora comunitária. Envolvida na Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), sua atuação reflete um compromisso significativo com as questões de gênero e a promoção do protagonismo feminino.

Atualmente, como Coordenadora Regional da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) na região de Tucumã - PA, Ô-é Paiakan Kaiapó continua a desempenhar um papel fundamental na defesa dos direitos e interesses da comunidade Mëbêngôkre. Sua multifacetada atuação, tanto nas esferas tradicionais quanto nas contemporâneas, evidencia não apenas sua competência profissional, mas também seu comprometimento em contribuir para o bem-estar e a preservação da cultura Mëbêngôkre. É um exemplo inspirador de liderança que transcende fronteiras e se destaca no contexto indígena e no cenário nacional.

Maial Paiakan Kaiapó, atualmente exercendo a função de assessora da presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), representa um marco histórico como a primeira pessoa do povo Mëbêngôkre a alcançar o ensino superior. Sua formação em direito não apenas quebra barreiras, mas também a coloca em uma posição privilegiada para promover e defender os direitos do seu povo em diversos níveis.

A atuação de Maial não se limita ao campo acadêmico; ela desbravou caminhos na diplomacia, tornando-se uma voz respeitada no movimento indígena, tanto nacional quanto internacional. Sua contribuição na coordenação da tradução para a língua materna dos Mëbêngôkre da Convenção 169 da OIT e dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal, que tratam dos direitos dos povos indígenas, é uma manifestação clara de seu comprometimento em tornar o conhecimento jurídico acessível à sua comunidade.

A liderança de Maial vai além do campo teórico; ela compartilha seu conhecimento de maneira prática e impactante. Através do projeto Tradição e Futuro na Amazônia, conduziu oficinas de direito para o seu povo, alcançando mais de 200 pessoas. Essa iniciativa não apenas dissemina informações cruciais sobre direitos legais, mas também capacita os membros da comunidade a compreenderem e defenderem seus próprios interesses.

O papel de Maial não só quebra paradigmas dentro da comunidade Mëbêngôkre, mas também inspira outros jovens indígenas a buscarem oportunidades educacionais e a se envolverem ativamente na defesa de seus direitos. A presença dela na Funai e em fóruns internacionais destaca a importância da representatividade indígena em espaços decisórios, reforçando a mensagem de que as vozes indígenas não apenas merecem ser ouvidas, mas também têm muito a contribuir para a construção de políticas inclusivas e equitativas.

A transformação na liderança tradicional do povo Mëbêngôkre é um fenômeno notável, caracterizado pela crescente legitimação das mulheres em cerimônias de posse como cacicas e lideranças regionais. Essa mudança representa não apenas uma evolução nas estruturas de poder, mas também uma redefinição dos papéis de gênero dentro das comunidades indígenas, que historicamente eram dominadas por linhagens masculinas.

O ano corrente testemunhou eventos significativos com a posse das cacicas Bekwynho Kayapó e Panh ô Kayapó, provenientes das aldeias Mejkare e Ngôjamroti, localizadas no Riozinho da Terra Indígena Kayapó. Estas líderes não só personificam a força e a resiliência da mulher indígena, mas também desempenham um papel crucial na preservação da cultura e da língua. Sua capacidade de se expressar formalmente na língua materna durante cerimônias e representar as reivindicações de suas comunidades destaca-as como verdadeiras guardiãs da tradição.

Ao conquistarem espaços de empoderamento, visibilidade, reconhecimento e decisão, as mulheres Mëbêngôkre estão redefinindo o cenário da liderança, demonstrando que a igualdade de gênero é fundamental para o equilíbrio e a vitalidade de suas comunidades. Sua presença como líderes não apenas desafia estereótipos arraigados, mas também inspira outras mulheres a alçarem voos mais altos e a se envolverem ativamente na construção do futuro de suas comunidades.

A ascensão dessas lideranças femininas é mais do que uma mudança nas dinâmicas internas; é uma afirmação do papel essencial que as mulheres desempenham na transmissão de conhecimentos, na preservação da cultura e na defesa dos direitos de suas comunidades. Ao falarem formalmente em sua língua, elas não apenas reivindicam seu espaço na esfera decisória, mas também preservam e fortalecem a riqueza linguística e cultural do povo Mëbêngôkre. Essa evolução na liderança tradicional sinaliza um caminho

promissor para a construção de comunidades mais inclusivas, onde a diversidade e a participação igualitária são celebradas como fundamentais para o florescimento coletivo.

O florescimento do movimento de mulheres Mëbêngôkre representa uma evolução notável, destacando-se como uma força coletiva que vem ganhando vigor e visibilidade nos últimos anos. Esse processo de fortalecimento é evidenciado pela participação ativa nas Marchas e na Caravana das Originárias, eventos que têm proporcionado um espaço para a expressão, empoderamento e visibilidade das mulheres Mëbêngôkre.

Essa força coletiva feminina não é um fenômeno recente, pois as mulheres Mëbêngôkre sempre desempenharam papéis fundamentais em suas comunidades. Como proprietárias dos anéis de casas em suas aldeias, elas são responsáveis pelo sustento, pelo fornecimento de água e lenha, e pelo cuidado da família e das roças. No entanto, é agora, mais do que nunca, que essas mulheres estão ocupando espaços de destaque na defesa de direitos, em associações, projetos e eventos nacionais do movimento indígena, que anteriormente eram predominantemente ocupados por homens.

A presença crescente das mulheres Mëbêngôkre em atividades de defesa de direitos e mobilizações reflete não apenas uma mudança nas estruturas de poder, mas também uma expansão da narrativa e perspectiva indígena para incluir e valorizar as vozes femininas. Esse movimento desafia estereótipos de gênero e estabelece um novo padrão de participação equitativa.

A potência e a força das mulheres Mëbêngôkre são manifestadas de maneira única, principalmente através de elementos espirituais como o poderoso canto, a pintura corporal e a dança. Para essas mulheres, a resistência e a defesa de suas comunidades e territórios são intrinsecamente ligadas à preservação de sua cultura. Enfrentando adversidades, elas acreditam que a melhor maneira de transmitir sua mensagem é por meio da expressão cultural, defendendo a terra e o meio ambiente para o Bem Viver das futuras gerações.

Essa ascensão das mulheres Mëbêngôkre não apenas enriquece a diversidade do movimento indígena, mas também fortalece a luta coletiva por justiça, preservação cultural e ambiental. Elas emergem como agentes de mudança, não apenas para suas

comunidades, mas para um movimento mais amplo em busca de um futuro mais sustentável e igualitário.

O I Encontro de Mulheres Indígenas Mëbêngôkre da Associação Floresta Protegida, Menire Tyj, realizado em julho de 2022, na aldeia Tekrejarotire da Terra Indígena Las Casas, revelou-se um momento histórico que transcendia a reunião de mais de 40 mulheres Mëbêngôkre. Sob a liderança de Ô-é Paiakan Kaiapó, Tânia Paiakan e Maial Paiakan, esse encontro foi um marco significativo para a organização comunitária das mulheres, marcado pela elaboração de uma Carta à Associação Floresta Protegida (AFP) com reivindicações transformadoras.

A Carta, um testemunho coletivo da voz dessas mulheres, expressou a demanda essencial de participação ativa nos espaços dos projetos e atividades conduzidos pela Associação Floresta Protegida. Além disso, as mulheres Mëbêngôkre reivindicaram o direito de participar plenamente de eventos, espaços de defesa de direitos, processos decisórios e controle social de políticas públicas. Esse chamado não apenas demandava inclusão, mas reafirmava a importância das mulheres Mëbêngôkre nas esferas de tomada de decisões que afetam diretamente suas vidas, comunidades e territórios.

Desde então, esse encontro tem sido um catalisador para conquistas significativas. As mulheres Mëbêngôkre, impulsionadas pela determinação e unidade que surgiram desse evento, não apenas ampliaram sua presença nos espaços da AFP, mas também têm se dedicado a indigenizar e feminizar a política e a cidadania desde suas bases. Esse movimento não se limita apenas à reivindicação de espaço, mas busca uma transformação profunda na concepção e prática da participação feminina na vida comunitária.

A jornada pós-encontro destaca-se não apenas pelas mudanças tangíveis nos espaços conquistados, mas também pela resiliência e empoderamento crescentes das mulheres Mëbêngôkre. Elas emergem como agentes ativas na construção de um futuro que valoriza a diversidade, equidade de gênero e justiça social. Esse I Encontro de Mulheres Indígenas Mëbêngôkre não foi apenas um evento; foi o início de uma trajetória de transformação e avanço para as mulheres dessa comunidade, uma jornada que ressoa além das fronteiras de suas aldeias, reverberando como um exemplo inspirador para outros movimentos de mulheres indígenas em todo o país.

As diferentes atividades da III Marcha ocorreram com o propósito de trazer visibilidade para o papel das mulheres indígenas na conservação da biodiversidade denunciar e combater a violência de gênero contra elas, assim como reivindicar a defesa dos direitos indígenas diante das iniciativas legislativas que atacam esses direitos, sobretudo o direito à terra, ameaçado pelo Marco Temporal que tramita nos três poderes em diferentes iniciativas burocráticas com o objetivo de paralisar a demarcação de terras indígenas.

No dia 11 de setembro de 2023, às 19 horas, o Supremo Tribunal Federal em Brasília testemunhou um evento histórico: o lançamento da Convenção 169 traduzida para a língua materna do povo Mëbêngôkre. Coordenada por Maial Paiakan Kaiapó, uma destacada figura em direito e liderança do povo Mëbêngôkre, a tradução foi resultado de um esforço coletivo. O material passou por uma cuidadosa revisão em oficinas que contaram com a participação de mais de 200 membros da comunidade, no âmbito do projeto "Tradição e Futuro na Amazônia", patrocinado pelo Programa Petrobras Socioambiental e pelo Funbio.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil há quase duas décadas, é um instrumento crucial que garante o direito à consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas. Esse direito abrange qualquer projeto de infraestrutura, políticas públicas ou iniciativa que possa impactar, direta ou indiretamente, seus territórios e modos de vida. O lançamento foi marcado pela presença de figuras importantes, incluindo Vinicius Carvalho Pinheiro, diretor do Escritório da OIT para o Brasil, a Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, o Ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, o Procurador-Geral da República (PGR), Augusto Aras, e o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Lelio Bentes. Além deles, o cacique Ropni Metyktire e dezenas de mulheres e lideranças do povo Mëbêngôkre enriqueceram o momento com seus cantos, conferindo uma aura especial ao lançamento.

No evento, as lideranças Mëbêngôkre aproveitaram a oportunidade para reivindicar, junto à Ministra Rosa Weber, a não aprovação da tese do marco temporal. Além disso, exigiram a realização de uma consulta plena, livre e informada, assegurando um processo de licenciamento ambiental apropriado para a duplicação da BR 163, projeto que impacta diretamente os Mëbêngôkre da Terra Indígena Baú e Mekragnotire. Essa iniciativa não só marcou uma conquista significativa para os Mëbêngôkre em termos de acesso à informação

jurídica essencial, mas também destacou a firmeza e a determinação dessas lideranças na defesa de seus direitos e territórios.

Conclusão

As linhas deste trabalho, se propuseram traçar um panorama simples de uma breve parte da história territorial do povo Mëbêngôkre, oferecendo um mergulho etnográfico na mobilização política deste povo em defesa de seus territórios ancestrais. Percorrem-se vários aspectos que compõem a rica tapeçaria de sua existência, desvelando os intrincados fios que compõem a história territorial deste povo, mergulhando nas vicissitudes de sua relação com a terra e abordando, de maneira específica, as complexidades de sua luta pela preservação do que é comum diante das políticas contemporâneas que andam no sentido da privatização, mercantilização e domesticação da terra.

O escopo da pesquisa se estende desde a trajetória territorial e a organização social até as nuances culturais, desafios contemporâneos e os esforços dessas comunidades na preservação de suas terras, especialmente diante do contexto crítico do governo Bolsonaro. Transitando numa abordagem engajada e comprometida com a luta dos Mëbêngôkre, trazendo visibilidade para o protagonismo feminino nesta caminhada, delineando um quadro multifacetado, onde as vozes dos Mëbêngôkre entrelaçam-se com as políticas governamentais, evidenciando tensões, resistência e a resiliência de um povo que se recusa a ser subordinado. Ganhamos vislumbres das estratégias adotadas pelos Mëbêngôkre para preservar não apenas seu território físico, mas também as narrativas e práticas culturais que o permeiam. Esta dissertação propõe-se a desentranhar essas estratégias, lançando luz

sobre a riqueza cultural dos Mëbêngôkre e, simultaneamente, sobre os desafios impostos pelo contexto político contemporâneo.

No epicentro dessa narrativa está a terra, que para os Mëbêngôkre transcende seu aspecto físico, abraçando uma dimensão espiritual e cultural. O governo Bolsonaro, com suas políticas voltadas para a exploração econômica desenfreada e as mudanças nas demarcações de terras indígenas, lançou um desafio monumental aos Mëbêngôkre e suas tradições imemorais. Esta dissertação não apenas documenta, mas também busca amplificar as vozes que emergem das relações interétnicas, destacando a importância de compreender e preservar a riqueza cultural dos Mëbêngôkre em face das mudanças e desafios impostos por um período crítico da história contemporânea brasileira.

Iniciamos nossa exploração destacando a figura imponente do Cacique Ropni Metyktire, cuja história e liderança se entrelaçam intrinsecamente com a resistência indígena. Desde seu papel essencial na pacificação das aldeias Mëbêngôkre até sua atuação global na defesa da Amazônia, Ropni emerge como um farol a iluminar a escuridão iminente sobre sua terra ancestral. Este trabalho abraça não apenas a narrativa histórica, mas também delinea a importância da liderança individual na moldagem dos destinos coletivos.

Ao trazer à luz a importância dos territórios indígenas, enfatizamos não apenas sua dimensão geográfica, mas também sua vital contribuição para a conservação global da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas. Os territórios Mëbêngôkre surgem como bastiões fundamentais nesse contexto, não apenas protegendo ecossistemas locais, mas também atuando como baluartes cruciais na estabilização ambiental global.

À medida que a pesquisa se aprofunda na resistência dos Mëbêngôkre durante o governo Bolsonaro, os contornos das ameaças ao território indígena, o desmatamento acelerado e as pressões do agronegócio emergem com clareza. Este trabalho não apenas expõe essas ameaças, mas também lança luz sobre a resiliência profundamente arraigada dos Mëbêngôkre, uma resiliência que transcende as eras e impulsiona não apenas o presente, mas também as gerações futuras.

Dedicamos uma atenção especial ao papel desempenhado pelas mulheres Mëbêngôkre, reconhecendo-as como não apenas defensoras da terra, mas como guardiãs ativas da biodiversidade e promotoras de práticas sustentáveis. Essa ênfase destaca a dimensão feminina na tessitura da narrativa, evidenciando a liderança incontestável das mulheres Mëbêngôkre na luta pela preservação cultural, gestão sustentável da terra e resistência resiliente contra adversidades.

É na liderança das mulheres Mëbêngôkre que encontramos uma nota especialmente inspiradora. Estas mulheres, guerreiras intrépidas, não apenas enfrentam as ameaças externas, mas também desafiam dinâmicas internas, moldando as políticas de suas comunidades e desempenhando um papel crucial na transmissão de tradições e práticas sustentáveis. Neste cenário multifacetado, As mulheres Mëbêngôkre, com sua determinação inabalável e liderança proeminente, se destacam como arquitetas do futuro, construindo pontes entre tradição e modernidade, equilibrando a preservação cultural com a enfrentamento às pressões externas. Não apenas figuram como participantes, mas emergem como protagonistas incontestáveis, desempenhando papéis cruciais que transcendem a esfera local para alcançar dimensões globais. Elas não são simplesmente guardiãs da cultura; são verdadeiras arquitetas visionárias do futuro, moldando uma narrativa que vai além dos limites temporais e geográficos.

A determinação e a liderança proeminente dessas mulheres transcendem as barreiras do tempo, estabelecendo uma conexão entre gerações passadas, presentes e futuras. Ao assumirem a responsabilidade de forjar pontes entre tradição e modernidade, elas se destacam como agentes catalisadores de mudança, impulsionando uma transformação significativa em direção a um futuro que reflete os valores fundamentais de sua comunidade. Mais do que simplesmente enfrentar desafios, essas mulheres se tornam forças motrizes, forjando um caminho que vai além da mera sobrevivência. Elas se destacam como artífices de um futuro sustentável, onde a preservação da herança cultural não é um fardo, mas sim uma bússola orientadora que guia a comunidade na construção de uma identidade robusta e resistente às mudanças adversas.

Ao honrar o passado, respondendo ao presente com resiliência e construindo ativamente um futuro sustentável, as mulheres Mëbêngôkre personificam não apenas a força de sua própria comunidade, mas também lançam um desafio inspirador ao mundo. Seu papel vai

além das fronteiras étnicas e culturais, ressoando como um modelo a ser admirado. Portanto, ao reconhecer e celebrar a influência marcante das mulheres Mëbêngôkre, não apenas prestamos homenagem a uma comunidade específica, mas também acendemos uma luz para um futuro global onde a preservação cultural, a resiliência ambiental e a liderança feminina são fundamentais na construção de sociedades verdadeiramente sustentáveis.

O reconhecimento do papel das mulheres indígenas na conservação da biodiversidade e na defesa de seus territórios é um imperativo vital em face dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, cujos impactos têm se manifestado de maneira intensa em diferentes partes do mundo, traduzindo-se em ondas de calor e enchentes devastadoras. Os territórios indígenas, que abrigam a maior parte das áreas conservadas e retêm quantidades substanciais de carbono, desempenham um papel crucial como guardiões da biodiversidade global, protegendo regiões menos desmatadas.

A preservação e proteção das últimas áreas florestais remanescentes em nosso planeta tornam-se essenciais para a formulação de estratégias eficazes no enfrentamento das mudanças climáticas, trabalhando para mitigar seus impactos. Vale destacar que os territórios indígenas desempenham um papel central nesse processo, resguardando grandes extensões de áreas verdes e desempenhando um papel vital na manutenção do equilíbrio ecológico.

A relevância do papel das mulheres indígenas nesse contexto está ganhando merecida visibilidade. O cuidado da terra, a gestão sustentável dos recursos naturais e a promoção da biodiversidade estão entre as práticas tradicionais que as mulheres indígenas desempenham há gerações. Seu conhecimento profundo sobre ecossistemas locais, plantas e práticas agrícolas sustentáveis se torna uma fonte inestimável de sabedoria na construção de estratégias resilientes em meio às mudanças climáticas.

Para alcançar a justiça climática, é imperativo que ocorra a demarcação efetiva das terras indígenas, reconhecendo-as como guardiãs fundamentais do equilíbrio ambiental. O papel das mulheres indígenas, muitas vezes subestimado, deve ser valorizado e integrado de forma integral nas discussões e políticas relacionadas às mudanças climáticas. Somente ao

respeitar e promover a liderança das mulheres indígenas, podemos almejar abordagens mais eficazes e sustentáveis na busca por soluções climáticas globais.

Concluimos este extenso panorama reconhecendo que esta dissertação vai além de uma mera análise etnográfica; é um apelo à consciência coletiva. As páginas escritas com as histórias, desafios e triunfos dos Mëbêngôkre são um convite à reflexão, um apelo para que as vozes desses defensores da terra sejam ouvidas e respeitadas. O legado dos Mëbêngôkre é, portanto, não apenas uma história, mas um chamado à ação, um lembrete urgente da necessidade de proteger as terras indígenas, preservar a biodiversidade e enfrentar as mudanças climáticas com respeito, cooperação e determinação unidas.

"Nire, o que eu quero falar para você é que antigamente nós tínhamos uma terra boa para se viver, nossos antepassados tinham boa saúde, um mato bonito, com boas águas e muitas caças para nós. Agora que eu estou velha eu estou lutando para que tudo volte a ser como antes. E continuo lutando por isso, eu nunca vou parar de lutar por uma terra boa para nós todos. Quando o Bolsonaro falou que queria acabar com a floresta e com os nossos rios eu não gostei. Eu quero nossas terras boas para nossos filhos e netos. Para nós termos caças, rios, aves, tudo igual era antes, eu não me canso de lutar por uma terra melhor para nossos velhos, para nossas crianças, para termos um bom ar para respirar. No mato tudo é bom, os rios, a sombra das árvores. Isso que eu quero que continue sendo assim, continuo lutando por nossas terras, e que nós Mebengokre continuemos orando na nossa floresta. Tanto os bichos, as aves e os povos da floresta precisam de uma boa floresta para viver." Tuire Kayapó.

Bibliografia

RIBEIRO, Maria Beatriz Nogueira; JEROZOLIMSKI, Adriano. História ecológica e o papel das populações indígenas no manejo e conservação de castanhais – o caso dos Mebêngôkre-Kayapó no sul do Pará. **Castanha-da-Amazônia: Estudos sobre a espécie e sua cadeia de valor – Ecologia e manejo de castanhais nativos**. Embrapa V. 3, 2023.

AMADO, Luiz Henrique Eloy. Terra Indígena e legislação indigenista no Brasil. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 7, n. 13, 2015.

FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Zahar, 2000

DA DAMATTA, Roberto. *Relativizando uma introdução à antropologia social.*, 1981.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Ed. ufpa, 2012.

TURNER, Terence. *Os Mebengokré Kayapó: História e Mudança Social. De comunidades autônomas para coexistência interétnica*. In: Carneiro da Cunha, Manuela. “*História dos Índios no Brasil*”. Companhia das Letras, 2006. 311-338.

POSEY, Darrell A. **Kayapó ethnoecology and culture**. Routledge, 2003.

SOBREIRO, Carolina R. Trilhas dos Imaginários sobre os povos indígenas e demografia antiautoritária: Um experimento de antropologia anarquista. 2017

VERSWIJVER, Gustaaf. *The club-fighters of the Amazon: war-fare among the Kaiapo Indians of central Brazil*. Vol. 179. Rijksuniversiteit te Gent, 1992.